

RAQUEL APARECIDA MACEDO

**NOVAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE: A URBANIZAÇÃO DO BAIRRO AREIA
BRANCA EM ARAPONGA-MG, 2009-2022**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Gustavo Soares Iorio

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

M141n
2023
Macedo, Raquel Aparecida, 1994-
Novas relações campo-cidade: a urbanização do bairro
Areia Branca em Araponga-MG, 2009-2022 / Raquel Aparecida
Macedo. – Viçosa, MG, 2023.
1 dissertação eletrônica (141 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Gustavo Soares Iorio.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Geografia, 2023.

Referências bibliográficas: f. 127-132.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.372>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Cidades pequenas - Araponga (MG). 2. Urbanização.
3. Migração rural-urbana. 4. Comunidades - Desenvolvimento.
I. Iorio, Gustavo Soares, 1984-. II. Universidade Federal de
Viçosa. Departamento de Geografia. Programa de
Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 22. ed. 307.762098151


RAQUEL APARECIDA MACEDO

**NOVAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE: A URBANIZAÇÃO DO BAIRRO AREIA
BRANCA EM ARAPONGA-MG, 2009-2022**


Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 31 de março de 2023

Assentimento:

Documento assinado digitalmente
 RAQUEL APARECIDA MACEDO
Data: 30/06/2023 09:09:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Raquel Aparecida Macedo
Autora

Documento assinado digitalmente
 GUSTAVO SOARES IORIO
Data: 29/06/2023 15:42:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Gustavo Soares Iorio
Orientador

AGRADECIMENTOS

O processo de escrita de uma dissertação é mais que a conclusão de uma etapa acadêmica é também de conhecimento, amadurecimento pessoal e emocional, e por isso posso dizer: como cresci neste período de tempo! Mas esta caminhada não seria tão enriquecedora se não a tivesse compartilhado com pessoas tão especiais e queridas.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador Gustavo Soares Iorio por todo conhecimento compartilhado, por respeitar e incentivar as minhas escolhas e ideias, mas sobretudo, pela paciência e compreensão.

A minha família por todo apoio; meus pais Márcia e Vantuil, também conhecidos como a Sulinha e o Tulim, por fazerem deste sonho também o deles. Aos meus irmãos Matheus e, em especial, a Ruthy pelas ideias dadas durante a pesquisa.

Aos meus colegas de mestrado, especialmente a Darlene e a Natália. A todos os meus amigos: a Lara, Andreza, Thayná, Jairo, Karol, e Lucas. A minha psicóloga Vitória Souza pelo suporte durante este processo e ao meu companheiro Ronan por todo carinho e apoio.

Agradeço também aos moradores do bairro Areia Branca e a Aline Ribas enfermeira chefe do PSF Araponga que prontamente se dispôs a fornecer os dados necessários.

Por fim, agradeço aos professores e funcionários do departamento de Geografia e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos.

Amar a si mesmo é considerar-se digno do melhor, fortalecer o respeito próprio e dar-se a oportunidade de ser feliz pelo simples fato de estar vivo- e sem nenhuma outra razão.

(Walter Riso).

RESUMO

MACEDO, Raquel Aparecida, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2023. **Novas relações campo-cidade: a urbanização do bairro Areia Branca em Araponga-MG, 2009-2022.** Orientador: Gustavo Soares Iorio.

Este trabalho tem por objetivo compreender como as dinâmicas do campo atuam na construção do espaço urbano das pequenas cidades. O objeto de estudo é a pequena cidade de Araponga, Minas Gerais, em específico o bairro Areia Branca. A hipótese trabalhada é que a formação do bairro, bem como o seu desenvolvimento, está relacionada à capitalização do campo. Araponga possui estrutura agrária caracterizada pela fragmentação das propriedades rurais, presença de minifúndios e formação social de agricultores familiares e, dentro do contexto da microrregião, possui uma das maiores populações rurais. No entanto, a urbanização desta população é uma tendência, pois, nos últimos anos, a perda da população rural se deu na mesma proporção que o aumento da população urbana. Neste sentido, a pesquisa se debruçou sobre o processo de urbanização do bairro Areia Branca, área de urbanização recente, que apresenta significativo aumento populacional e expansão urbana em relação às demais áreas da cidade. A metodologia contou com a aplicação de questionários para dois perfis de respondentes: moradores do bairro e donos de comércio. Os resultados demonstraram que o aumento populacional de Areia Branca, assim como os tipos de serviços ali prestados, estão relacionados aos processos atuantes do campo. A modernização tecnológica e a capitalização do campo têm produzido concentração de terras e expulsão da área rural. Dessa forma, o bairro é o resultado espacial das diversas estratégias que a população adota para o aumento de renda, que se dá através da diversificação das atividades, como, por exemplo, a pluriatividade com residência urbana. Quanto aos serviços, concentram-se no bairro aqueles que atendem à população do campo e, por isso, se destacam em relação aos do centro da cidade, sendo o bairro uma importante área comercial. Além disso, a proximidade com o centro da cidade, a presença de terrenos e aluguéis mais baratos, são fatores locacionais decisivos para a escolha pelo bairro. A capitalização do campo, bem como as mudanças sociais advindas da alteração das relações de produção impactam a produção do espaço das pequenas cidades em diferentes graus

e formas, e o bairro Areia Branca é um exemplo claro disso. Por isso, as estratégias de desenvolvimento para as pequenas cidades devem ser pensadas dentro da relação rural-urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Pequena cidade. Relação campo-cidade. Produção do espaço urbano. Migração rural-urbana. Zona da Mata.

ABSTRACT

MACEDO, Raquel Aparecida, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, March, 2023. **Newcountryside-city relationship: the urbanization of the Areia Branca neighborhood in Araponga-MG, 2009-2022.** Adviser: Gustavo Soares Iorio

This work aims to comprehend how the rural area dynamics function in the construction of the urban space of small cities. The object of study is the small town of Araponga, Minas Gerais, specifically the Areia Branca neighborhood. The working hypothesis is that the formation of this neighborhood, as well as its development, is related to the capitalization of the countryside. Araponga has an agrarian structure characterized by the fragmentation of rural properties, the presence of smallholdings and the social formation of family farmers and, within the context of the microregion, it has one of the largest rural populations. However, the urbanization of this population is a trend, since, in recent years, the loss of the rural population occurred in the same proportion as the increase in the urban population. In this sense, the research focused on the urbanization process of Areia Branca neighborhood, an area of recent urbanization, which presents a greater population increase and urban expansion in relation to other areas of the city. The methodology involved the application of questionnaires to two profiles of respondents: residents and shop owners. The results showed that the population increase in Areia Branca, along with the types of services provided there, are related to the active processes in the countryside. Technological modernization and capitalization of the countryside have produced land concentration and expulsion from the rural area. Thus, the neighborhood is the spatial result of different strategies that the population adopts to increase income, which occurs through diversification of activities, such as, for example, pluriactivity with urban residence. As for services, those that reach the rural population are concentrated in the neighborhood and, therefore, stand out in relation to those in the city center, the neighborhood being an important commercial area. Moreover, the proximity to the city center, the presence of cheaper lands and rents are decisive locational factors for choosing the neighborhood. The capitalization of the countryside, as well as the social changes arising from the alteration of production relations, impact the production of space in small cities in different degrees and ways, and Areia Branca neighborhood is an evident example of

this. Therefore, development strategies for small towns must be considered within the rural-urban relationship.

KEYWORDS: Small town. Countryside-city relationship. Production of urban space. Rural-urban migration. Zona da Mata.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa de localização da Zona da Mata Mineira.....	43
Figura 2- Plantação de milho junto a lavoura de café em Araponga- MG	49
Figura 3- População urbana nos municípios da Zona da Mata mineira, 2015	53
Figura 4- Localização do município de Araponga em Minas Gerais	61
Figura 5- Plantação de milho e amendoim junto ao cafezal em Araponga	71
Figura 6- Pirâmide etária da população de Araponga para o ano de 2000	74
Figura 7- Pirâmide etária da população de Araponga para o ano de 2010	75
Figura 8- Pirâmide etária da população de Araponga para o ano de 2020	76
Figura 9- Imagem aérea da cidade de Araponga- MG	82
Figura 10- Anúncios de venda de lotes do bairro em redes sociais	84
Figura 11- Imagem parcial do Bairro Areia Branca: início dos anos 2000 e em 2004	85
Figura 12- Área do bairro Areia Branca no ano de 2009	87
Figura 13- Área do bairro Areia Branca no ano de 2019	88
Figura 14- Publicação em redes sociais sobre a regularização fundiária do bairro Areia Branca	90
Figura 15- Área de expansão urbana no bairro Areia Branca	92
Figura 16- Placa de venda de lotes e limite do bairro Areia Branca	93
Figura 17- Expansão do bairro limitada por terreno particular	94
Figura 18- Construções com mais de dois pavimentos e casas em construção	95
Figura 19- Pirâmide etária da população do bairro Areia Branca- Agosto de 2022...	99
Figura 20- Vista parcial da Av. Antônio de Toledo Ribas no bairro Areia Branca....	114
Gráfico 1- PIB e PIB per capita do município de Araponga- 2010 e 2018.....	78
Gráfico 2: Participação de cada setor na composição do PIB de Araponga- 2019 ...	79
Gráfico 3: Evolução da população do bairro Areia Branca: 2016 a 2022.	97
Gráfico 4: Relação sexo e idade da população de moradores entrevistada	101

Gráfico 5- Ocupação dos moradores entrevistados	102
Gráfico 6: Relação da categoria trabalho informal e local de trabalho	105
Gráfico 7: Fatores de decisão pela moradia no bairro.....	108
Gráfico 8: Local que residiam antes da mudança para o bairro Areia Branca	111
Gráfico 9: Atividades que os moradores realizam no bairro	112
Gráfico 10: Número de estabelecimento em relação ao tempo de instalação no bairro.	116
Gráfico 11: Fonte de renda além do comércio	117
Gráfico 12: Ocupação antes do estabelecimento comercial	117
Quadro 1- População nos municípios da microrregião de Viçosa, 2010 a 2021.	55
Quadro 2- População rural e urbana da microrregião de Viçosa nos anos de 2010 e 2020	56
Quadro 3- Participação de cada setor no PIB dos municípios da microrregião de Viçosa, 2019 (continua).....	57
Quadro 4- Participação de cada setor no PIB dos municípios da microrregião de Viçosa, 2019 (conclusão).	58
Quadro 5- Número de estabelecimentos agropecuários por área no ano de 2006 e 2017.	65
Quadro 6- Número de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor em relação a terra e idade no ano de 2017.....	67
Quadro 7- Relação do tempo que reside no bairro e fatores de decisão pelo bairro (continuação).....	109
Quadro 7- Relação do tempo que reside no bairro e fatores de decisão pelo bairro (conclusão).....	110
Quadro 9: Relação entre tipo e números de estabelecimentos comerciais do bairro	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Área colhida e quantidade produzida dos principais produtos agrícolas do município de Araçuaia	70
Tabela 2- Distribuição da população de Araçuaia para o ano de 2010 e 2020.....	73
Tabela 3: Ocupações que conciliam renda no Bairro Areia Branca	102
Tabela 4: Fatores de decisão para instalar o comércio no bairro.....	118
Tabela 5: Relação da decisão locacional e tempo de instalação do comércio.....	119
Tabela 6: Alcance espacial do comércio de acordo com o tipo.....	120
Tabela 7: Perfil de frequentador dos estabelecimentos do bairro	121

LISTA DE ABREVIATURAS

AFA- Associação dos Agricultores Familiares de Araponga

CadÚnico- Cadastro Único para Programas Sociais

FJP- Fundação João Pinheiro

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMRS- Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PRONAF- Programa nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PIB- produto Interno Bruto

PSF- Programa Saúde da Família

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. A (RE)DESCOBERTA DAS PEQUENAS CIDADES PARA O URBANO BRASILEIRO.....	22
2.1 O par urbano- rural dentro das pequenas cidades	29
2.2. Urbanização do campo e o espaço da pequena cidade.....	35
3. ZONA DA MATA E MICRORREGIÃO DE VIÇOSA: ENTRE DISTINÇÕES E SIMILARIDADES.....	41
3.1 Estrutura agrária da Zona da Mata:.....	46
3.2 Desigualdade intra-regionais da Zona da Mata: a microrregião de Viçosa	51
4. ARAPONGA: HISTÓRICO DE FORMAÇÃO, SOCIEDADE E ECONOMIA.....	60
4.1 Formação e estrutura do campo de Araponga	62
4.2. População e economia do município de Araponga	73
4. 3. Urbanização da cidade de Araponga e do bairro Areia Branca.....	80
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	97
5.1 Questionário moradores	100
5.2 Questionário donos de estabelecimento	113
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS.....	127
APÊNDICES.....	133
Questionário 1- Moradores do bairro Areia Branca	133
Questionário 2- Frequentadores do bairro	134
Questionário 3- Donos de estabelecimento comercial	135
Termo de Livre Consentimento	136
ANEXOS	139
Anexo A- Isenção do ITBI para bens imóveis destinados a regularização fundiária	139

Anexo B- Lei de ampliação do perímetro urbano de Araponga.....	130
Anexo C- Decreto de regularização fundiária do bairro Areia Branca	131

1. INTRODUÇÃO

‘Cê é filho de quem?’ Quem é de cidade pequena com certeza já ouviu esta pergunta ao iniciar uma prosa e respondeu dizendo as origens genealógicas. Esta simples pergunta demonstra curiosidade e se reporta ao que em parte é real, mas também o que em parte se constituiu no imaginário que se tem sobre a pequena cidade: lugar calmo, de ritmo tranquilo e que dado o tamanho da sua população proporciona relações próximas, de vizinhança, vínculos fortes e de cooperação, de lugar assentado na tradição e ligado ao campo.

Esta representação ainda é viva porque em parte a pequena cidade ainda o é. Mas já não é tão calma. O ritmo se tornou mais acelerado, as relações são também agora mediadas pelos meios de comunicação e o espaço urbano mais complexo, dotado de elementos e novas dinâmicas espaciais. A tradição convive com os símbolos da modernização tecnológica e a experiência da modernidade que se traduz em novos hábitos de consumo, signos e novas paisagens produzidas.

Todo este conjunto produz formas de se relacionar com o espaço e tem mudado profundamente as relações sociais. Por isso, a análise desta categoria de cidade não pode ser desprendida da nossa circunstância histórica: a globalização. E é por esta razão que as pequenas cidades têm despertado o interesse de geógrafos, e pesquisadores de diversos campos como arquitetura, urbanismo, da sociologia e da história

Outro aspecto que precisa ser levado em consideração é a relação da pequena cidade com o campo circunvizinho. Esta relação é histórica e dentro das pequenas cidades, o urbano e o rural estão imbricados, seja pelo modo de vida, seja como traço econômico, sendo os processos de transformação do campo, também explicativos das dinâmicas urbanas, que dentro do atual contexto de acumulação capitalista produz novos contornos.

Sendo numerosas em todas as regiões brasileiras, as pequenas cidades fazem parte da vida de boa parcela da população brasileira que recorre a estes centros para satisfazer as suas necessidades básicas e imediatas de consumo. Assim, estamos nos referindo a mudanças de hábitos e de vida desta população que dada as características destas cidades, significa por vezes, mudanças profundas do seu modo de vida e organização. Como também, de problemas que estas cidades ainda não tinham se deparado como aumento da violência, da segregação socioespacial,

transporte público, acesso a infraestrutura urbana e periferação. No entanto, mesmo representando a maior parte das cidades brasileiras, as pequenas cidades ainda são pouco estudadas (NOGUEIRA, 2016; FRESCA, 2001).

O processo de urbanização dentro das pequenas cidades se apresenta de forma diferenciada e particular dadas as características sociais e geohistóricas deste perfil de cidade, que somadas aos processos globais produzem configurações únicas. Esta ausência de estudos representa uma lacuna no que se refere às pesquisas sobre urbanização brasileira e de dinâmicas que atuam sobre o território nacional, pois, historicamente, as pesquisas sempre privilegiaram os espaços metropolitanos em detrimento de outros perfis de cidades.

Os poucos trabalhos existentes sobre as pequenas cidades, esbarram de imediato em dificuldades metodológicas e teóricas que se devem principalmente à própria conceituação do termo no que se refere ao adjetivo 'pequena'. Acrescenta-se também a complexidade que esta categoria de cidade apresenta devido a diversidade de perfis, tanto no que se refere a tamanho populacional, funcionalidade, localização e processos históricos. Dentro destas discussões, o próprio caráter urbano destas cidades é questionado (SILVA; SPOSITO, 2009; WANDERLEY, 2004; LOPES, 2005).

Se os estudos sobre esta categoria de cidades são poucos, os que trabalham com a relação campo e urbanização da pequena cidade são ainda mais restritos. Dentro deste espectro, predominam as pesquisas sobre as pequenas cidades consideradas *do campo*. Mas sobre as que não possuem este campo altamente tecnológico (provavelmente onde se encontra a maioria das pequenas cidades brasileiras), ou ainda de como estas cidades controlam as relações com o campo, seja no fornecimento de equipamentos, insumos e serviços, no consumo da produção agrícola (Fresca, 2010), ou ainda na própria produção do espaço urbano, há notável ausência de trabalhos.

Desta forma, este trabalho nasceu da necessidade de identificar e explicar os processos e dinâmicas que engendram a urbanização das pequenas cidades dentro do atual contexto histórico e a relação com o campo circunvizinho neste contexto. Neste sentido, o objeto de estudo é a pequena cidade de Araponga em Minas Gerais, e em específico, o bairro Areia Branca.

A autora nasceu na zona rural do município de Araponga e pela necessidade de buscar serviços na área urbana foi percebendo diversas mudanças, principalmente em Areia Branca, bairro que cortava para acessar o centro da cidade. Enquanto

cursava o curso de Geografia a atenção se voltava ainda mais para o bairro e a necessidade de entender melhor a produção deste espaço, que em relação às demais áreas da cidade, de longe se sobressaia.

Araponga se localiza na Zona da Mata mineira e possui a maior parte da população residente na área rural, bem como, o modo de vida e economia ligados à ruralidade. Mas, na última década, a população rural diminuiu na mesma proporção que a urbana aumentou (FJP, 2022). O café é a principal atividade econômica do município e devido a certa estabilidade no preço do café e condições físicas propícias ao cultivo, a lavoura cafeeira se expandiu em detrimento de outras culturas, e há também o movimento de especialização em cafés de qualidade alcançando mercados nacionais e internacionais.

Araponga se localiza numa faixa de municípios produtores de café, conhecida como Matas de Minas. Nesta área observa-se o revigoramento dos cafezais, num movimento de especialização produtiva atendendo um mercado em expansão no Brasil. A maior parte da população araponguense trabalha de forma direta ou indiretamente na produção cafeeira.

Quanto ao espaço urbano, além da área do centro, Araponga possui o distrito de Estevão de Araújo e o bairro Areia Branca como espaços urbanos. O bairro Areia Branca é uma área de urbanização recente que tem passado por transformações qualitativas e quantitativas, como o adensamento de serviços e aumento populacional. Por isso, a questão que este trabalho procura responder é a seguinte: quais os processos econômicos e sociais que engendram a construção do espaço urbano do bairro Areia Branca no contexto de uma pequena cidade marcada pela ruralidade?

A nossa hipótese é que o processo de urbanização da cidade de Araponga, em específico o Bairro Areia Branca, está relacionado às transformações do campo circunvizinho, principalmente a especialização do município no cultivo de café. Num primeiro momento, à modernização do campo, e por fim, a própria dinâmica do bairro que se aproveitando da relação campo- cidade passa a fornecer serviços especializados para este campo.

Vale ressaltar aqui, que a modernização do campo, no qual nos referimos é a introdução de máquinas, insumos agrícolas e acesso a crédito em comparação a períodos anteriores. Pois, a realidade rural de Araponga- como na Zona da Mata mineira-, é da fragmentação das propriedades rurais e de pequenos agricultores

familiares que possuem capital restrito. Portanto, não se compara em nada a modernização tecnológica das pequenas cidades ditas *do campo*.

Considerando, assim como, Corrêa (2004, p.11) que o espaço urbano é um produto espacial “resultado das ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço”. E que a urbanização se trata de um processo social com desdobramentos espaciais, “no qual uma ampla gama de diferentes atores com objetivos e agendas bastante diversas interagem através de uma configuração específica de práticas espaciais interligadas”, como colocado por Harvey (1989, p.50), procuramos analisar as formas urbanas e os processos sociais e econômicos que engendram a produção do espaço de Areia Branca.

Buscou-se entender como a estrutura desta urbanização aponta para mudanças econômicas e dinâmicas da população (rural- urbana). Este caminho perpassa pelo entendimento de como as formas espaciais estão organizadas dentro das pequenas cidades, na atuação dos agentes econômicos, sociais e políticos e na relação com a região e campo circunvizinho. Por isso, os objetivos foram:

- I. Compreender a natureza do bairro;
- II. Identificar as funções que o bairro tem adquirido e o alcance espacial delas;
- III. Analisar se a urbanização do bairro tem gerado demandas por serviços e diversificação das atividades;
- IV. Identificar quais são os agentes produtores do espaço;
- V. Caracterizar o campo circunvizinho e os processos atuantes neste campo;
- VI. Identificar de que maneira a urbanização se relacionaria com o campo.

Para identificar este movimento o recorte temporal utilizado foi do ano de 2009 ao ano de 2022. A definição do recorte temporal se deve ao fato de que foi a partir de 2009 que estas mudanças se tornaram mais evidentes, como o adensamento de serviços e crescimento da área física do bairro, podendo ser observadas inclusive por imagens de satélites.

Como principal metodologia utilizamos a aplicação de questionários para dois tipos de respondentes. O primeiro questionário, se direcionou aos moradores do bairro e procurava identificar os fatores de atração e o perfil do morador. O segundo

questionário destinado aos donos de estabelecimentos, visou identificar o tipo de estabelecimento e a escolha do bairro para a instalação do comércio.

Para a definição da população de moradores a ser entrevistada, de modo que fosse representativa, foi realizado o cálculo de amostra estratificada, levando em consideração a faixa etária e o sexo. No entanto, devido a dificuldades de várias ordens como a recusa dos moradores em participar, foram entrevistados 59 moradores. No segundo questionário foram entrevistados 33 donos de estabelecimentos comerciais. Todos os entrevistados são maiores de 18 anos. Os resultados obtidos foram organizados para o software *Exce*® 2013 na forma de gráficos e tabelas e os resultados interpretados.

Após esta introdução a dissertação está estruturada da seguinte forma: no primeiro capítulo 'A (re)descoberta das pequenas cidades para o urbano brasileiro' e discute sobre esta categoria de cidades brasileiras. É colocado as principais discussões teóricas e metodológicas sobre o tema, bem como a diversidade de perfis de pequenas cidades as contextualizando dentro do processo de globalização e a relação com o campo. Abordamos também, o caminho metodológico escolhido para a análise da pequena cidade de Araponga que no caso foi análise regional e formação socioespacial da cidade e do município.

Tendo a análise regional como um dos caminhos metodológicos para se analisar a pequena cidade, o segundo capítulo 'Zona da Mata e microrregião de Viçosa entre distinções e similaridades' discute a formação do espaço regional onde se localiza Araponga, a ocupação da região, formação da rede urbana e o perfil atual da mesorregião e da microrregião. Neste capítulo é mostrado que mais da metade dos municípios que compõem a mesorregião onde se encontra Araponga são formados por pequenas cidades, mas que dado as desigualdades internas marcantes, possuem diferentes perfis e papéis.

No terceiro capítulo analisamos o município de Araponga, histórico de formação, ocupação, economia, população, espaço urbano e por fim, fazemos comparações com a microrregião. A análise da formação socioespacial demonstrou que Araponga ao longo das últimas décadas apresentou considerável evolução e melhoria dos índices socioeconômicos, enquanto a análise da microrregião e mesorregião apontou para um dos mais baixos índices socioeconômicos.

A análise do município dentro do contexto regional e posteriormente da sua formação socioespacial forneceu elementos para entender o município e a cidade de

Araponga em sua complexidade dando um perfil mais próximo da realidade, das relações que possuem com a região e o papel desempenhado na rede urbana.

No quarto capítulo analisamos e discutimos os principais resultados da pesquisa. Por fim, nas considerações finais concluímos as nossas discussões, por isso, retornamos para nossa hipótese, objetivos e as principais discussões realizadas ao longo deste trabalho.

Os resultados demonstraram que o bairro é formado pela migração campo-cidade. Se destacam a migração de idosos que deixaram o campo dado a dificuldade de manter a gestão da propriedade e buscam o bairro pela proximidade a serviços como saúde. A migração dos jovens e adultos como estratégia de aumento da renda, conciliando o trabalho rural com outras atividades urbanas e com o emprego formal. Dentro desta última categoria se encontram os produtores rurais, os meeiros, e os trabalhadores volantes. Outro perfil encontrado são de moradores que antes residiam em casas e terrenos cedidos por patrões, assim, a mudança para o bairro significou autonomia econômica.

A facilidade de acessar serviços e bens proporcionado pela proximidade com o centro, e o fato de, em relação a outras áreas da cidade, os terrenos de Areia Branca serem relativamente mais baratos, são fatores que colocaram o bairro como frente de expansão urbana. A valorização e especulação imobiliária são processos bem recentes na história de formação de Areia Branca.

Com relação aos estabelecimentos, estes se aproveitam da localização do bairro para captar a população do campo e também de outros municípios. A decisão locacional se deu devido aos terrenos baratos e proximidade com o centro, além das características físicas do sítio, como espaço para carga e descarga de mercadorias. Ademais, boa parte dos donos de estabelecimento que eram produtores rurais mantiveram esta atividade com a instalação do comércio. Já os que antes possuíam outra ocupação abandonou a antiga atividade para se dedicar apenas ao comércio.

Com base nos resultados, a urbanização do bairro Areia Branca é fruto de desdobramentos sociais e econômicos oriundos da relação campo e cidade, que se dá, principalmente pela modernização tecnológica que tem produzido concentração de terra e expulsão do campo, confirmando assim a nossa hipótese. Os resultados mostraram também, que o bairro é o resultado espacial das estratégias que a população busca para o aumento da renda que se dá através da diversificação.

O capital oriundo do café, bem como a disseminação dos meios de transporte e comunicação, são meios materiais que proporcionam a pluriatividade com residência urbana. Por fim, como último aspecto desta relação, o bairro pela localização, proximidade e ligação com as áreas rurais tem se especializado no fornecimento de serviços, máquinas e insumos agrícolas, com atividades que se destacam em relação aos do centro da cidade, atendendo inclusive municípios vizinhos.

Ao analisarmos o processo de urbanização da cidade de Araponga, e em específico o bairro Areia Branca, esperamos com estes resultados contribuir com as discussões a respeito das pequenas cidades e da microrregião, fornecendo elementos para a compreensão da realidade regional e do processo de urbanização dentro das pequenas cidades. A cidade de Araponga, como as demais cidades da microrregião de Viçosa, possui forte ligação com o campo e a urbanização da população é uma tendência da microrregião. Compreender estes processos é importante para o planejamento do espaço urbano destas cidades e para a criação de estratégias de desenvolvimento regional, visto também, que a microrregião de Viçosa apresenta baixos índices de desenvolvimento socioeconômico. Esperamos também incentivar novas pesquisas sobre as pequenas cidades da Zona da Mata.

2. A (RE)DESCOBERTA DAS PEQUENAS CIDADES PARA O URBANO BRASILEIRO

Nos últimos anos o interesse pelas pequenas cidades e os trabalhos a respeito das mesmas tem se adensado, permanecendo porém as dificuldades teóricas e metodológicas que se devem basicamente à quantidade e diversidade de perfis de pequenas cidades existentes no Brasil (FERNANDES, 2018). A principal dificuldade teórica reside em definir a que se refere o adjetivo 'pequena', podendo se referir ao tamanho populacional da área urbana, a extensão física do núcleo urbano, ou por vezes ao tamanho populacional ou área do município.

Esta dificuldade é apontada por diversos autores que estudam o tema como Nogueira (2016), Fresca (2010), Junior (2014), entre outros, que inclusive alertam para o fato de usar este adjetivo associado a parâmetro demográfico para categorizar uma cidade. Pois, há o risco de cair em generalizações, considerando que "(...)trata-se de uma problemática complexa que envolve várias dimensões sociais e econômicas, tanto do mundo rural, como o do urbano" (NOGUEIRA, 2016. p.40).

Dentro desta categoria de cidades há uma enorme diversidade de perfis, que se mostra inclusive no tamanho populacional, com cidades que apresentam 2 mil habitantes, ou menos, quanto às cidades que apresentam 50 mil habitantes, sendo categorizadas como pequenas (FRESCA, 2001). Mesmo considerando que outros elementos são necessários para a definição, os autores que discutem sobre a temática não abandonam o critério demográfico. É o caso de Corrêa (2011). Para ele "centralidade e tamanho demográfico estão intimamente relacionados. As pequenas cidades, centros locais que temos em mente, dificilmente ultrapassam 20-30 mil habitantes. É a elas que estamos nos referindo" (CORRÊA, 2011, p.11)

Nogueira (2016) também realiza esta discussão e fazendo observações, utiliza o parâmetro demográfico, considerando cidades pequenas como aquelas que apresentam patamar inferior a 20 mil habitantes, assim como Corrêa (2001). Fresca (2010, p.76) coloca que "evidentemente que dependendo do estudo e objetivos, nada impede que se utilize o número de habitantes, mas há que se fazer as ressalvas necessárias, acorde os objetivos na pesquisa".

No entanto, ao analisar a bibliografia sobre o tema observa-se que mesmo que as discussões sobre esta problemática esteja presente há ainda confusão por parte dos autores não deixando claro, por vezes, se estão considerando um patamar

populacional para o município ou para a área urbana. Outra confusão recorrente é entre município e cidade como no trabalho de Wanderley (2001). Esta confusão também foi percebida por Junior (2014) quando ele afirma que estes dois conceitos são trabalhados como sinônimos, quando um se trata de divisão territorial e administrativa e o outro da área urbana e a “parte urbanizada de seus distritos consideradas prolongamentos destas cidades” (JUNIOR, 2014, p.37).

Milton Santos (1979) rejeita o uso do termo ‘pequenas cidades’ e prefere o termo ‘cidades locais’, pois segundo ele o primeiro logo remete ao tamanho demográfico. E o fenômeno urbano é qualitativo, envolve diversos aspectos tais como funcionalidade, complexidade do mercado e alcance, o que critérios quantitativos como tamanho da aglomeração não daria conta de abranger.

Ainda dentro desta discussão, e tendo como base a realidade das cidades latino americanas, Santos (1979) afirma que para serem consideradas cidades locais, as mesmas deveriam apresentar um patamar mínimo, que a partir deste, exigiria especialização de atividades, respondendo de forma imediata as necessidades básicas da população. A problemática seria então definir qual seria este patamar mínimo.

A partir das reflexões de Santos (1979), Fresca (2010) coloca que haveria as pequenas cidades e os centros locais sendo abordadas como sinônimos, no entanto, apresentariam diferenças significativas. Para a autora centro local seriam as cidades que se localizam no nível mais baixo da hierarquia urbana, oferecendo serviços mais básicos para o consumo imediato de sua população. A partir deste limite mínimo seria possível atender e classificar uma cidade como pequena, pois estas cidades se encontrariam quando este nível fosse extrapolado. Desta forma, as pequenas cidades seriam mais complexas que os centros locais, porém, não tão complexas quanto as cidades médias.

A partir do nível mínimo de atividades acima exposto, há uma diversidade significativa de cidades, cuja complexidade de atividades urbanas extrapola o denominado nível mínimo. Mas isto não gera elementos necessários para que as mesmas possam ser consideradas cidades intermediárias ou metrópoles, significando que mesmo tendo certa complexidade de atividades urbanas acima do nível mínimo, continuam sendo pequenas. E aqui reside a razão para o uso da expressão pequena cidade para aquelas que não são centros locais (FRESCA, 2010, p.78).

Além das discussões a respeito do tamanho demográfico, soma-se também à equação a aproximação das pequenas cidades com o mundo rural. Por isso, alguns autores questionam o caráter urbano destas cidades apontando que dentro delas a experiência urbana é frágil (WANDERLEY, 2009; SOARES et al, 2014).

(...) parece evidente que essas cidades, pela sua própria dimensão, impõe limites a uma verdadeira experiência da vida urbana. Em grande parte desses municípios, a intensidade do processo de urbanização ainda é frágil, em decorrência da falta de diversificação das atividades econômicas e da oferta de serviços que se concentram nas grandes e médias cidades. (SOARES et al, 2014, p. 7).

Mas, o fato da experiência urbana não ser a mesma vivenciada em cidades médias e nas grandes metrópoles não descaracteriza esta urbanização. Se trata de uma urbanização que apresenta as suas particularidades. Por isso, a análise das pequenas cidades não pode partir de reflexões e metodologias utilizadas em espaços metropolitanos, e sim levando em consideração as características próprias desta categoria, como por exemplo, a relação com o campo e com a região.

Além disso, se considerarmos a urbanização a partir de Lefebvre (1999) que associa este processo à constituição da sociedade industrial, principalmente dentro da nossa circunstância histórica, estes argumentos não se sustentam. Ademais, a definição de cidade no Brasil é feita de acordo com parâmetros legais e administrativos.

Um dos autores que mais contribui para as discussões a respeito das pequenas cidades é Corrêa (2011). Para o autor alguns elementos são essenciais para as discussões teóricas e metodológicas desta categoria de cidades. O primeiro deles é referente aos processos de formação que estas cidades passaram ao longo do tempo desde a sua criação, e a sua localização que permite várias relações com o entorno. O segundo elemento é o fato de toda cidade ser espaço de circulação, prestação de serviços e da divisão do trabalho. O terceiro elemento se refere ao fato de toda pequena cidade ser também sede do poder administrativo, logo tem poder de gestão sobre seu território.

Outro ponto a se considerar é a questão da centralidade, que segundo ele é o que melhor define uma cidade como pequena: “ela caracteriza-se por ser um centro local, isto é, que exerce centralidade em relação ao seu território municipal, sua hinterlândia, onde vive uma população dispersa e dedicada sobretudo às atividades

agrárias” (CORRÊA, 2011, p.7). O quinto elemento diz respeito a diversidade de perfis que as pequenas cidades apresentam. Pois características como histórico de formação, contexto regional, combinados a processos específicos e gerais, resultam em diferentes arranjos.

Além de fornecer elementos para pensar sobre estas cidades, o autor também elaborou uma tipologia que abarca os diferentes perfis de pequenas cidades. Trata-se segundo ele de um esforço teórico de abrangê-las em sua diversidade, ressaltando que são tipos ideais que podem ocorrer de forma combinada ou apresentar características de um ou mais tipos. Os tipos ideais propostos são: lugares centrais, os centros especializados, reservatórios de força de trabalho, centros locais que vivem de recursos externos e por fim, os subúrbios- dormitórios.

Segundo Corrêa (2011) os lugares centrais se localizam em áreas que são dotadas de infraestrutura e estão incorporadas à industrialização. Apresentam um campo moderno e produtivo, articulado a produção global “situam-se na confluência do agrário moderno com o urbano, do qual o pequeno lugar central é parte integrante” (CORRÊA, 2011, p.11). Os centros especializados:

Constituem núcleos de povoamento que desenvolvem atividades específicas, as quais conferem-lhes uma identidade singular (centro têxtil, de confecções, celulose e papel, de mineração, de peregrinação, etc.). As outras atividades econômicas que desempenham são mais dependentes da atividade específica e da população a ela diretamente vinculada do que as atividades e população de sua reduzida hinterlândia. (CORRÊA, 2011, p.11).

O autor ressalta que a maior parte destas pequenas cidades tendo suas relações com o campo enfraquecidas, perderam seus papéis econômicos e por ação de investimentos externos ou internos refuncionalizaram. E a menor parte, é resultado da ação de empresas, que para a realização de suas atividades precisam de uma grande base territorial, significando o controle da cidade, que são as “company town”. Corrêa (2011) cita como exemplo de centros especializados a pequena cidade do campo que:

(...) dele [campo] estando essencialmente desvinculada: seus principais fluxos são de longa distância e, em muitos casos, estranhos à área próxima. A localização de ambos os subtipos ocorre em todo o Brasil, tanto na Amazônia como no centro- sul. (CORRÊA, 2011, p.11).

O terceiro tipo, os reservatórios de força de trabalho, são os centros que constituem mão de obra que foi expulsa do campo, seja pela industrialização do campo, ou pela sua estagnação. São cidades que possuem características mais agrárias. Já os centros que vivem de recursos externos são os que sobrevivem de repasses do governo. Sobre estes, o autor afirma:

Constituem, via de regra, antigos e decadentes lugares centrais localizados em áreas agrícolas decadentes ou estagnadas, nas quais o processo migratório é notável. Com hinterlândias esvaziadas econômica e demograficamente e sem condições de desenvolver atividades especializadas, esses centros vivem de recursos externos. (CORRÊA, 2011, p.11).

Tanto os reservatórios de força de trabalho quanto os centros que vivem de recursos externos se tratam de pequenas cidades que têm dificuldades de se manter e estabelecer vínculos mais fortes com a região. O último tipo são os subúrbios-dormitório. Se tratam de pequenos centros que se localizam próximos a centros maiores, proporcionando as migrações pendulares dos moradores que partem para o centro maior todos os dias a trabalho; “Os subúrbios-dormitório constituem, em muitos casos, o resultado da absorção de um antigo lugar central por uma grande cidade em crescimento e expansão” (CORRÊA, 2011, p.11). O autor acrescenta:

O mercado de trabalho da cidade em expansão, a acessibilidade e a perda do papel de lugar central de núcleos que foram afetados pela valorização da terra para fins urbanos em detrimento de usos agrícolas, parecem explicar a transformação dessas pequenas cidades. As relações com o mundo rural se fazem de duas maneiras, ou porque atraem mais excedentes rurais ou porque em suas proximidades há sítios de fim-de-semana de habitantes da grande cidade. Localizam-se sobretudo no Centro-Sul. (CORRÊA, 2011, p.12)

A tipologia criada por Corrêa (2011) tenta abranger o universo que são as pequenas cidades e reforça o que já foi apontado anteriormente; a diversidade de perfis que esta categoria de cidades apresenta, onde encontramos desde aquelas que são centros econômicos dinâmicos conectadas com o mercado global àquelas decadentes, que se não fossem pelos repasses de recursos externos, a sua sobrevivência estaria comprometida. O autor ressalta em diversos momentos que esta diversidade se dá, sobretudo, pelo fato de processos históricos aliados a processos de reestruturação do campo e as relações com o entorno, produzirem diferentes perfis de cidades.

Fresca (2001) nos apresenta duas situações de pequenas cidades que abrigam importantes atividades econômicas, mas que produzem relações bem distintas, que segundo ela, se deve ao nível de inserção destas cidades na divisão internacional do trabalho, e que podem ser usadas como exemplo. O primeiro perfil é de cidades em que há a presença de indústrias que respondem por parte da produção nacional ou regional, concentrando atividades importantes e ligadas a diversos setores da cidade. No segundo perfil há a existência de importantes atividades, como os complexos agroindustriais que se localizam ali por estarem perto das fontes de matéria prima, mas quase não tem relação com a cidade em que a atividade está instalada. Isso porque a sua relação se dá com centros maiores, onde normalmente está o comando, necessitando por vezes, apenas de mão de obra (FRESCA, 2001).

Esta última situação é mencionada também por Silva e Sposito (2009) ao citarem o exemplo de Pirapozinho, em São Paulo, que possui menos de 30 mil habitantes. Segundo os autores a cidade de Pirapozinho mantém relações mais intensas "(...)" com o capital internacional do que propriamente com a esfera do local e do regional; o que acaba por subverter a própria lógica dos modelos de hierarquia que outrora, foram utilizados para explicar a realidade urbana no Brasil (SILVA; SPOSITO, 2009, p. 205).

Outra situação apontada por Silva e Sposito (2009) e vai de encontro com um dos tipos colocados por Corrêa (2011), é de em determinadas regiões a densidade populacional e a urbanização difusa ter colocado as pequenas cidades, independente do seu nível de complexidade, como cidades dormitórios. Ou o fato de não serem servidas por uma rede de infraestrutura e se localizarem longe dos centros mais dinâmicos não conseguirem se estabelecer sequer como cidades dormitórios.

Mas, em outros casos, pela proximidade com "áreas metropolitanas e em eixos dinâmicos podem passar por um incremento em seus papéis industriais, geração de empregos. Um exemplo é a criação de atividades ligadas ao turismo, lazer e residência secundária, principalmente no campo destas pequenas cidades (ENDLICH, 2006). Ou ainda, por se localizarem distantes geograficamente, mas serem servidas por uma boa rede de infraestrutura, tornam importantes centros de consumo e fornecimento de serviços. Neste sentido, "tanto a acessibilidade como o isolamento podem ser elementos explicativos para os papéis das pequenas cidades" (ENDLICH, 2006, p. 173),

Desta forma, a localização dentro do interior da rede urbana como também a rede urbana na qual esta cidade está inserida produz outras diferenciações. Pois, as relações de uma pequena cidade da rede urbana do estado de São Paulo com seu entorno, é diferente de uma pequena cidade que se encontra na região da Amazônia, por exemplo, tanto em termos de estrutura quanto funcionalidade. É neste sentido, que se defende que o estudo das pequenas cidades deve partir de análises como formação socioespacial e histórica, centralidade e a sua inserção dentro da região, para entendê-las no seu atual contexto e não a partir de parâmetros demográficos (CORRÊA, 2011; FRESCA, 2010; JUNIOR, 2013; SILVA, SPOSITO, 2009).

A leitura a partir da inserção regional é apontada, portanto, como forma de analisar os papéis destas pequenas cidades e as relações que mantêm com a região. Acrescenta-se também que a região tende a atender aos imperativos do capitalismo, e por isso, a análise regional é importante ferramenta para entender os processos passados e atuantes:

Na avaliação da rede urbana, o espaço das pequenas cidades ganha qualitativos relevantes. Deste cenário pode-se extrair a produção, consumo, a circulação e os diversos fluxos que compõem a realidade urbana, bem como podemos apreciar a influência político-econômica que determinada cidade exerce em relação às suas proximidades e/ou região. Então compreendemos que a dimensão histórica da rede urbana tende a revelar a lógica dos papéis que determinada cidade assumiu e/ou assume temporariamente na dinâmica das relações capitalistas de produção. (SILVA; SPOSITO, 2009, p.210).

Embora a análise regional forneça elementos para compreender as pequenas cidades ela não deve ser o fim (SILVA; SPOSITO, 2009), pois a leitura também é complexa e particular. Portanto, é preciso levar em consideração também as características específicas destas cidades como formação geohistórica, população, economia e a relação com o campo. Pois, a urbanização das pequenas cidades apresenta particularidades em relação à urbanização de espaços mais complexos e metropolitanos. Da mesma forma, as análises e metodologias utilizadas deve levar em consideração estas diferenciações quando se trabalha com esta categoria de cidades.

Mesmo que alguns processos sejam comuns a todas as cidades brasileiras, a forma que ressoam dentro das pequenas cidades produz distinções. Basta lembrar que a forma de consumo é diferente, a população é menor, e há dentro das pequenas cidades, mais forte que nas demais, o componente da tradição e a relação com o

campo. Neste sentido, a proximidade da pequena cidade com o campo é um elemento chave para entender a conformação deste espaço, principalmente, dentro de pequenas cidades como Araponga, em que a proximidade com o campo se dá por meio da economia, no número de pessoas residindo na zona rural e no modo de vida marcado pela ruralidade.

2.1 O par urbano- rural dentro das pequenas cidades

As pequenas cidades possuem íntima relação com o campo circunvizinho. Esta relação é histórica e é dada seja como traço econômico, seja como traço social. Por esta proximidade com o mundo rural, o próprio caráter urbano destas cidades é questionado (WANDERLEY, 2004; LOPES, 2005; SILVA; SPOSITO, 2009). Neste sentido, Soares et. al (2014) colocam:

A maior “presença do mundo rural” pode ser percebida através dos diversos indicadores sócio-econômicos e demográficos, tais como: a proporção de população rural no conjunto da população municipal, o número de pessoas que residindo em áreas urbanas, trabalham no meio rural; a proporção de pessoas que, residindo nas áreas urbanas, trabalham no meio rural; a proporção de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias sobre o conjunto da população ocupada no município. (SOARES, et. al, 2014, p.7).

A presença e importância das atividades rurais somadas ao tamanho demográfico destas pequenas cidades levantam questionamentos do que é urbano, como também a partir de que momento podemos falar em cidade. Este fato somado também a falta de diversificação e dinamismo da economia leva alguns autores a colocarem que as pequenas cidades experimentam uma urbanização frágil (SOARES et. al, 2014).

Dentro do trabalho de Lopes (2005), por exemplo, é forte este questionamento. O objetivo dela foi identificar se as três cidades por ela estudadas, a saber, Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto, realmente se configuram como espaços urbanos. O trabalho de Lopes (2005) se insere no contexto de discussões colocadas por José Eli da Veiga, autor que defende que o Brasil é menos urbano do que os dados oficiais dizem (LOPES, 2005).

É neste sentido que Wanderley (2009, p.64) coloca que “acerca das pequenas cidades e, com mais forte razão, dos distritos, muitos se interrogam sobre a pertinência de considerá-las propriamente urbanas, integrantes efetivamente do

“sistema de cidades”. Estas discussões dependem da referência teórica na qual se inserem. Por outro lado, muitos autores utilizam como referência as discussões de Lefebvre (1999) autor que associa o processo de urbanização ao de industrialização, sendo o urbano um desdobramento e produto do desenvolvimento industrial.

Aqui, reservaremos o termo “sociedade urbana” à sociedade que nasce da industrialização. Essas palavras designam, portanto, a sociedade constituída por esse processo que domina e absorve a produção agrícola. Essa sociedade urbana só pode ser concebida ao final de um processo no curso no qual explodem as antigas formas urbanas de transformações descontínuas. (LEFEBVRE, 1999, p.13).

Para Lefebvre (1999) a cidade ao longo da história possuía conteúdos diferentes a depender das relações de produção. Com o advento da industrialização, a cidade passa a dar suporte ao crescimento do capitalismo e o fenômeno urbano ganha grande expressão, se expandindo para diversos espaços, e por isso haveria a urbanização completa da sociedade. Segundo Sposito (2002) as inovações técnicas ampliaram a produção, expandindo os mercados que passaram a funcionar em nível mundial e neste sentido o processo de urbanização.

A crescente especialização funcional que a industrialização provocou, e a ampliação dos mercados que a sua produção em série exigiu, ao fortalecer a articulação entre os lugares, e principalmente entre as cidades, reforçou a divisão social do trabalho, que se manifestou a nível espacial- a divisão territorial do trabalho. Ou seja, os lugares também se especializaram funcionalmente, à medida que transformações estruturais foram se dando a nível sociedade; o espaço foi sendo produzido socialmente para atender esta nova realidade- a de uma economia com forte base no desenvolvimento industrial. (SPOSITO, 2002, p.53-54).

Assim, a urbanização que se deu a partir do desenvolvimento do capitalismo industrial está também associada a valores, signos e modo de vida, se estendendo para além da cidade. As pequenas cidades não deixam de participar da reprodução capitalista, consomem signos da modernidade, se integram e se conectam a outros espaços, e inclusive, apresentam as contradições que são próprias deste sistema.

Paralelamente, devido a diversas mudanças advindas da mundialização, se discute que essa urbanização se estenderia inclusive dentro do campo. Pois, estas mudanças de características globais tem produzido dentro do campo transformações de várias ordens, onde novas relações sociais, culturais e econômicas ganham notoriedade, e o rural e urbano dentro deste contexto são espaços que tendem a se

imbricar. No entanto, como colocado por Corrêa (2011) às relações entre o urbano e o rural têm sido deixadas de lado tanto por geógrafos urbanos quanto pelos que trabalham com a questão agrária.

Também neste sentido, Fresca (2010, p.79) coloca que devido às mudanças do mundo rural há muitos estudos sobre a capitalização do campo “mas, não se tem reflexões de como as pequenas cidades, por intermédio de inúmeras relações, estabelece controle do campo; de qual a participação das mesmas na produção propriamente dita”.

Segundo Wanderley (2014) para se ter uma dimensão da íntima relação entre campo e cidade pequena, a maior parte da população que reside na zona rural no Brasil se encontra no campo de municípios sediados por uma pequena cidade. Segundo a autora a depender da região, dentro dos municípios de população de até 20 mil habitantes, a população rural é maior que a urbana.

A relação urbano rural está presente inclusive dentro do espaço das pequenas cidades com a presença de hortas, quintais, nas festas religiosas e de colheitas, no comércio e no próprio modo de viver. Por esta proximidade, a industrialização do campo e os processos derivados daí, como reestruturação produtiva e esvaziamento do campo, tendem também a produzir mudanças dentro das pequenas cidades, com estas perdendo população, reforçando o seu papel economicamente ou mesmo se estagnando.

Pois, o campo cada vez mais se volta para atender as demandas da cidade e ali também buscar bens e produtos para a produção. E a cidade a diversificar as atividades para atender este campo cada vez mais industrializado. Outro lado desta relação, se dá pela penetração da modernização e do desejo de consumo nas famílias rurais e intensificação dos deslocamentos entre rurais e urbanos, modificando os hábitos culturais e a paisagem urbana e rural.

No que se refere a esta relação, Corrêa (2011) afirma que a pequena cidade da década de 50 se diferencia das do período atual e este fato se deve principalmente ao papel que desempenhavam na confluência do urbano com o rural. Estas cidades pelo contexto do país que era de pouca industrialização, articulação interna e urbanização “desempenhavam papel mais significativo na vida econômica, social e política” (CORRÊA, 2011, p.8). Pois, era grande a dificuldade de acessar estes centros e os bens e serviços mais restritos, seja em relação ao fato de ser difícil de

encontrar como também a pouca variação de produtos. Neste sentido, o campo de forma geral, produzia maior diversidade de produtos.

A pequena cidade constituía um nó na rede de relações econômicas envolvendo o urbano e o rural. Situavam-se no começo de uma longa cadeia de comercialização, beneficiamento, se necessário, de produtos do mundo rural. Por outro lado. Situa-se no fim de outra cadeia, a de distribuição de produtos industrializados, provenientes de fora, sobretudo das grandes cidades. Alguns produtos industrializados, contudo, eram produzidos localmente, visando o comércio local. (CORRÊA, 2011, p.8).

Dada a pouca industrialização do país eram poucos os produtos e serviços especializados e fornecidos à população, conseqüentemente, era pouca divisão do trabalho. Na pequena cidade as atividades econômicas e sociais eram ligadas a colheita, onde o período de safra se caracterizava pelo movimento e dinamismo e o período de entressafra “significava um período no qual a vida econômica e social caracteriza-se por um declínio sazonal” (CORRÊA, 2011, p.8).

Desta forma, além do traço econômico o social era outro aspecto que colocava a pequena cidade no encontro do urbano com o rural. A pequena cidade era o centro da vida social com suas festas religiosas e da colheita, o local de encontro, da paquera, dos negócios, e da política. Neste sentido, o autor acrescenta que “as pequenas cidades pouco se diferenciavam entre si do ponto de vista funcional, situando-se na confluência do urbano e do rural, no ponto inicial e final de duas cadeias de comercialização e no centro da vida local”. (CORRÊA, 2011, p.8).

A partir da década de 70 mudanças como a maior integração entre o território através do desenvolvimento dos meios de transportes e comunicação, da sociedade com o aumento do consumo, de novos hábitos de consumo e aumento da industrialização, gerando conseqüentemente, maior divisão do trabalho, desencadeou mudanças do conteúdo das pequenas cidades.

Dentro do campo estes processos produziu conexão do campo com os diversos mercados inclusive o global, capitalização e introdução de maquinários e insumos, concentração de terras, desigualdade e esvaziamento do campo, desintegração do modo de vida social e pressão sobre o meio ambiente.

A industrialização do campo e a modernização, afetou não apenas a estrutura fundiária, gerando maior concentração da propriedade rural, mas também as relações de produção, gerando a diminuição do número de pequenos proprietários, rendeiros e meeiros e o aumento do número de assalariados, particularmente aqueles de trabalho temporário. Paralelamente a demanda

de bens e serviços foi ampliada, tanto a montante da produção 'stricto sensu' (sementes, adubos, inseticidas, maquinário em geral, assistência técnica, etc.), como a jusante (beneficiamento, embalagens e transformação). Isto estreitou a dependência da agricultura à indústria, da qual aquela tornou-se um braço desta, assim, como as relações entre o urbano e o rural, que perde muitas de suas características e é melhor definido como agrário. (CORRÊA, 2011, p.9).

O autor em questão acrescenta ainda que “as consequências para as pequenas cidades são inúmeras, derivadas da perda de sólido conteúdo econômico e demográfico de suas hinterlândias que no passado sustentavam as pequenas cidades” (CORRÊA, 2011, p.9). A cidade pequena é sensível às mudanças do campo circunvizinho o que reforça a complexidade desta relação. Isso se deve às características das economias locais de parte destas cidades, quando não é tão diversa e é dependente do setor agrário, e por isso, não conseguem gerar e dinamizar outras atividades econômicas. O trabalho de Endlich (2006) é um exemplo.

A autora supracitada, estudou as pequenas cidades da região noroeste do Paraná. Segundo Endlich (2006) a formação da região está associada à economia cafeeira. Mas devido às diversas crises do produto, a região passou por reestruturação produtiva e se inseriu no mercado nacional e internacional. A modernização do campo na região produziu concentração fundiária, desaparecimento de pequenas propriedades e migração.

A industrialização e mecanização do campo exige maior demanda por insumos e movimentação de grandes quantias de capital, bem como a subordinação do campo à indústria. Assim, nem todos conseguem arcar com os custos de produção e parte da mão de obra é dispensada sendo obrigada a migrar. Muitas vezes se tratam de trabalhadores com pouca escolarização, qualificação e não tão jovens, tendo dificuldades de na cidade se inserirem no mercado de trabalho, desempenhando empregos de baixa remuneração, indo, na maioria das vezes, habitar as periferias das cidades ou áreas de expansão urbana (WANDERLEY, 2009).

No caso da região estudada por Endlich (2006) parte desta população migrou do campo para as pequenas cidades e também para outras regiões. Ainda segundo a autora os municípios que abrigavam pequenas cidades foram os que mais perderam população. A autora em questão coloca:

Foi um evento econômico com consequências sociais e, por conseguinte, espaciais. Assim, o campo deixou de ser o espaço da moradia de um

contingente imenso de pessoas, gerando mudanças na distribuição espacial da população. Expulsos do campo, muitos trabalhadores adotaram a pequena cidade como um novo local de moradia. Mas a mobilidade demográfica não ficou restrita ao município e nem mesmo à região, pois além da brusca diminuição da população rural e aumento da urbana, que mostra a mobilidade para a sede municipal, ou para outras cidades maiores da região, os dados mostram que houve redução demográfica da região como um todo. (ENDLICH, 2006, p.101).

A especialização produtiva se dá pela possibilidade de buscar em outros lugares o que não se produz, podendo assim, voltar-se para determinada atividade de acordo com a vocação do lugar, seja ela criada ou não (SANTOS; SILVEIRA, 2008). Além disso, a possibilidade de se conectar a diversos centros, inclusive os globais, sem necessariamente passar pelo antigo esquema de hierarquia urbana, produz desdobramentos sobre a estrutura do espaço regional, da cidade e do campo, que se volta para atender e a facilitar estes fluxos.

O resultado espacial é a maior integração entre os espaços de consumo, maior divisão do trabalho e aumento do consumo, este último que também se deve à criação de necessidades. Neste sentido, a relação campo e cidade se intensifica, pois como afirma Santos (1989) “com o aumento das populações urbanas ocupadas em atividades terciárias e secundárias o campo é chamado a produzir intensamente” (SANTOS, 1989, p.46-47).

Neste sentido, na esfera da produção temos um campo capitalizado que atende a cidade e também consome produtos como insumos, maquinários, tecnologias de informação, exige conhecimentos específicos, financiamento e linhas de crédito, e fornece produtos para esta população cada vez mais urbanizada.

Mas esta relação também se dá no aspecto social com aproximação do campo e da cidade no que se refere aos modos de vida e a presença de atividades como prestação de serviços, lazer, recreação, de indústrias, e no aumento do consumo por parte dos rurais. Todo este conjunto que hoje também se encontra no campo, é caracterizado por diversos autores das ciências sociais como urbanização do campo como forma de se referir a estas mudanças da paisagem do campo.

As consequências deste campo capitalizado e subordinado à indústria para as pequenas cidades se dá em diversos graus e formas, de acordo com as características específicas deste campo e da atuação de agentes econômicos e atores sociais. Como colocado, quanto mais o campo se moderniza e se especializa, esta relação urbano-

rural tende a ser mais intensa e de complementaridade com desdobramentos sociais e territoriais.

2.2. Urbanização do campo e o espaço da pequena cidade.

Há um processo em curso de reestruturação do rural relacionada às novas demandas que têm redefinido o campo. A presença do automóvel, a disseminação da internet, o atendimento a delivery, os condomínios, os espaços de lazer dentro do campo, são elementos que apontam para este processo amplo que atinge a esfera social, econômica, cultural e têm desdobramentos espaciais. Para alguns, se trata da formulação de um novo rural para outros de uma reestruturação. O fato é que estes processos têm transformado o campo, portanto, as antigas categorias de análises apoiadas principalmente na dicotomia dos conceitos, como rural urbano, campo e cidade, já não são suficientes para explicar esta paisagem que surge.

Dentro das pequenas cidades, a reestruturação do campo têm proporcionado mudanças no modo de vida tanto da população rural quanto urbana. Dado as características específicas destas cidades, principalmente ligadas ao tradicional, significam por vezes, profundas mudanças do modo de vida. Um exemplo é a presença de muros e condomínios, tanto nos espaços rurais quanto das pequenas cidades, antes marcado pelas conversas nas calçadas e da relação próxima com os vizinhos.

O ritmo da pequena cidade, quanto do campo, tende a acelerar e tanto os fluxos dos rurais para a cidade e da cidade para campo, a fim de consumir e a trabalho tende também a se intensificar. Se trata da penetração da modernidade no campo principalmente pelo desejo. Compreender o que é este rural que surge, os atores sociais e a construção de conceitos que explicam esta nova realidade é parte do desafio. Neste sentido, Girardi (2008) coloca:

As transformações recentes do mundo rural e da relação rural urbano têm desafiado estudiosos a construírem teorias e conceitos para explicar essa nova realidade. Por essa razão diversas teorias surgiram de forma que alguns estudiosos chegaram a decretar o fim do rural. Outros, porém, admitem o seu “renascimento” ou então, em uma via integradora, optam por uma análise que considera a leitura regional mais eficiente que a dicotomia urbano- rural (...). (GIRARDI, 2008, p.3).

Sobre estas transformações, autores como Graziano da Silva colocam que se trata de um novo rural, um rural urbanizado. Graziano da Silva (2002) destaca como componentes deste rural o surgimento de atividades rurais não agrícolas, de nichos, as atividades ligadas ao lazer, recreação e turismo. Segundo ele a mercantilização do meio rural como estilo de vida, preservação ambiental e meio de produção se tratam de estratégias de acumulação e expansão capitalista, proporcionadas pelo desenvolvimento dos meios técnicos.

A tecnologia aplicada ao processo produtivo altera as relações de trabalho, de consumo, encurta distâncias contribuindo para a rapidez e facilidade no fluxo campo-cidade, redefine a localização espacial das indústrias e propicia também o trabalho urbano com moradia rural, como também moradia urbana e trabalho e/ou negócio rural.

Dentro deste contexto, para Graziano da Silva (2002) um ator social deste novo rural ganha destaque; as famílias pluriativas. A pluriatividade seria uma estratégia de sobrevivência das famílias para aumentar a renda, em que mesclam atividades agrícolas com atividades de outra natureza, ou se dedicam a agricultura de tempo parcial, sendo que, a segunda atividade pode ser no campo ou na cidade. Pois, de forma geral, as atividades no campo, mesmo aquelas equivalentes às urbanas, possuiria menor remuneração, por isso a busca na complementação da renda.

Graziano da Silva (2002) coloca que alguns fenômenos estão associados a pluriatividade, tais como: o “desmonte” e a especialização das unidades produtivas”, “o crescimento da prestação de serviços”, “a formação de redes dentro dos distintos complexos industriais”, “o crescimento das ocupações não- agrícolas”, e a “melhoria das condições de vida e lazer no meio rural” (SILVA, 2002, p.9). Estes fenômenos associados estariam produzindo este novo rural tanto no que se refere a mudanças do sistema produtivo quanto sociais e culturais.

No contexto da pluriatividade, o autor afirma ainda que a análise urbano e rural se trata mais “de uma variável explicativa das diferenças quantitativas entre os níveis de renda e o grau de acesso a determinados bens e serviços, que um corte analítico que explicita as diferenças qualitativas entre dois territórios” (SILVA, 2002, p. 61). Por isso, a dualidade entre urbano e rural já não explica essas mudanças sociais, econômicas, culturais e sim a ideia de *continuum* espacial.

Alentejano (2015) coloca que de acordo com Graziano haveria dois processos dentro do campo que, de forma geral, estão relacionados ao processo de

modernização. O primeiro seria a modernização e tecnificação da agricultura incluindo também a base familiar, e o segundo seria a presença de atividades consideradas urbanas no campo, e por isso, “o rural não poderia ser associado a atividade agrícola como tradicionalmente o fora” (ALENTEJANO, 2015, p.4). Sobre o pensamento de Graziano, Alentejano (2015) coloca:

Essas formulações de Graziano da Silva (1996) contêm três problemas básicos: em primeiro lugar, obscurecem as diferenças existentes no próprio processo de modernização, deixando de perceber as especificidades e condições nele presentes; em segundo lugar, não observam as diferentes estratégias que estão por trás da adoção de práticas idênticas, atribuindo-lhes uma racionalidade comum; finalmente, não identificam as continuidades históricas entre processos antigos e atuais, atribuindo a todos o caráter de novidade. (ALENTEJANO, 2015, p.4).

A crítica de Alentejano (2015) vai no sentido que estas formulações ignoram o modelo agrário exportador e concentrador que é o campo brasileiro e a forma que ele se reestrutura. O campo ainda desterritorializa e o processo de modernização dá novas características a este processo, na maioria das vezes, reforçando. Outra crítica se refere ao fato de que, embora a recorrência de atividades não agrícolas aconteça na maioria das vezes da falta de acesso ao crédito, da baixa qualificação e remuneração menor, esta não é uma realidade predominante dentro do campo. Neste sentido, para Alentejano (2015) olhar para o campo a partir desta colocação é reforçar a dicotomia urbano- rural.

Para Girardi (2008) dentro do espectro dos autores que consideram o *continuum* urbano-rural há uma parte que acredita que o urbano irá suprimir o rural, à medida que, este se industrializa, dentre eles, Graziano da Silva. Neste sentido, Girardi (2008) faz a interessante colocação:

Graziano da Silva (1999) e Grammont (2005) predestinam o fim do rural a partir do entendimento de que a mecanização, implantação de equipamentos, serviços, tecnologias e infraestrutura social “urbanizam” o campo por serem exclusivos das cidades. Nós, porém, compreendemos de outra maneira. Acreditamos que esses são elementos em princípio utilizados e implantados nas cidades e que agora chegam ao campo e passam a ser mais uma característica do rural. Não temos um rural que se urbaniza, mas sim um rural que se transforma, seja pela melhoria da qualidade de vida da sua população (com trabalho menos penosos, acesso a serviços básicos e etc.), seja pela imposição de ritmos produtivos para atender a demanda crescente da população cada vez mais urbanizada ou aumentar a riqueza das empresas e dos *agribusinessmen* (intensificação da produção, dependência da indústria e sistemas financeiros. (GIRARDI, 2008, p.5).

É comum em muitos trabalhos considerarem que o acesso a determinados bens de consumo e a presença de equipamentos- como o autor colocou- que foram implantados, primeiramente na cidade, como indicativos da urbanização do campo. Mas o processo de urbanização é mais que acessar objetos técnicos de caráter pessoal. As transformações deste campo estão relacionadas à criação de novas demandas para atender a reprodução capitalista, mas o campo ainda guarda os seus atores sociais e as suas atividades econômicas próprias (GIRARDI, 2008).

Alentejano (2015) segue esta mesma linha de pensamento afirmando que as mudanças sociais, econômicas e espaciais não tem urbanizado o campo a ponto de decretar o fim do rural:

Não se trata da eliminação pura e simples do rural e sua transmutação em urbano, mas de um fenômeno mais amplo, onde um novo urbano e um novo rural surgem do choque entre ambos. Na realidade, a diversidade de formas de organização social que proliferam, tanto no campo como na cidade, poderia levar à tentação de se dizer que não existe um urbano e um rural, mas vários urbanos e vários rurais. (ALENTEJANO, 2015, p.10).

Ainda segundo Alentejano (2015) para a definição deste rural é necessário considerar as dimensões econômicas, sociais, espaciais e a relação que os atores têm com a terra, pois a territorialidade no rural é mais forte, uma vez que, o modo de vida bem como, a produção econômica está diretamente associado à terra, mesmo que esta relação aconteça em diferentes graus e formas (ALENTEJANO, 2015).

O fato é que este campo penetrado pela modernidade tende a se aproximar e manter diversas relações com as pequenas cidades, sobretudo, em relação à construção do espaço urbano. Um exemplo, é quando ocorre o processo de periferização da cidade, ao receber população desterritorializada deste campo urbanizado. Sobre as migrações do campo para a pequena cidade e também para cidades maiores (que geralmente acontece em escala), Junior (2014), acrescenta:

Como a maior parte da população desterritorializada do campo se reterritorializa, mesmo que de forma precária, nas cidades pequenas, não conseguem se engajar no reduzido mercado de trabalho oferecido por elas. Dedicam-se, portanto, ao trabalho rural, pois esta é a única tarefa que a grande maioria aprendeu a ter condições de executar. Todavia, como o trabalho no campo, em sua maioria, é de caráter sazonal, ficam praticamente desempregados ao término das colheitas e assim recorrem às mais diversas ocupações. Desempenham, portanto, funções tanto no urbano quanto no rural; vivem em condições de subemprego tanto na cidade quanto no campo. JUNIOR, 2014, p.54).

Quando a migração acontece em escala pode significar para as pequenas cidades estagnação econômica e dificuldade de diversificar as atividades se o mercado reduzido e economia pouco dinâmica for uma característica desta. Quando se restringe a área urbana da cidade, pode ocorrer outros problemas sociais como a perda de qualidade de vida desta população agora urbana e o processo de periferização.

Dentro das possibilidades a capitalização do campo pode significar também investimentos nas áreas urbanas através do capital rural, a diversificação de atividades econômicas para atender este campo e a introdução de novas atividades com as de nicho, turismo rural e recreação. Já na esfera social, intensificação do fluxo campo- cidade para trabalho e aumento do consumo das famílias rurais.

Em Araponga a dinâmica social da cidade está atrelada ao campo desde a conformação do seu território. O campo produzia uma diversidade de produtos agrícolas como arroz, milho, feijão, café, mandioca, cana de açúcar e criação de animais como bovinos, caprinos e galinhas destinado principalmente ao consumo das famílias e comércio local.

Mas nos últimos anos, acompanhando o movimento de outras áreas do estado e também do mundo, tem sido crescente a especialização na produção de café em detrimento das demais culturas. A capitalização do campo têm poupado tempo na lavoura de café e aumentado a produção. Neste sentido, boa parte da mão de obra tem sido dispensada do trabalho da lavoura, buscando outros postos de trabalho principalmente nas áreas urbanas, tendo como consequência o aumentando do trabalho volante e migração para a área urbana. Este processo é visível sobretudo, no aumento do tecido urbano, na proliferação de serviços para atender este campo, pela movimentação social dos deslocamentos entre ambos os espaços tanto a trabalho como também para consumo dos rurais (GOMES, 2015).

Esta dinâmica em curso dentro de Araponga aponta para as mudanças internas do seu território mas também para um processo que é global atinge todos os espaços em menor ou maior grau e para a forma como se reorganizam para atender aos imperativos do capitalismo e se inserir no mercado.

Estas discussões serão aprofundadas nos próximos capítulos onde analisamos as configurações e estrutura do campo e da formação socioespacial de Araponga. Partimos da região para a escala do município e por fim da cidade. No capítulo dois

em específico, analisamos o espaço da mesorregião e da microrregião onde Araçatuba se localiza e a relação do espaço urbano com o campo fica mais clara. À medida que, o campo se volta para produzir intensamente, o espaço regional se (re)organiza para atender a demanda do capitalismo, como no ciclo cafeeiro na Zona da Mata na Zona da Mata que induziu o crescimento da urbanização e industrialização da região, e da mesma forma, a situação contrária, quando o café entrou em crise, afetando principalmente as pequenas cidades de características agrárias.

3. ZONA DA MATA ¹E MICRORREGIÃO ²DE VIÇOSA: ENTRE DISTINÇÕES E SIMILARIDADES

A análise regional já foi mencionada anteriormente como parte do caminho metodológico para estudar as pequenas cidades, pois, aponta para processos econômicos, sociais, históricos e espaciais que são comuns e que dão à região coerência, fornecendo também chaves de interpretação para os processos recentes e atuantes como a configuração da rede urbana. É a abordagem utilizada em trabalhos como o de Fresca e Veiga (2012) e de Endlich (2006).

Endlich (2006) demonstrou como a reorganização produtiva de uma região pode produzir desdobramentos como o esvaziamento demográfico das pequenas cidades, mudanças da rede urbana, dos papéis das cidades e do campo circunvizinho. No caso analisado por Fresca e Veiga (2012) mudanças que impactaram a rede urbana do norte do Paraná promoveu a especialização funcional da cidade de Santa Fé- PR. As mudanças em nível regional podem ainda produzir a refuncionalização das pequenas cidades ou mesmo estagnação.

Na presença de um meio cada vez mais tecnificado, os espaços se voltam para a colaboração, e dado a possibilidade de buscar em outros lugares o que não se produz, a divisão do trabalho se acentua no território e a região é chamada a oferecer as suas aptidões que podem ou não ser criadas (SANTOS; SILVEIRA, 2008). Desta

¹ A mesorregião e microrregião se refere a divisão territorial que o IBGE adotou para o território nacional de 1990 a 2017, quando então, passou a adotar os conceitos de região intermediária e região imediata. Segundo o IBGE (2017), a nova divisão se deu devido a necessidade de abranger a complexidade das mudanças econômicas, territoriais e sociais do espaço geográfico brasileiro nas últimas três décadas. Para um retrato mais próximo da realidade, o IBGE contou com a contribuição de órgãos estaduais de planejamento. Segundo Barros (2021), “a divisão regional de 1990 ainda preservou as antigas identidades regionais com um dos seus pressupostos, além de levantar dados sobre a estrutura produtiva e os fluxos agrícolas e agropecuários enquanto a nova divisão de 2017 tomou como base a rede urbana e os fluxos, principalmente bens e serviços”. (2021, p. 24)

² Na nova divisão territorial para o Estado de Minas Gerais, a Mesorregião da Zona da Mata passou a ser a região Intermediária de Juiz de Fora, mantendo mais ou menos, os mesmos contornos territoriais da mesorregião. Segundo Barros (2021), “dentre as cidades que se destacavam na regionalização de 1990 em uma escala microrregional, as mesmas se mantiveram como polos de regiões imediatas, sendo que além das sete, outras três regiões imediatas foram criadas sob a polarização de, a saber, São João Nepomuceno, Além Paraíba, e Carangola” (p.21). Ainda segundo Barros (2021), os municípios de Alto Rio Doce, Cipotânea, Lamim, Piranga, Raul Soares, Rio Espera, Santa Rita do Ibitipoca, Senhora de Oliveira e Vermelho Novo, deixaram de fazer parte da nova regionalização. Enquanto os municípios de Alvinópolis, Andrelândia, Arantina, Bocaina de Minas, Bom Jardim de Minas, Conceição de Ipanema, Diogo de Vasconcelos, Ipanema, Liberdade, Mutum, Passa- Vinte, Pocrane e Taparuba passaram a fazer parte da região Intermediária de Juiz de Fora.

forma, a região se reorganiza para participar da acumulação e reprodução capitalista. Os efeitos destas dinâmicas sobre a região, para a rede urbana e para o papel das pequenas cidades são inúmeras, de acordo, com as características locais e preexistentes. Neste sentido, Santos (1988) coloca que:

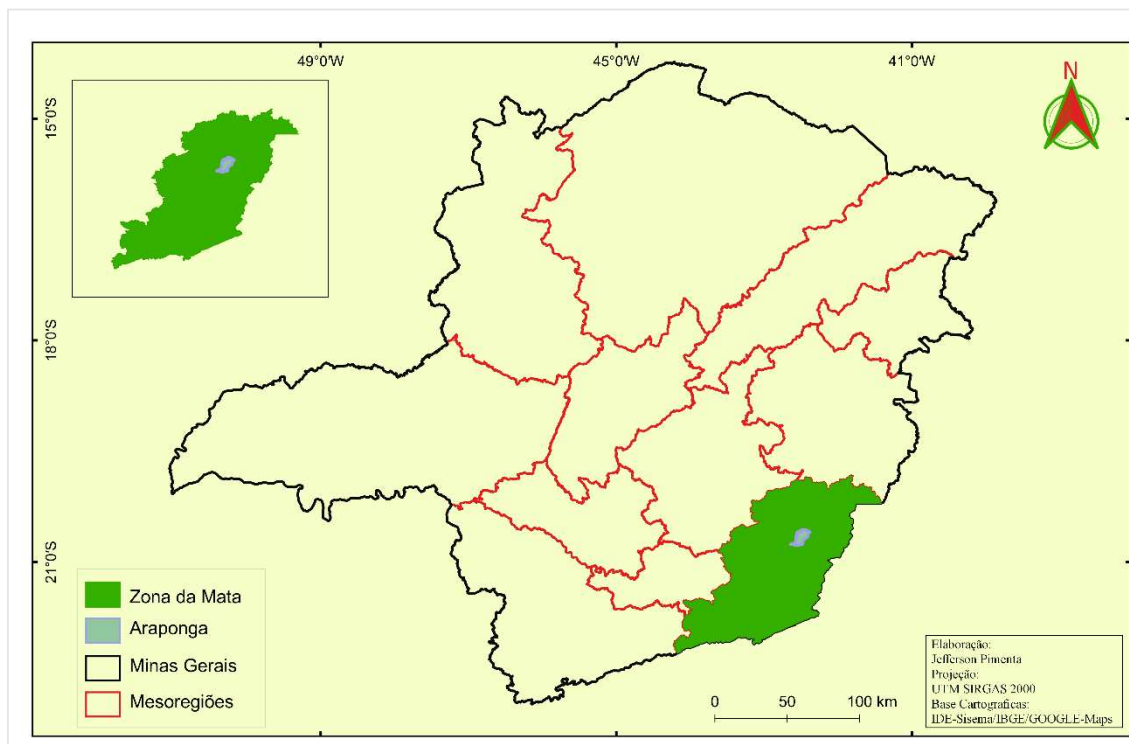
Se o espaço se torna uno para atender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as diferentes versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos. (SANTOS, 1988, p.53).

Segundo Santos (1988) a região é uma importante categoria de análise para entender como o modo de produção capitalista; um fenômeno global, atinge e adquire particularidades em cada região, produzindo um quadro único “associando a nova dinâmica às condições preexistentes” (SANTOS, 1988, p. 53). É neste sentido que analisamos a formação da mesorregião da Zona da Mata para identificar os fenômenos que deu à região as suas principais características: uma região formada por inúmeras pequenas cidades com microrregiões distintas entre si.

A conformação do espaço da mesorregião da Zona da Mata está relacionado aos diversos processos econômicos que a região passou ao longo de sua formação, o que resultou num espaço complexo, heterogêneo, desigual e dotado de particularidades. A mesorregião da Zona da Mata mineira³ Teve a sua formação associada ao ciclo aurífero e obteve grande importância econômica política no século XIX e início do XX devido a produção cafeeira. Mas, com a crise cafeeira, a região até os dias atuais, não conseguiu se integrar e sobressair economicamente, apresentando baixos índices de desenvolvimento socioeconômico.

³ A escolha por utilizar a divisão territorial do IBGE de 1990, se deve ao fato, da maior parte da bibliografia encontrada sobre a região se referir a divisão territorial de mesorregião e microrregião.

Figura 1- Mapa de localização da Zona da Mata Mineira



Elaboração: Jeferson Pimenta. Fonte: IDE Sisema/ IBGE (2023). Google Maps.

A exploração econômica da região remonta ao século XVIII e está associada à decadência da economia aurífera que era explorada na região das minas. Durante o ciclo do ouro a porção norte da Zona da Mata era proibida, pois o escoamento deveria ser feito apenas pela rota oficial, o Caminho Novo na porção sul da mesorregião, evitando assim que houvesse contrabando do ouro. Esta rota oficial encurtava a distância até o litoral fluminense. Sobre o Caminho Novo, Valverde (1958) afirma:

Abriu-se então a primeira via de circulação através da Zona da Mata. Nenhuma outra estrada, até centenas de quilômetros para leste e para oeste, atravessava aquele mar de verdura denso e sombrio, mais difícil de transpor do que as nossas serras mais altas. O Caminho Novo era uma artéria estreita, porém única numa longa extensão, e vital para o organismo da colônia. (VALVERDE, 1958, p.26.

Dado ao comércio do ouro ali, como também de outros produtos que abasteciam as minas, cidades como Mar da Espanha e Juiz de Fora que eram cortadas por este caminho passaram a se beneficiar desta movimentação, sendo Juiz de Fora um importante entreposto comercial. As trocas comerciais impulsionaram também outros povoados. Soares (2009) demonstra em seu trabalho através de

sequências de cartas temporais, como foram surgindo povoados ao longo do Caminho Novo e de como vilas logo se tornaram cidades, dado o adensamento das trocas comerciais ali existentes.

Já a porção centro- norte da mesorregião virá a ser explorada quando a economia aurífera entrar em crise. De proibida a ocupação desta área passa a ser incentivada pelo Estado, com a instalação de postos de apoio e doação de terras (SOARES, 2009). Era também dentro do imaginário uma área que poderia esconder grande riqueza sob a vasta mata. O centro- norte se torna fronteira de povoamento se expandindo de forma lenta e gradual, dado as dificuldades de sítio e conflitos com indígenas que já ocupavam esta área.

Sobre a diferenciação do povoamento e economia dentro da Zona da Mata, Soares (2009) afirma que nos vales do Rio Doce e Rio Pomba (sub região central e norte), dominavam na paisagem pequenas propriedades rurais e formação social camponesa, que saiu da região de Mariana e Vila Rica e foi adentrando em busca de terras férteis. Já a parte sul possuía povoamento adensado. Segundo Soares (2009) a paisagem nos vales do Paraíba e Paraibuna eram de grandes e médias propriedades rurais, “onde fixou-se desde o início da exploração de ouro, o grande e médio proprietário escravista, servida pela principal rota de comunicação e abastecimento de Minas Gerais, o Caminho Novo”. (SOARES, 2009).

A porção sul continuou se beneficiando desta rota após a decadência da economia aurífera, pois Minas abastecia o mercado interno do Rio de Janeiro com diversos produtos e gêneros alimentícios, o que se intensificou com a chegada da corte portuguesa ao Brasil. No século XIX a região da Zona da Mata mineira ganha grande expressão econômica e política no cenário nacional devido a economia cafeeira. O ciclo cafeeiro trouxe modernização e mudou o espaço da região com o desenvolvimento de cidades e de toda uma rede de infraestrutura que se formava para o escoamento da produção, impulsionando assim, a urbanização e a industrialização.

O sul da mesorregião foi o primeiro espaço a se voltar para a produção cafeeira e se beneficiou da infraestrutura preexistente que foi ampliada para atender o novo ciclo econômico. A agora estrada Indústria e União, sob o antigo traçado do Caminho Novo, recebeu investimentos do governo da província de Minas e do governo imperial. A estrada conecta as cidades de Juiz de Fora e Petrópolis. Além disso, as ferrovias Dom Pedro II e Leopoldina foram criadas, símbolos de modernização do país

alcançavam vários pontos da região, impulsionando o surgimento e crescimento das cidades (SOARES, 2009; NETTO; DINIZ, 2006).

Netto e Diniz (2006) colocam que a produção cafeeira que se iniciou no século XIX na província “difundiu-se rapidamente, transformando-se na principal atividade da província e agente indutor do povoamento e do desenvolvimento de infraestrutura de transportes, além de meio reorganizador da economia de Minas Gerais”. (NETTO; DINIZ, 2006, p.24). Induzindo, assim, a urbanização, a industrialização, principalmente do “setor têxtil e metalúrgico e, secundariamente, no ramo de atendimento às necessidades mais imediatas da população (alimentação, calçados, móveis, construção, fumos, tipografia, dentre outras)” (NETTO; DINIZ, 2006, p.25). A economia cafeeira colaborou para a ascensão econômica das cidades e dentro da hierarquia urbana (SOARES, 2009). Neste sentido, Soares (2009) afirma que:

As principais cidades da região na atualidade correspondem, em grande parte, àquelas que já possuíam dinamismo econômico na década de 1890. Este é o caso de Juiz de fora, Muriaé, Ubá, Cataguases, Ponte Nova, Leopoldina, Viçosa e Manhuaçu. (SOARES, 2009, p.179).

Além do impulso da industrialização e urbanização, a riqueza gerada pela economia cafeeira colocou Minas Gerais também no cenário da política nacional, decidindo também os rumos do país junto a província de São Paulo. No entanto, devido a variações do preço do café e a crise da década de 30, o crescimento econômico desacelerou e a região perdeu poder político e econômico. Barros (2020) coloca que a crise da economia cafeeira reafirmou a centralidade das cidades que já possuíam algum destaque.

A região a partir de então entrou em estagnação econômica e deixou de ser foco de políticas governamentais de desenvolvimento por parte do estado mineiro (Netto; Diniz, 2006). Outro fator que contribuiu foi a criação da capital de Belo Horizonte que direcionou as políticas de desenvolvimento para a região central do estado mineiro. Além disso, tanto governo estadual quanto federal passaram a investir nas indústrias de base e conseqüentemente nas regiões fornecedoras de matérias primas voltadas para estas indústrias (Netto; Diniz, 2006).

A mesorregião atualmente se configura em quadro de estagnação econômica, com baixos níveis de qualidade, de desenvolvimento e desempenho econômico, de urbanização e pouca industrialização, com índices comparados ao de regiões

historicamente pobres como a do Mucuri e do Jequitinhonha, segundo a Agenda de Desenvolvimento da Zona da Mata Mineira- documento elaborado pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2011).

Netto e Diniz (2006) apontam como causa desta situação a falta de investimentos vultosos na região e os poucos que foram feitos não foram capazes de mudar a dependência que a região possui do setor terciário. A Agenda de Desenvolvimento da Zona da Mata (2011) aponta também para o fato da região ser vizinha do estado do Rio de Janeiro, e por isso, sofrer com a guerra fiscal perdendo competitividade para os municípios fluminenses.

Para além do quadro de estagnação econômica, são grandes as discrepâncias dentro da mesorregião. As microrregiões ao sul apresentam considerável desenvolvimento socioeconômico, enquanto as microrregiões ao norte e centro apresentam baixo desempenho. Segundo a Agenda de Desenvolvimento da Zona da Mata (2011) os municípios de Juiz de Fora, Ubá, Viçosa, Carangola, Cataguases, Leopoldina e Além Paraíba possuem forte potencial de desenvolvimento, e os municípios que se localizam próximos a estes “potencial de desenvolvimento intermediário, enquanto os de fraco potencial estão situados mais ao norte e noroeste da Zona da Mata” (p.2).

Se nas regiões ao sul da mesorregião a economia cafeeira induziu a urbanização e industrialização, em outras regiões da Zona da Mata, a crise cafeeira, bem como a introdução da modernização no campo, produziu êxodo rural tanto para as áreas mais dinâmicas da mesorregião como também fora dela. Produziu também, cidades de pouco desenvolvimento econômico marcadas pela ruralidade e um campo fragmentado que não consegue ganhar expressão econômica.

Segundo Carneiro (2006) a forma de ocupação e os sistemas econômicos que se instalaram na região produziram desigualdades no que hoje se traduz numa área de industrialização e outra com economia diversificada, de pequena escala e assentada nos setores da agricultura. Neste sentido, o tópico a seguir aprofunda a discussão sobre os processos pelos quais a mesorregião passou e resultou num campo heterogêneo e fragmentado, principalmente em algumas microrregiões como a de Viçosa.

3.1 Estrutura agrária da Zona da Mata:

Embora o desenvolvimento da economia cafeeira no século XIX dentro da Zona da Mata ganhasse expressão, se conectando a mercados internacionais e gerando grande acúmulo de capital, segundo Valverde (1958) os cafezais não se comparavam em extensão aos localizados no planalto paulista. Segundo ele “embora numerosas, ocupam áreas relativamente pequenas” e eram intercalados com outras culturas como feijão e milho quando o cafezal ainda estava em crescimento. Segundo o mesmo autor:

Enquanto no planalto paulista as relações de produção na cultura de café evoluíram num sentido capitalista, com o regime do colonato, na Zona da Mata elas regrediram num sentido semifeudal. Mas aí, as terras de matas estão no fim, e não se percebe nenhuma tendência à ressurreição do café. Ela é uma lavoura em decadência; e foi o trabalhador rural quem mais sofreu as consequências desse declínio. O fazendeiro salvou de maneira satisfatória a sua economia, apoiando-se na pecuária leiteira e na exploração agrícola indireta. (VALVERDE, 1958, p.46).

As colocações de Valverde (1958) apontam para como os processos econômicos pelos quais a região passou configuraram um campo heterogêneo, desigual, marcado pela fragmentação das propriedades rurais e pobreza da população do campo. Devido à falta de outro produto que viesse a substituir o café, as propriedades passaram a conciliar diversas culturas, principalmente para o consumo da própria família.

Deste processo resultou diversas formas de organização do trabalho e relações de produção que se originaram conforme o antigo sistema escravocrata era eliminado, como o sistema de meação e de trabalho por diárias, que reforçaram a posição desigual do trabalhador rural dentro do sistema. Sobre o sistema de meação, Valverde (1958) acrescenta que enquanto o fazendeiro tem condições de se manter em casos de baixa produtividade e intempéries que venham a danificar a lavoura e colheita, o meeiro não tem a mesma sorte e condições de arcar com os custos e prejuízos.

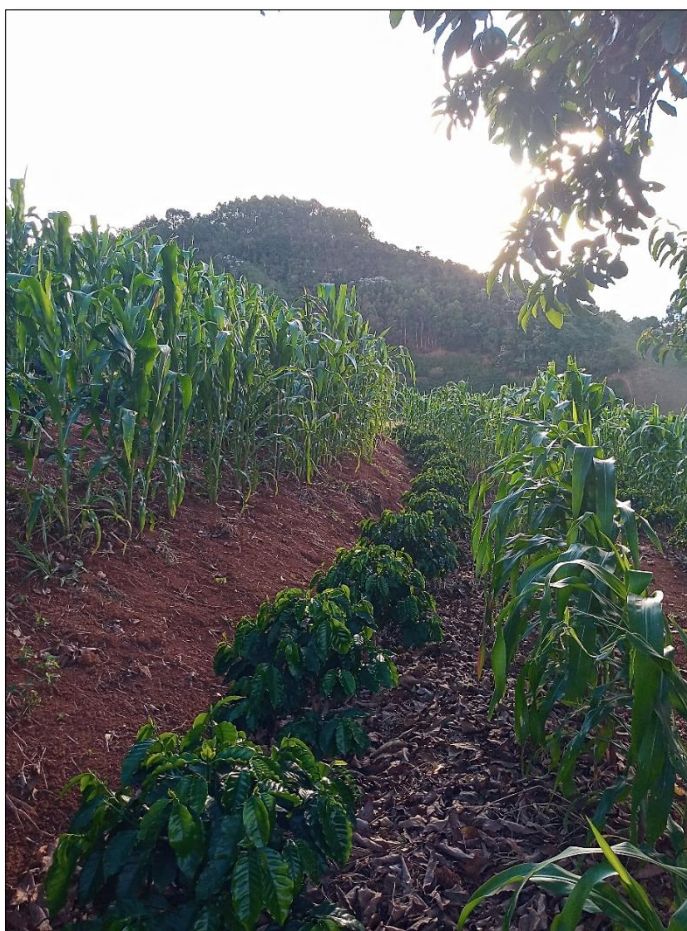
Com a disseminação de tecnologias dentro do campo, como uso de máquinas e insumos, este pequeno produtor foi ainda mais excluído e muitos optaram por migrar. Lisboa (2008) analisando as pirâmides etárias da mesorregião, coloca que quando a cafeicultura passou por sucessivas crises, a Zona da Mata perdeu população para áreas mais dinâmicas. A análise foi da década de 1960, 1970 e 1980, 1990 e 2000, sendo que a perda populacional foi mais acentuada na década de 60

período que houve também grande êxito rural no Brasil devido a implementação de pacotes tecnológicos dentro do campo. Já a análise da pirâmide etária para o ano de 2000 revela cessamento do movimento de emigração, o que para a autora está relacionado à reativação de atividades históricas da região como a cafeicultura. Lisboa (2008) acrescenta:

Não ocorre acréscimo nas faixas etárias da população economicamente ativa, mas também já não se verifica estreitamento advindo da emigração, como percebido na pirâmide etária de 1970. A partir da observação desse aspecto, entende-se que a situação econômica e social da região, acrescida de outros fatores, tende a incentivar a permanência da população em suas localidades, havendo diminuição da emigração. (LISBOA 2008, p. 78).

Os processos econômicos bem como as sucessivas crises do café, produziu dentro da mesorregião uma paisagem caracterizada por pequenas propriedades rurais, de sistemas produtivos que se adaptaram ao relevo regional e diversas culturas que ainda são desenvolvidos como a produção de milho, café, feijão e a pecuária, principalmente em pequenas escalas e destinadas para o consumo do próprio estabelecimento e comércio local (TOLEDO, 2012), principalmente na porção centro e norte da mesorregião.

Figura 2- Plantação de milho junto a lavoura de café em Araponga- MG



Fonte: foto tirada pela autora (2022).

Segundo Toledo (2012) exatamente pelo perfil das propriedades e de agricultor, em comparação com outras regiões do país, a Zona da Mata foi pouco atingida pela modernização tecnológica, sendo a produção de café onde teve a maior incorporação do pacote tecnológico, enquanto nas demais atividades foi pouco utilizado, “entretanto, tanto agricultores voltados para o cultivo de café como outros envolvidos com pecuária e demais cultivos, mudaram suas formas anteriores de produção” (TOLEDO, 2012, p. 25).

Assim, se encontra dentro deste campo diversos graus de modernização que mesclam com formas anteriores de produção. Rodrigues (2019) coloca que a agricultura familiar é outra característica marcante da região e a agropecuária uma atividade tradicional que:

(...) Entrelaça dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais. Em geral, é direcionada para atendimento de mercados local e regional, com exceções em alguns segmentos como cafeicultura, a suinocultura e a avicultura, localizadas em áreas específicas, as quais, entretanto, não têm se mostrado capazes de promover um processo dinâmico de crescimento das microrregiões. (RODRIGUES, 2019, p. 36).

Os processos pelos quais a mesorregião passou ao longo do tempo gerou um quadro complexo, particular e desigual, em que as respostas dentro da região aos diversos ciclos econômicos se deu de forma particular e de acordo com as condições sociais e geográficas já existentes. Enquanto na porção sul as características de ocupação e econômicas propiciaram o desenvolvimento, o que foi ampliado com a economia cafeeira e posteriormente com a industrialização, a parte centro-norte da região não foi capaz de desenvolver tamanho dinamismo econômico, com relações de produção pouco modernizadas, um campo fragmentado, dependência das atividades agrícolas e pouca urbanização.

No entanto, para autores como Faria, et.al (2022) há em curso a reativação de algumas atividades dentro da mesorregião como a cafeicultura “aliando-se ao setor de serviços de saúde e educação como bases de sua diversificada economia” (FARIA, et al, 2022, p.179). A reativação destas atividades se relaciona com as estratégias de algumas áreas da mesorregião para se inserirem no mercado nacional e internacional, como também pela ampliação da demanda.

Os investimentos em capital e insumos e a facilidade de está se conectando a outros espaços devido ao desenvolvimento de rede de infraestrutura e de informação, o que não era possível em períodos anteriores, tem possibilitado a reativação destas atividades, principalmente da cafeicultura na porção norte da mesorregião. Neste sentido Faria et. al (2022) acrescentam:

O café é um produto cuja expressividade regional tem crescido tanto em volume produzido (segunda maior produtora do estado), quanto em qualidade, tendo alcançado reconhecimento internacional, sobretudo nos municípios de Manhauçu, Durandé, Matipó e São João do Manhauçu. (FARIA, et. al, 2022, p. 191-192).

Junto à produção cafeeira outras atividades associadas também são incentivadas, como o turismo rural. No entanto, como a região possui perfil de pequenos proprietários rurais, estes ainda têm dificuldades de se manter devido à falta de políticas que contemplem este perfil, principalmente nas microrregiões do norte da mesorregião,

onde as atividades agropecuárias são importantes para a base econômica e onde se encontra a microrregião de Viçosa. Por isso, é pensar em políticas de desenvolvimento regional.

No tópico a seguir aprofundamos a nossa análise sobre as diferenças geográficas a partir da microrregião. A mesorregião da Zona da Mata mineira é formada em sua maioria por pequenas cidades. No entanto, a depender da microrregião em que estas pequenas cidades se localizam, apresentam diferenças fundamentais em relação ao seu dinamismo econômico, e no caso da microrregião de Viçosa, estas cidades possuem em sua maioria, como base econômica as atividades agropecuárias desenvolvidas pela agricultura familiar.

3.2 Desigualdade intra-regionais da Zona da Mata: a microrregião de Viçosa

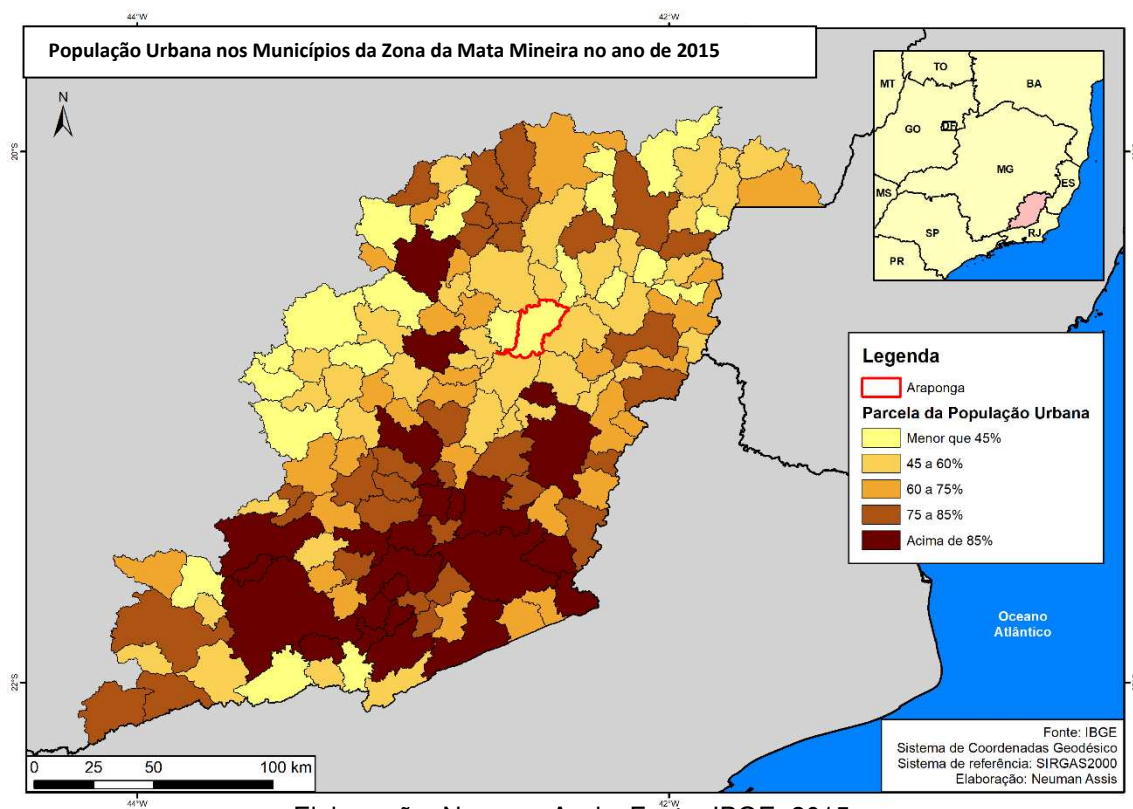
Segundo Carneiro (2006) as disparidades econômicas dentro da mesorregião “pode ser entendida como fruto de uma incorporação desigual do espaço regional, a qual produziu uma diversificação interna no uso do território” (p.546). Estas desigualdades se traduzem especificamente quando analisamos as características das microrregiões. As regiões de Juiz de Fora, Ubá, Muriaé apresentam bons índices socioeconômicos. Já as microrregiões de Ponte Nova e Viçosa que se localizam no centro e norte da mesorregião, desenvolveram uma economia assentada em pequenas propriedades, na diversidade de produtos agropecuários, formação social camponês e possuem os piores índices socioeconômicos da mesorregião.

Outra característica da mesorregião é a presença de municípios polarizados por pequenas cidades, até mesmo na microrregião mais dinâmica que é a de Juiz de Fora. Nogueira (2016) afirma que 70% dos municípios mineiros possuem até 20 mil habitantes tendo como sede pequenas cidades e dentro da Zona da Mata este percentual é de 88%. O cenário certamente se repete mais ou menos parecido no território nacional e demonstra a importância que as pequenas cidades têm para o fenômeno urbano brasileiro. Embora a presença de pequenas cidades seja característica marcante da Zona da Mata, apresentam perfis diferentes a depender da microrregião em que se localiza.

A maioria dos municípios que compõem as microrregiões de Viçosa e Ponte Nova são sediadas por pequenas cidades e possuem menos de 10 mil habitantes. Sobrevivem basicamente de repasses do governo e apresentam economia

dependente do setor agropecuário e serviços, que atendem basicamente a população local, além de pouca industrialização e urbanização (NETTO; DINIZ, 2006). O mapa abaixo apresenta o percentual de população urbana em cada município da zona da mata mineira.

Figura 3- População urbana nos municípios da Zona da Mata mineira, 2015



Elaboração: Neuman Assis. Fonte: IBGE, 2015.

Os municípios que possuem a maior taxa de urbanização se encontram na porção sul da região, onde se encontram também as microrregiões que apresentam maiores índices de industrialização e de desenvolvimento socioeconômico. Já na parte norte da mesorregião, onde se localizam a microrregião de Ponte Nova, Viçosa e o município de Araponga, nosso objeto de estudo, a população urbana mal atinge 60% da população total. Carneiro (2006) ao analisar a região centro-norte da Zona da Mata que compreende também a microrregião de Viçosa coloca:

Com características sócio- econômicas muito diferenciadas da parte centro-sul da Zona da Mata, a grande maioria dos municípios das microrregiões integrantes da parte centro-norte, quais sejam Viçosa, Ponte Nova, Manhuaçu, Muriaé, apresenta população rural superior à urbana, onde se sobressaem as atividades econômicas da zona rural. A maior parte da população está ocupada, principalmente, em atividades do setor primário como agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, das quais sobressai a agricultura familiar. A baixa expressividade da atividade agrícola, limitada pela falta de políticas direcionadas aos pequenos produtores rurais, contribui para intensificar as precárias condições de vida da população. (CARNEIRO, 2006, p.549).

Silveira (2015) analisando a microrregião funcional de Viçosa em específico, aponta para a pouca urbanização da microrregião. Segundo ela se trata de municípios que não exercem influência para além da sua hinterlândia, tendo forte relação com a ruralidade e as cidades que possuem relevantes atividades urbanas são delimitadas com o polo Viçosa. A autora em questão também analisou o crescimento demográfico da microrregião funcional de Viçosa e acrescenta:

Enquanto Viçosa apresenta a maior taxa de crescimento demográfico da região, os outros municípios revelam inegável estagnação, que pode ser observada a partir das taxas de crescimento populacional negativas. Com exceção de Viçosa e Porto Firme, mesmo os municípios que não perderam população registraram taxas de crescimento muito baixas no período de 2000-2010, inferiores à média do estado de Minas Gerais, que foi de 0,09%. (SILVEIRA, 2015, p.46).

O quadro abaixo mostra a população dos municípios da microrregião de Viçosa no ano de 2010 e a população estimada para o ano de 2021, segundo o IBGE (2010, 2022). Na análise do quadro percebe-se que a microrregião tem como tendência manter a queda de crescimento populacional com taxas de crescimento muito baixas ou mesmo perdendo população. Além disso, exceto por Viçosa, todos os municípios apresentam um patamar demográfico de menos de 20 mil habitantes.

Quadro 1- População nos municípios da microrregião de Viçosa, 2010 a 2021.

Microrregião de Viçosa	Cidade	População 2010 (IBGE)	População estimada 2021 (IBGE)
	Alto Rio Doce	12.159	10.723
	Amparo do Serra	5.053	4.643
	Araponga	8.152	8.467
	Brás Pires	4.637	4.255
	Cajuri	4.047	3.961
	Canaã	4.628	4.533
	Cipotânea	6.547	6.811
	Coimbra	7.054	7.633
	Ervália	17.946	19.019
	Lamim	3.452	3.366
	Paula Cândido	9.271	9.597
	Pedra do Anta	3.365	2.960
	Piranga	17.232	17.641
	Porto Firme	10.417	11.414
	Presidente Bernardes	5.537	5.333
	Rio Espera	6.070	5.332
	São Miguel do Anta	6.760	6.949
	Senhora de Oliveira	5.683	5.786
	Teixeiras	11.355	11.680
Viçosa	72.220	79.910	

Fonte: organizado pela autora com base nos dados do IBGE/ CIDADES (2017).

Na região analisada por Endlich (2006) eram também os municípios com menos de 50 mil habitantes e sediados por pequenas cidades que mais perdiam população. A explicação pode residir no fato de boa parte destas cidades não terem uma economia diversa e dinâmica, serem dependentes do setor agropecuário, e assim não conseguem realocar parte desta mão de obra que sai do campo.

Lisboa (2006) demonstrou que dentro da Zona da Mata, a perda populacional está relacionado às crises da economia cafeeira. Por se tratarem do perfil de cidades pequenas, voltadas para o setor agropecuário e das características específicas deste campo, a microrregião perdeu população para as áreas mais dinâmicas da mesorregião, e para outras áreas do estado. O quadro abaixo mostra a população residente no campo no ano de 2010 e 2020 nos municípios da microrregião de Viçosa.

Quadro 2- População rural e urbana da microrregião de Viçosa nos anos de 2010 e 2020

Município	IBGE 2010			FJP 2020 ⁴		
	População total	Zona urbana (%)	Zona Rural (%)	População total	Zona Urbana (%)	Zona Rural (%)
Alto Rio Doce	12.159	42	58,3	11.576	47	53
Amparo do Serra	5.053	52	47,7	4.875	55,2	44,8
Araponga	8.152	37	62,6	8.453	48,4	51,6
Brás Pires	4.637	48	52,05	4505	51,2	48,8
Cajuri	4.047	52	48,2	4.067	52	48
Canaã	4.628	40	59,83	4.652	48,6	51,4
Cipotânea	6.547	46	53,96	6.799	58,3	41,7
Coimbra	7.054	73	26,9	7.484	79,4	20,6
Ervália	17.946	53	47,23	18.825	58,3	41,7
Lamim	3.452	44	56,22	3.463	48,4	51,6
Paula Cândido	9.271	53	46,75	9.601	58,6	41,4
Pedra do Anta	3.365	65	34,89	3.237	75,2	24,8
Piranga	17.232	35	65,42	17.739	42,4	57,6
Porto Firme	10.417	54	46,37	11.133	58,6	41,4
Presidente Bernardes	5.537	30	70,3	5.506	38,7	61,3
Rio Espera	6.070	40	60,41	5.767	41,7	58,3
São Miguel do Anta	6.760	55	44,58	6.975	61,8	38,2
Senhora de Oliveira	5.683	57	42,7	5.833	62,3	37,7
Teixeiras	11.355	67	32,86	11.718	70,8	29,2
Viçosa	72.220	93	6,8	77.598	94,4	5,6

Fonte: construído pela autora com base nos dados do IBGE (2010) e FJP (2022).

O quadro 2 apresenta também o percentual referente a população rural nestes dois períodos de tempo. De todos os municípios da microrregião Viçosa é o que possui maior população urbana, alcançando mais de 90% da população total. Nos demais municípios, a população rural chega a alcançar mais da metade da população total ou é bastante representativa. Outro dado relevante é o fato do percentual de pessoas

⁴ Os dados referentes ao ano de 2020 são retirados da plataforma do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) e construído pela Fundação João Pinheiro. Pela ausência dos dados do Censo do IBGE de 2020, pelos cálculos de população da FJP para o mesmo ano ser bem próximo das estimativas do IBGE (2022), e também por utilizar de fontes oficiais, entre elas o próprio IBGE, optou-se pela utilização destes dados para comparação.

morando na zona rural ter caído enquanto o percentual em relação a população urbana teve aumento em todos os municípios, indicando assim a tendência de urbanização da população dentro da microrregião.

Analisando os dados da região centro-norte da Zona da Mata a partir da década de 1970, Faria et al (2022) também apontam para a tendência de crescimento da população urbana e queda da População Economicamente Ativa rural nos anos de 1991 a 2010, o que para os autores supracitados, está relacionado “(...) às dificuldades oriundas da sua base econômica, que são agropecuária e a cafeicultura” (FARIA et al, 2022, p.185).

Outro fator que tem contribuído para o aumento da população urbana e é colocado por Faria et al (2022), é a migração pendular em que o dirigente do estabelecimento migra para a área urbana do município e passa a fazer o deslocamento cidade-campo todos os dias. Por isso, o que se vê nestes municípios é o esvaziamento do campo enquanto na zona urbana não há perdas populacionais (Faria et al, 2022).

As colocações de Faria et al (2022) vão de encontro com as discussões realizadas no capítulo anterior e mostram como as relações urbano e rural se dão dentro das pequenas cidades. Outro aspecto que aponta para a importância da ruralidade dentro da microrregião é a importância que o setor agropecuário representa para a economia. O quadro abaixo mostra a participação de cada setor no Produto Interno Bruto dos municípios da microrregião de Viçosa no ano de 2019, segundo o IBGE (2022).

Quadro 3- Participação de cada setor no PIB dos municípios da microrregião de Viçosa, 2019 (continua).

Microrregião de Viçosa	Cidade	Administração pública ⁵	Serviços	Indústria	Agropecuária
	Alto Rio Doce	45.524,98	47.921,31	6.708,86	62.763,62
	Amparo do Serra	22.105,05	14.596,86	1.994,54	5.198,92
	Araponga	35.636,53	19.486,42	2.998,33	12.171,96

⁵ No quadro 3, a coluna referente a administração pública inclui defesa, educação, saúde pública e seguridade social como definido pelo IBGE (2022).

Quadro 4- Participação de cada setor no PIB dos municípios da microrregião de Viçosa, 2019 (conclusão).

Microrregião de Viçosa	Cidade	Administração pública	Serviços	Indústria	Agropecuária
	Brás Pires	20.409,60	12.550,38	1.613,70	3.847,37
	Cajuri	20.363,03	20.240,13	18.800,99	6.662,48
	Canaã	22.203,41	13.561,54	2.411,04	19.297,19
	Cipotânea	29.060,01	17.600,80	4.483,95	4.557,97
	Coimbra	33.977,31	48.474,60	8.072,80	17.044,86
	Ervália	79.620,19	119.541,05	17.973,45	75.466,04
	Lamim	17.380,11	12.952,43	1.645,15	6.029,40
	Paula Cândido	39.295,60	33.350,84	7.704,70	14.549,09
	Pedra do Anta	17.569,96	10.995,55	2.397,66	8.060,64
	Piranga	72.455,09	65.973,87	7.384,45	23.610,89
	Porto Firme	43.712,59	33.918,12	5.865,86	10.469,93
	Presidente Bernardes	25.788,76	15.988,92	2.493,15	6.681,61
	Rio Espera	23.811,60	14.360,31	1.786,42	8.022,22
	São Miguel do Anta	32.444,39	23.719,89	4.390,52	15.938,91
	Senhora de Oliveira	26.667,10	28.019,72	1.907,13	10.751,03
	Teixeiras	50.370,85	63.253,28	10.868,43	16.237,35
Viçosa	345.765,52	1.059.932,55	171.482,38	16.182,46	

Fonte: Organizado pela autora com base nos dados do IBGE(2017).

Os valores apresentados no quadro revelam que exceto pelo polo Viçosa apenas nos municípios de Coimbra, Ervália, Senhora de Oliveira e Teixeira que a participação do setor de serviços ultrapassa o da administração pública. A dependência do setor de administração pública pelas pequenas cidades, já foi colocada anteriormente por autores como Corrêa (2011) e aponta para a dependência de recursos externos e repasses do governo como o Fundo de Participação Municipal, de aposentadorias e benefícios sociais.

A administração pública, é responsável também por boa parte dos empregos nestas localidades, sendo inclusive, muito comum em períodos eleitorais a promessa de emprego em troca de votos. Considerando que se trata de municípios polarizados por pequenas cidades que não possuem economia tão diversificada, pouca

industrialização, a promessa de emprego se insere em antigas práticas políticas de favoritismo e coronelismo.

Retornando ao quadro 3, além de Viçosa apenas em Cajuri a participação da indústria é maior do que a do setor agropecuário, revelando a importância que este setor tem para a economia da microrregião. Sobre esta característica da região, Tiradentes (2004) coloca:

A microrregião apresenta diversificação agrícola com os cultivos de arroz, feijão, batata e frutas, com atenção para as culturas de café e milho. A pecuária leiteira e a avicultura industrial apresentam uma produção expressiva, abastecendo a microrregião e os municípios de Belo Horizonte e Juiz de Fora. (TIRADENTES, 2004, p.47).

O autor ainda acrescenta que a microrregião não tem “vocação” industrial, apresentando pouca industrialização e urbanização, ainda que esta seja uma tendência (TIRADENTES, 2014). Neste sentido, a análise da microrregião e mesorregião forneceram chaves de interpretação para entender os processos que conformaram o espaço regional e como se deram as respostas aos diversos ciclos econômicos resultando em configurações internas marcantes. Dado a diferenciação do uso do território a mesorregião hoje se traduz numa área industrializada e em outra com economia diversificada, de pequena escala e assentada nos setores da agricultura (CARNEIRO, 2006).

4. ARAPONGA: HISTÓRICO DE FORMAÇÃO, SOCIEDADE E ECONOMIA

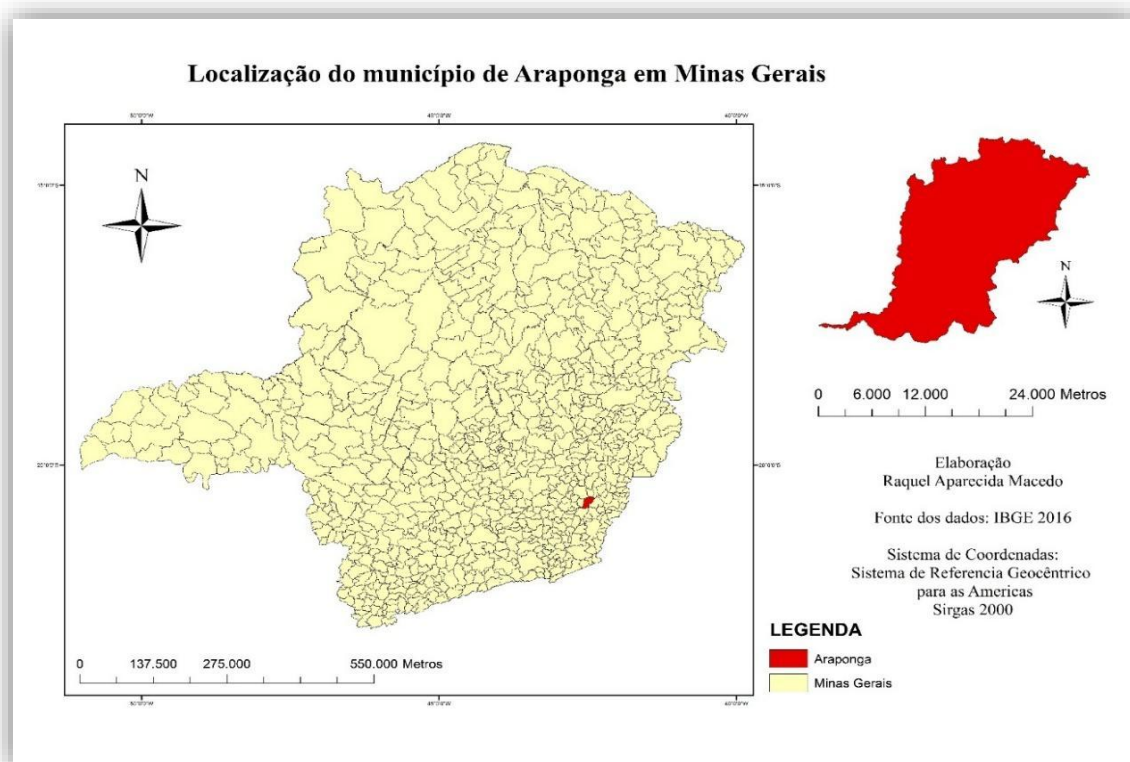
A exploração econômica do território que viria ser o município de Araponga se deu no início do século XVIII com a busca de ouro pela parte norte da mesorregião. Como mencionado anteriormente, quando a produção aurífera da região mineradora entrou em decadência, iniciou-se o processo de desbravamento das terras a leste que até então eram proibidas.

A possibilidade de haver ouro na região levou a várias expedições de abertura de áreas sobre a mata para assentamentos, que foram inclusive incentivados pelo Estado. Estes assentamentos possuíam, segundo Soares (2009), caráter fiscal, militar e de registros. Uma das características deste projeto era a instalação de presídios; uma espécie de base para as forças militares que serviam de apoio e defesa contra os indígenas e ainda combatia o contrabando de ouro (SOARES, 2009).

Um destes presídios foi instalado em Arrepiados atual município de Araponga. No entanto, segundo Soares (2009, p.81) “o ouro encontrado não foi suficiente para manter o dinamismo inicial, os moradores se dispersaram e o povoado manteve-se reduzido”. Dado as características das unidades territoriais que se implantaram ao norte da Zona da Mata e das características da economia de Minas, é provável que no município o povoamento tenha continuado reduzido e se caracterizado por unidades familiares diversificadas e autossuficientes.

Dentre o período de 1826 a 1937 Araponga pertenceu como distrito ao território de Viçosa. De 1938 a 1962 passou a pertencer como distrito ao município de Erval (atual Ervália), quando então, se emancipou (IBGE, 2022). O município é constituído de dois distritos sendo eles o de Araponga e o de Estevão de Araújo. Segundo o último Censo do IBGE (2010) o município possui 8.152 habitantes e a estimativa para o ano de 2021 era de 8.467 pessoas. O mapa a seguir mostra a localização do município dentro do território mineiro.

Figura 4- Localização do município de Araponga em Minas Gerais



Elaboração: Raquel Macedo. Fonte: IBGE, 2016.

O município possui forte relação com o campo devido a forma que a ocupação do seu espaço se deu e as características dos estabelecimentos que ali se instalaram. Dentro de Araponga há um histórico de lutas pela terra e articulações de movimentos sociais que culminaram na compra de terras em conjunto, na criação do sindicato rural, de uma cooperativa do sistema Cresol, na criação do parque Estadual da Serra do Brigadeiro, na criação da Associação de Agricultores Familiares de Araponga (AFA), e na Escola Família Agrícola Puris. Movimentos estes que articulam a defesa do acesso à terra e a agroecologia (FREITAS; FREITAS, 2013; FIUZA et. al, 2011; MIRANDA et. al, 2012; BARBOSA, 2004; CAMPOS, 2006).

Possuindo relevo montanhoso em torno dos mil metros de altitude atingindo até 1985 metros no pico mais alto, Araponga se localiza a 50 km do polo da microrregião, Viçosa. Dentro do município se encontra a sede do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Além disso, a natureza exuberante da mata atlântica guarda belas cachoeiras e paisagens, o que faz com que o município tenha grande potencial turístico.

Dado as características físicas como clima e relevo, Araponga se localiza numa faixa de municípios que têm se voltado para a produção de cafés que inclusive se destacam pela qualidade, tendo grande importância econômica para o município e reconhecimento dentro dos concursos de café regionais, nacionais e internacionais. A estrutura agrária é marcada pela fragmentação, organização social baseada na agricultura familiar, por sistemas de trabalho como a parceria e meação, e pela conciliação de formas de produção que mesclam elementos modernos com tradicionais.

Araponga no conjunto da microrregião de Viçosa é um dos municípios que mais possuem população rural, mas ao longo dos anos a urbanização da população tem sido uma característica, o que tem refletido no aumento do tecido urbano da cidade. O processo de urbanização que ali se desenvolve guarda as suas particularidades, dado ao tipo de ocupação que se deu e às características específicas deste campo.

4.1 Formação e estrutura do campo de Araponga

Como no restante da mesorregião da Zona da Mata a formação da estrutura agrária do município está ligada à economia cafeeira e as suas sucessivas crises. Valverde (1958) ao classificar as diversas áreas e ocupações da Zona da Mata, coloca que o município fazia parte da zona cafeeira, onde predominavam os latifúndios e a situação dos trabalhadores rurais era de grande pobreza.

Devido às sucessivas crises do café os estabelecimentos agrícolas adotaram o cultivo associado de diversos gêneros como milho, feijão, arroz, cana de açúcar, produção de leite e criação de animais para o consumo do estabelecimento e também visando o comércio local. Além disso, com a mudança para o trabalho livre os trabalhadores não conseguiam acessar terra a não ser pela meação ou colonato (CAMPOS, 2006). As fazendas foram através de heranças ou compras sendo fragmentadas. Miranda et. al (2012) colocam:

A estrutura agrária de Araponga caracteriza-se por uma elevada fragmentação da propriedade rural, em decorrência da história de sua ocupação e do uso do solo, o que levou à expulsão de grandes contingentes de famílias agricultoras sem condições de competir e se reproduzir socialmente. Esses fatores dificultam o crescimento e desenvolvimento do produtor familiar que, na maioria das vezes, possui uma propriedade instável e precária, cuja viabilidade de melhoria depende da tenacidade dos agricultores e da adoção de estratégias pelas próprias famílias. (MIRANDA, et. al, 2012, p. 191)

Campos (2006) analisando a compra de terras em conjunto⁶, coloca que os agricultores tinham dificuldades de acessar a terra por meio da compra direta, pois exigia que estes possuíssem um capital excedente, o que era difícil pois, a maioria dos agricultores eram meeiros, e por isso, tinham apenas parte da produção. Esta situação gerava desconfiança por parte do dono da terra em relação a efetivação do pagamento. A compra de terras em conjunto se tratou de uma estratégia adotada por um grupo de agricultores que unidos por laços de solidariedade, amizade e familiares, acessassem a terra.

Diante desta dificuldade surgiu dentro do município estratégias e organizações sociais para a defesa da reprodução do modo de vida social e da agroecologia. À atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Pastoral da Terra, movimentos da igreja católica atuantes na Zona da Mata, contribuíram para a formação de consciência política e possibilitaram a criação de laços de solidariedade e para despertar nestes agricultores a vontade de mudar esta realidade, ajudando assim na construção de sindicatos rurais, associações e cooperativas. (FREITAS; FREITAS, 2013).

Segundo Freitas e Freitas (2013) a partir das CEBs cria-se um movimento social e político que dado as demandas econômicas e de reprodução social da agricultura familiar faz surgir outras formas organizacionais que prevaleceram mesmo depois que a atuação das CEBs na região enfraqueceu:

À medida que as CEBs vão perdendo sua referência organizacional, novas organizações se edificam sobre esta base sociopolítica, se apropriando dela, resignificando pressupostos e reorientando o movimento político da agricultura familiar na região. (FREITAS; FREITAS, 2013, p.444).

A partir da organização desses agricultores foram criados; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araponga, a Associação de Agricultores Familiares de Araponga (AFA) e a Escola Família Agrícola Puris. Por esta atuação e protagonismo Araponga foi um dos primeiros municípios da Zona da Mata a receber uma cooperativa

⁶ A conquista de terras em conjunto foi uma estratégia adotada por alguns agricultores de Araponga unidos por laços de sangue e amizade, para acessar a terra de forma direta através da compra. Campos (2006, p.3), coloca que: “A partir da iniciativa dos próprios agricultores, a iniciativa foi se consolidando progressivamente, com o suporte de agentes externos. Neste esquema de crédito rotativo, os pequenos proprietários e trabalhadores rurais adquirem conjuntamente uma área de terra, em que cada novo proprietário pode adquirir terra de acordo com suas condições. Os lotes individuais variam, em média, de 1 a 6 hectares. Esta experiência começou em 1989 e, desde então, 110 famílias já conquistaram o seu pedaço de terra, totalizando 498,0 hectares.”

do sistema Cresol (FREITAS; FREITAS, 2013), e a criação do parque Estadual da Serra do Brigadeiro teve também a participação ativa destes agricultores preocupados também com a preservação ambiental.

Dado a dificuldade de acessar a terra de forma direta, a fragmentação da propriedade se dava principalmente pela herança, assim os avós possuíam mais terras que os filhos e os netos ficavam com uma parte ainda menor que a primeira geração (CAMPOS, 2006). Neste sentido, o casamento era uma estratégia que assegurava o patrimônio familiar. Fiuza et. al (2011) demonstraram em seu trabalho que dentro do município o casamento, principalmente para os que possuem mais de 20 anos de casados, era também uma estratégia de manutenção do patrimônio familiar. Fato que quase não foi verificado entre os casais com menos de 20 anos de relacionamento.

Fiuza et. al (2011) explicam que ao longo dos anos com a urbanização do campo e a possibilidade da mulher buscar outras fontes de renda, o valor e importância em torno da terra foi diminuindo em comparação com as gerações anteriores:

Segundo os dados levantados na pesquisa, foi, justamente, entre os casais com menos de 10 anos de relacionamento, cujos casamentos entre não parentes e com pessoas de fora da comunidade se sobressaiu, que se notou menor a importância do patrimônio fundiário. A fonte de renda mais expressiva entre os casais foi a não agrícola e tal dado fica ainda mais coerente, quando se observa a forma como os casais com menos de 10 anos obtiveram a terra. FIUZA, et. al, 2011, p.513-514).

A fragmentação da propriedade através da herança e a importância do patrimônio fundiário para as gerações anteriores, podem explicar em parte, o fato de serem jovens de até 35 anos de idade a faixa etária que menos possuem terras dentro do município. Os quadros que se encontram a seguir apresentam o número de propriedades por área e os números de estabelecimentos dirigidos por produtores e sua relação com a terra. Dão indícios também da concentração de terras dentro do município.

Quadro 5- Número de estabelecimentos agropecuários por área no ano de 2006 e 2017.

Número de estabelecimentos agropecuários por área no município de Araponga no ano de 2006 e 2017							
Ano de 2006				Ano de 2017			
Tamanhos dos estabelecimentos (ha)	Número de estabelecimentos	Área ocupada (ha)	Área (%)	Tamanho dos estabelecimentos (ha)	Número de estabelecimentos	Área ocupada (ha)	Área (%)
Menores de 10 ha	1019	3280	18,48	Menores de 10 ha	935	3633	24,57
De 10 a menos de 20 ha	159	2176	12,26	De 10 a menos de 20 ha	149	1.984	13,43
De 20 a menos de 50 ha	126	4000	22,53	De 20 a menos de 50 ha	73	2133	14,44
De 50 a menos de 100 ha	29	2025	11,41	De 50 a menos de 100 ha	28	1959	13,26
De 100 a menos de 200 ha	14	1912	10,77	De 100 a menos de 200 ha	14	2066	13,98
De 200 a menos de 500 ha	8	2515	14,17	De 200 a menos de 500 ha	7	2072	14,02
De 500 a menos de 1000 ha	1	—	—	De 500 a menos de 1000 ha	1	X	X
De 1000 a mais	1	—	—	De 1000 a mais	—	—	—
Total	1414	17752	100,00	Total	1438	14776	100

Fonte: Censo Agropecuário (2006), (2017), IBGE.

Fonte: construído pela autora com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017 do IBGE.

De acordo com o quadro 4 do ano de 2006 para 2017 o número de unidades e da área corresponde caiu em todas as faixas, exceto pela classe que corresponde a de 100 hectares a menos de 200 que permaneceu com 14 unidades e a área aumentou, e a de até 10 hectares que mesmo perdendo unidades a área também aumentou. Em 2006 os estabelecimentos agropecuários que possuíam até 50 hectares ocupavam 53,3% da área total, e em 2017 passou a representar 52,43% da área total.

Na faixa de até 10 hectares o número de estabelecimentos caiu de 1019 unidades para 935 uma diferença de 84 unidades, enquanto a área passou de 18,48% da área total para 24,57%. Em 2006 na faixa de 100 a menos de 200 hectares eram 14 unidades que detinham 10,8% da área total. Em 2017 o número de unidades permaneceu detendo agora 13,98% da área total. Os dados revelam a fragmentação da terra no município com a presença de propriedades que não alcançam a área de 28 hectares que é o módulo fiscal ⁷definido para o município de Araponga.

A realidade fundiária ⁸do município é caracterizada pela presença de minifúndios e pequenas propriedades que em 2017 ocupavam 65,7% da área total. O aumento da área dos estabelecimentos de até 10 hectares pode apontar para o fato de a depender do tamanho da propriedade inviabiliza a reprodução social do agricultor que opta por vender e até migrar. Também para a possibilidade de venda desta terra ser feita para outro pequeno agricultor que deseja aumentar a área de produção. O quadro abaixo mostra a relação do número de estabelecimentos agropecuários de acordo com a condição do produtor em relação à terra.

⁷ De acordo com EMBRAPA (2023), o módulo fiscal é “é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (..), (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de “propriedade familiar”. A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade”. Ainda de acordo com a EMBRAPA (2023), o módulo fiscal é utilizado para definir as propriedades rurais como pequenas, médias e grandes. Apresentando menos de 1 módulo é considerada um minifúndio, entre 1 e 4 módulos como pequena propriedade e de 4 a 15 módulos de média propriedade. Acima de 15 módulos é considerado grande propriedade.

O módulo fiscal também é utilizado, entre outros parâmetros, para a definição do agricultor familiar. Para ser considerado agricultor familiar a propriedade não deve conter mais que 4 módulos fiscais (EMBRAPA, 2023).

⁸ Segundo o site do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a classificação em minifúndio, pequena, média e grande propriedade é definida pelo Incra pela Lei N° 8.629 de 1993 e alterada pela Lei N° 13.465 de 2017 e leva em consideração o módulo fiscal.

Quadro 6- Número de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor em relação a terra e idade no ano de 2017.

Número de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor (unidades) no município de araponga no ano de 2017								
Condição do produtor em relação a terra	Total	Classe de idade do produtor						
		Menor de 25 anos	De 25 a menos de 35 anos	De 35 a menos de 45 anos	De 45 a menos de 55 anos	De 55 a menos de 65 anos	De 65 a menos de 75 anos	De 75 e mais
Proprietário (a)	888	7	98	206	216	187	104	70
Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	3	—	—	3	—	—	—	—
Arrendatário(a)	3	—	—	2	1	—	—	—
Parceiro(a)	500	60	155	150	85	42	7	1
Comodatário(a)	43	1	12	18	9	3	—	—
Ocupante	1	—	1	—	—	—	—	—
Produtor sem área	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	1438	68	266	379	331	232	111	71
Fonte: IBGE (2017) - Censo Agropecuário								

Fonte: construído pela autora com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE.

Antes de analisarmos o quadro 5 é necessário esclarecer os conceitos de arrendamento, parceria e comodato, que se tratam de formas de relação com a terra, firmado entre a pessoa que irá explorar a terra e o proprietário. Embora estas três formas de contrato tenham semelhanças, a natureza jurídica delas é diferente.

No arrendamento se paga um valor ao dono da terra como se fosse um aluguel para explorá-la por dado período de tempo, e no fim deste período a terra é entregue para o dono. Na relação de parceria quem produz na terra divide os lucros, a produção, como também, os gastos com o proprietário. No comodato, o dono da terra cede a propriedade rural na forma de empréstimo por um período determinado e o receptor é incumbido de cuidar da propriedade até que retorne ao dono.

Neste sentido, sobressai dentro do município o sistema de parceria. Dentro deste sistema, é firmado entre o trabalhador rural e o dono da terra os termos do contrato. Por exemplo, pode ser a meia, ou seja os lucros e gastos com a lavoura são divididos em partes iguais entre meeiro e proprietário. A terça em que o meeiro fica com dois terços dos lucros e gastos, ou o dono pode exigir 20% dos lucros sem ter gastos com a lavoura. Este sistema é muito utilizado nas lavouras de café e em menor escala nas lavouras de feijão e milho.

Os dados do quadro 5 mostram que a classe de produtores de menos de 25 anos, de 25 a 35 anos e de 35 a 40 anos, são os que mais trabalham em regime de parceria. A maior parte dos proprietários se encontram na faixa de 35 a 65 anos. Dentre os que se encontram na classe de 65 anos a grande maioria se encontra na condição de proprietários.

As razões para tal distribuição pode estar associada ao fato da terra ainda ser acessada, em sua maioria, através da herança e os jovens demoram a ter este acesso. Também como mencionado, pelo patrimônio fundiário não ter a mesma importância para os jovens como para as gerações anteriores e a possibilidade de ocupar outros postos de trabalho. Outro fato comum dentro do município é os filhos serem parceiros dos pais, até enfim, conseguir acessara terra de forma direta através da compra ou por herança.

Quanto à classe de mais de 75 anos ou mais este número é menor devido, primeiramente, à própria dinâmica populacional do município que se trata de uma população em sua maioria adulta (FJP, 2022). E segundo, pela dificuldade de já idosos

manterem a gestão da propriedade, por isso, alguns dividem o patrimônio fundiário ainda em vida e passam a viver da aposentadoria

Quanto às atividades agropecuárias o café voltou a ser a principal atividade, produzida em basicamente todos os estabelecimentos agropecuários, seguido pela produção de milho, feijão, e rebanho bovino respectivamente, segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

Segundo Campos (2006) a renovação da cultura está relacionada à instituição do Plano de Renovação e Revigoração dos cafezais na década de 70. Este fato, aliado às condições físicas do município e acesso a créditos e linhas de financiamento para a agricultura familiar, tem contribuído para aumento da área dos cafezais e para a introdução de técnicas, maquinários e insumos na produção. As técnicas mais modernas convivem com as tradicionais e o cultivo de outras culturas associadas, mas em menor escala. Tiradentes (2004) discorre sobre a organização das lavouras no município:

As novas lavouras cafeeiras distribuem-se geralmente pelas terras mais altas e estão sendo plantadas dentro de técnicas mais modernas. (...) Ao lado do café, porém com técnicas mais tradicionais, as lavouras de milho, feijão e arroz, que ocupavam principalmente as áreas de várzeas, terraços e meias vertentes, também representam importante papel na produção agrícola do município. (TIRADENTES, 2004, p.64).

Os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017) mostram a importância e o aumento da lavoura cafeeira. O relevo e o clima favorável propiciam o cultivo de café de boa qualidade, por isso, o município tem apostado também na produção de cafés especiais, o que é verificado no aumento da participação de produtores araponguenses em concursos⁹ de café. Também há iniciativas de alguns produtores de comercializarem diretamente com o consumidor final entregando o produto já beneficiado, agregando maior valor e também investindo no turismo rural. Mas, mesmo com tamanho potencial estas iniciativas ainda são tímidas, já que a maior parte da produção é vendida para atravessadores por preços menores. A tabela

⁹ Reportagens de diversos concursos de qualidade de café em que produtores de Araponga foram vencedores.

<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/cafe/166251-melhor-cafe-do-brasil-e-de-araponga-mg-segundo-concurso-nacional-da-abic.html#.Y7ceV33MLIU>

<https://cccmg.com.br/cafe-especial-de-araponga-mg-vence-concurso-nossocafe-2020/>

<https://www.guiamuriae.com.br/noticias/regiao/cafe-produzido-em-araponga-esta-entre-os-melhores-do-cup-of-excellence-2021/>

abaixo mostra a relação da quantidade produzida dos principais produtos agrícolas do município e a área colhida no ano de 2006 e 2017.

Tabela 1- Área colhida e quantidade produzida dos principais produtos agrícolas do município de Araponga

Produto	Ano de 2006		Ano de 2017	
	Área colhida (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)	Área colhida (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)
Café	4437	4169	4516	4789
Feijão	819	179	608	120
Milho	741	1477	724	1119

Fonte: construído pela autora com base nos dados do censo agropecuário de 2006 e 2017.

O café tem ocupado cada vez mais espaço, inclusive substituindo, as outras culturas. Além disso, enquanto parte da produção do milho e feijão são destinados ao consumo do próprio estabelecimento ou vendido no comércio local, o café alcança mercados mais amplos e até internacionais e se destaca pela qualidade.

Dado o retorno econômico da produção do café e o reconhecimento do produto do município, alguns produtores preferem se voltar apenas para a produção de café e buscar os demais produtos nos mercados ou de produtores da própria comunidade que ainda produzem. Neste sentido, percebe-se que os modos de vida da população rural têm se alterado e a divisão do trabalho se acentuado. Propriedades que antes produziam diversos gêneros alimentícios como batata doce, inhame, mandioca, ovos, leite, principalmente para o consumo da família, hoje se volta para a produção exclusiva do café. Claro que esta não é uma realidade predominante em todo município mas é um movimento que está em curso e cada vez mais presente.

Figura 5- Plantação de milho e amendoim junto ao cafezal em Araponga



Fonte: Foto tirada pela autora (2021).

O cultivo de diversas culturas associadas é uma característica de Araponga mesmo que esta seja uma prática cada vez menos comum dentro do município.

Os dados do Censo Agropecuário (2006, 2017), também mostram os valores da produção cafeeira que passou de R\$ 16.655,00 em 2006 para R\$ 35.015,94 no de 2017 nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés de café ou mais. O último censo agropecuário também apontou para a aquisição de maquinários nos estabelecimentos e aumento do número de propriedades que passaram a utilizar agrotóxicos na produção. No Censo de Agropecuário de 2006 eram 96 propriedades que utilizavam agrotóxico, ou seja, 6,7% das propriedades. Em 2017 eram 239 propriedades e o percentual chegava a 16,62%.

O Censo Agropecuário (2017) apontou também para a mecanização deste campo. Em 2006 existiam em Araponga 35 tratores e em 2007 somavam 171 unidades. Semeadeiras ou plantadeiras eram 1 unidade e passou para 3 unidades, e colheitadeiras eram 1 unidade e somavam 19 unidades no ano de 2017.

Estes valores apontam para a capitalização do campo de Araponga com a introdução de conjunto tecnológico na produção. O acesso a maquinários e insumos está relacionado à maior facilidade de acesso ao crédito voltado para esta população nas últimas décadas, e também à possibilidade de se conectar a mercados cada vez mais abrangentes dado ao desenvolvimento da rede urbana.

Os diversos dados aqui apresentados, bem como as discussões colocadas, revelam que desde a formação do seu espaço, o município de Araponga tem proximidade com o campo, o que é revelado pela presença da ruralidade como modo de vida, da economia e pelo histórico de lutas em torno da terra. Revelaram também como este campo penetrado pela modernização, tem se reorganizado para atender cada vez mais um mercado em expansão que é o de café de qualidade, e igualmente as relações de trabalho, de produção e com a terra também têm se modificado.

As características deste processo podem ser observadas a partir da presença de alguns elementos, como por exemplo, a utilização de agrotóxicos, maquinários, no aumento da produção, como também na tendência de aumento da área dos minifúndios. Outro lado deste processo está relacionado ao êxodo rural, urbanização da população, as pressões sobre o meio ambiente à medida que a cultura de café avança e a desintegração do modo de vida rural.

Vale ressaltar que quando mencionamos a capitalização deste campo, dado as suas características como fragmentação da terra, formação social de agricultores familiares e minifúndios, estamos nos referindo a mudança nas relações de produção

em relação às que eram empregadas em períodos anteriores, como por exemplo a introdução do uso de roçadeiras, derrigadeiras de café e tratores, que por si só estão sendo responsáveis por profundas mudanças deste campo.

4.2. População e economia do município de Araponga

De acordo com o último censo do IBGE a população de Araponga para o ano de 2010 era de 8.152 habitantes. Ainda segundo o censo 37,3% desta população residiam na Zona Urbana da cidade, ou seja, Araponga possuía uma das maiores populações rurais da microrregião. De acordo com a Fundação João Pinheiro (2022) no ano de 2020 este percentual já atingia 48,39%, enquanto a população rural diminuiu quase na mesma proporção. A tabela abaixo detalha esta mudança.

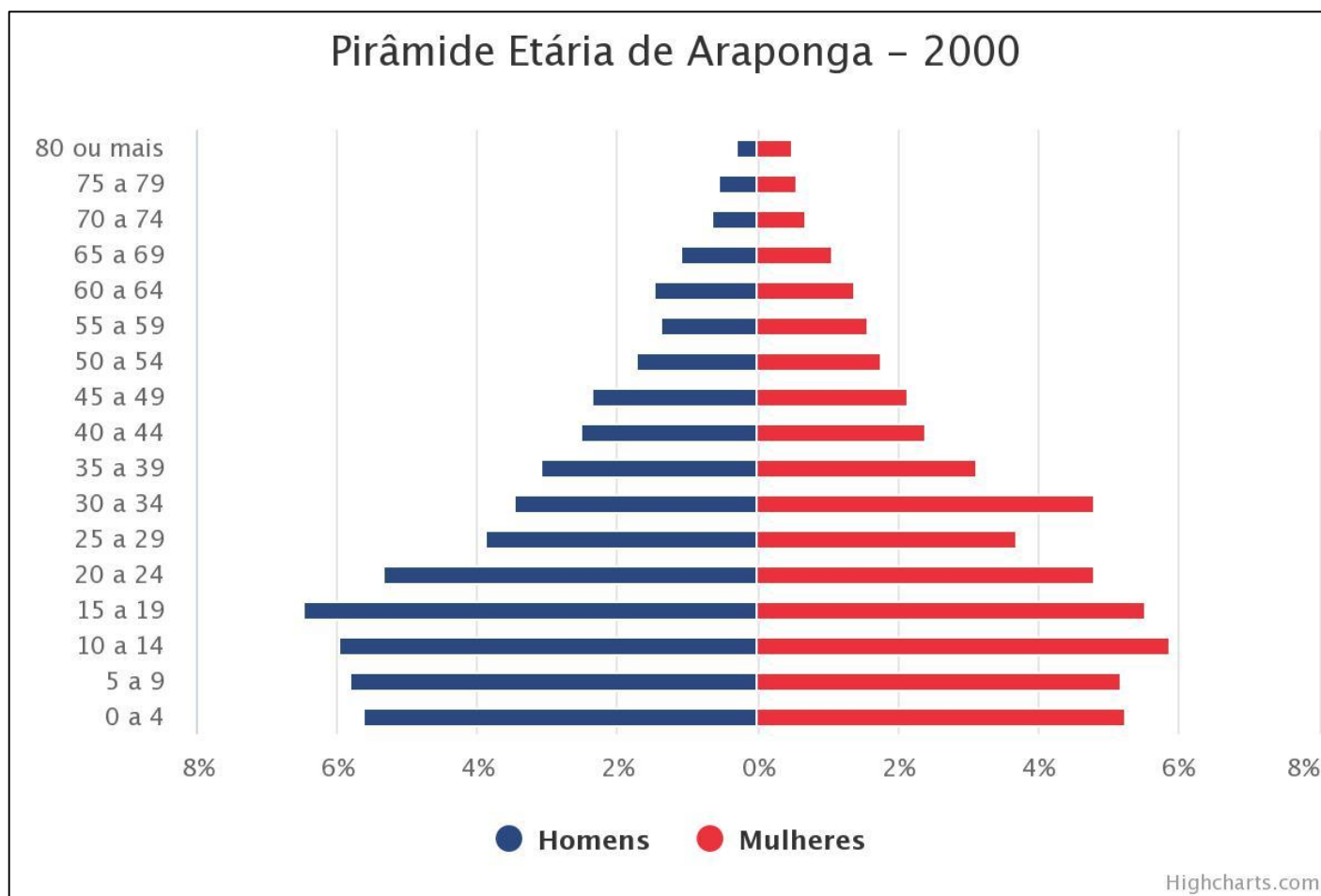
Tabela 2- Distribuição da população de Araponga para o ano de 2010 e 2020

Ano	População total	Residente na zona urbana	Residente na zona rural
2010	8.152	3.041	5.111
	100%	37,30%	62,69%
2020	8.459	4.093	4.366
	100%	48,39%	51,61%

Fonte: construído pela autora com base nos dados do IBGE (2010) e FJP (2022).

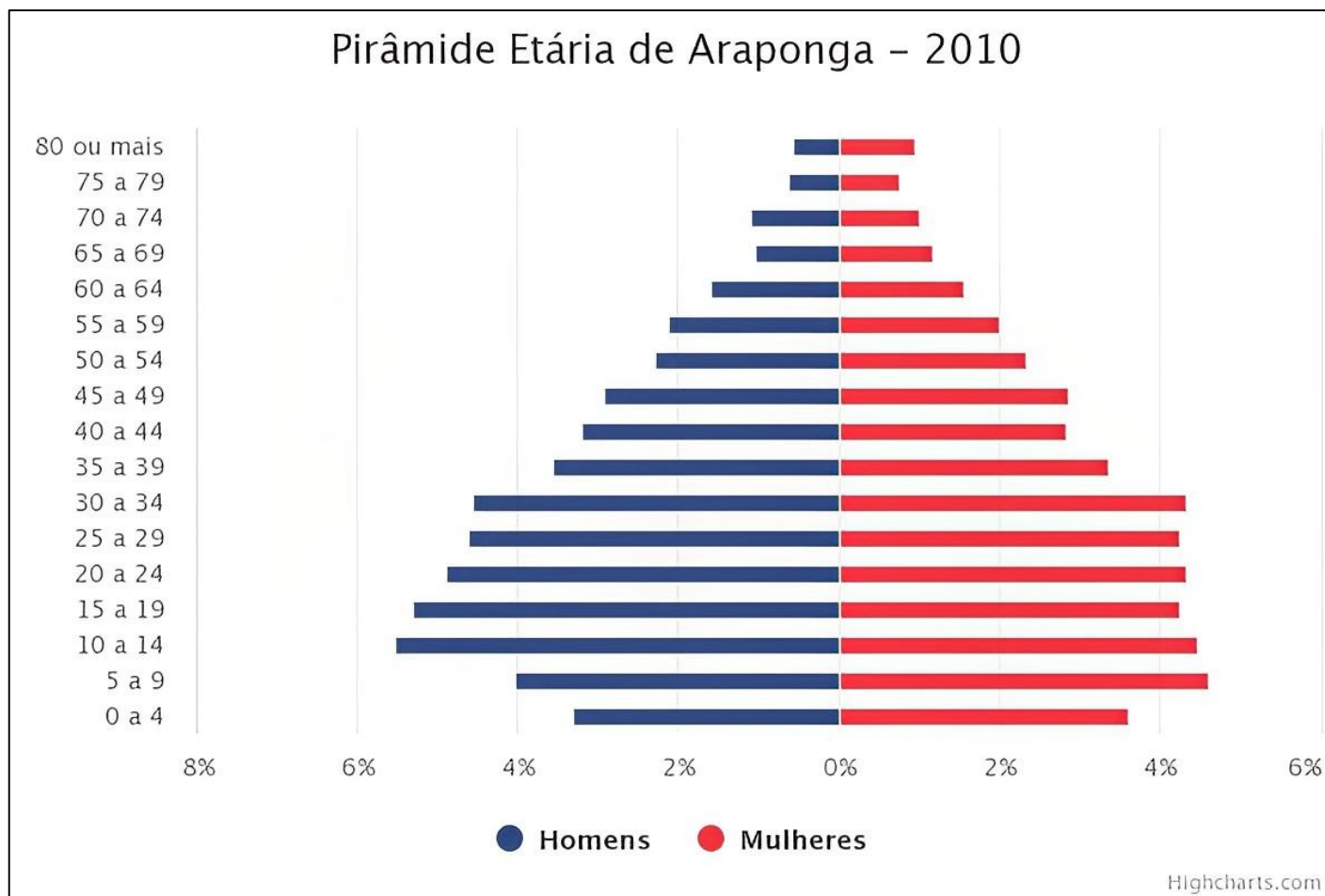
Outra observação a ser feita é que a taxa de crescimento da população do município neste período foi de 1,06%, menor que a do estado (ATLAS BRASIL, 2021). Considerando que a perda da população rural é equivalente ao aumento da população urbana, a mudança populacional aponta para a de migração campo- cidade. Quanto à composição da população por faixa etária observa-se queda da taxa de fecundidade e estreitamento da base e topo da pirâmide ao longo das últimas três décadas. As pirâmides etárias dos anos de 200, 2010 e 2020 mostram o comportamento da população nas últimas décadas.

Figura 6- Pirâmide etária da população de Araponga para o ano de 2000



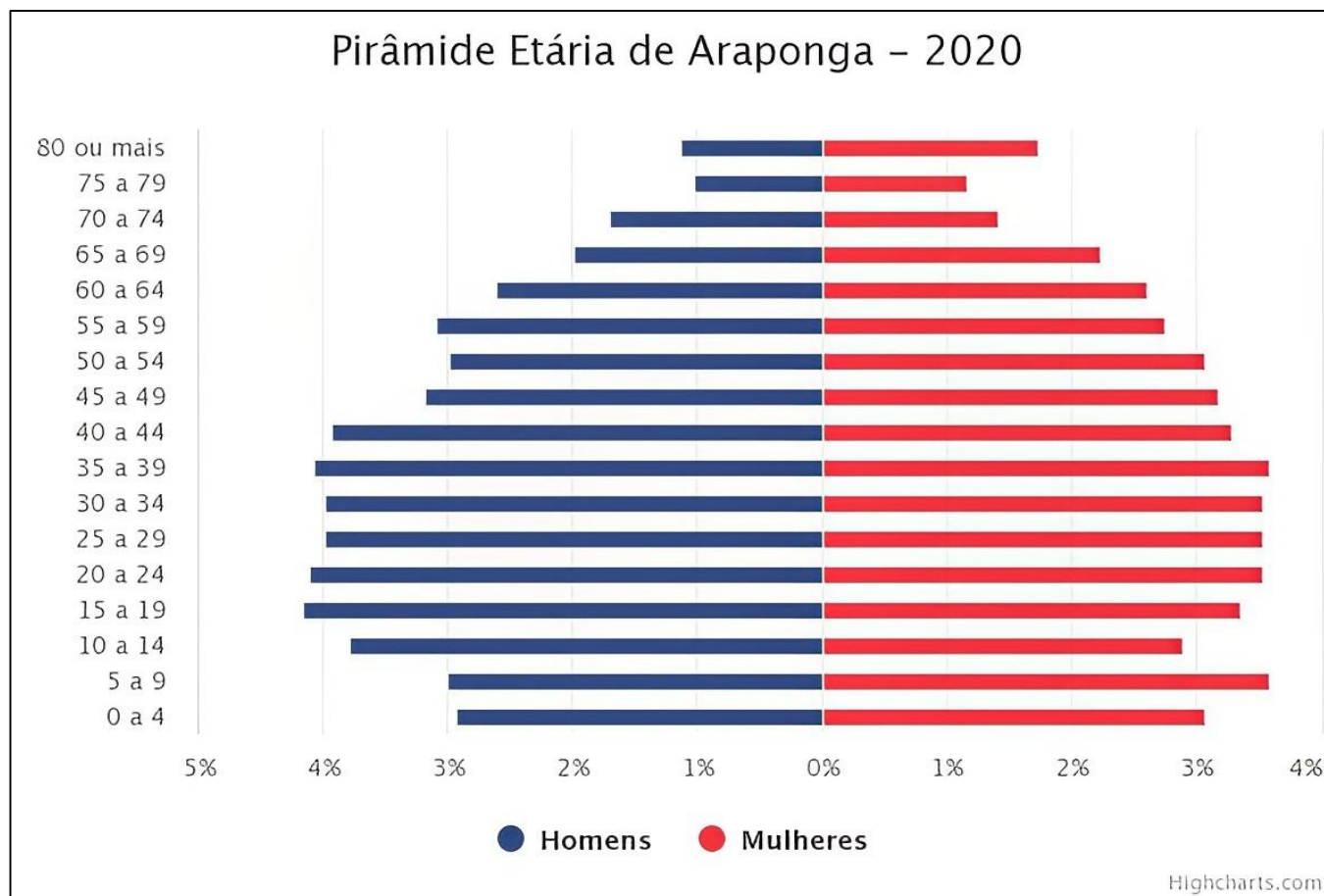
Fonte: IBGE/ elaboração: FJP, in: IMRS, Índice Mineiro de Responsabilidade Social (2022).

Figura 7- Pirâmide etária da população de Araponga para o ano de 2010



Fonte: IBGE/ elaboração: FJP, in: IMRS, Índice Mineiro de Responsabilidade Social (2022).

Figura 8- Pirâmide etária da população de Araponga para o ano de 2020

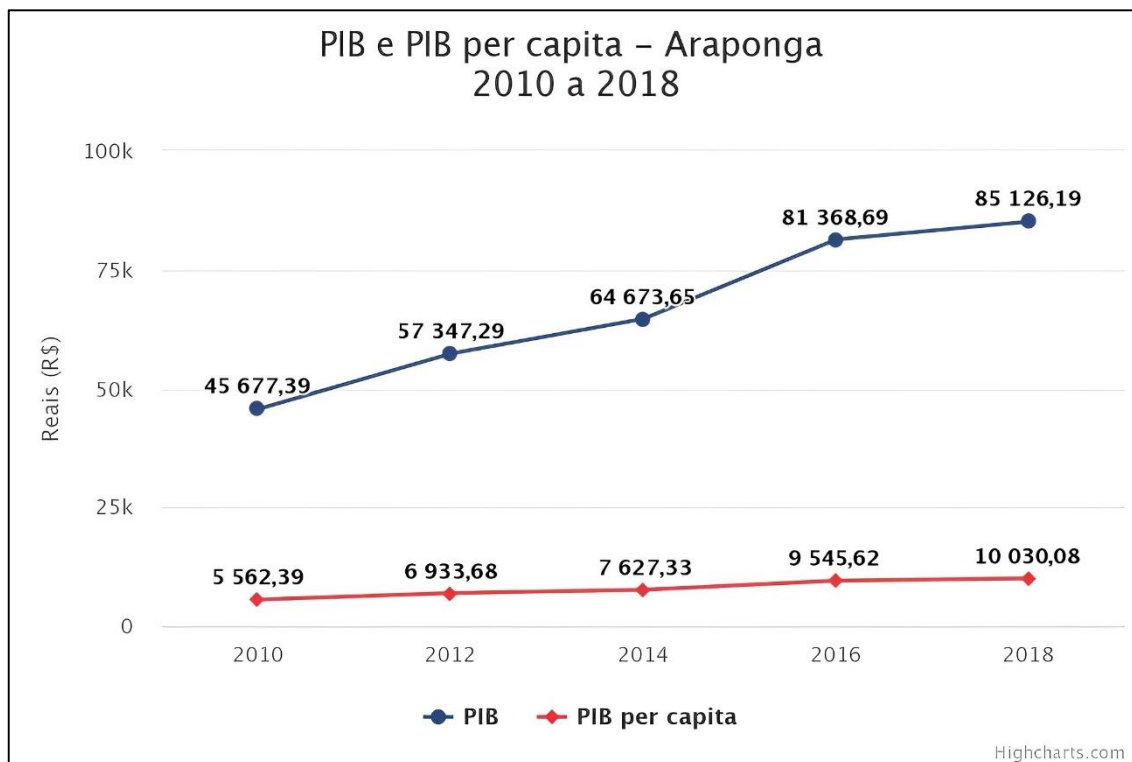


Fonte: IBGE/ elaboração: FJP, in: IMRS, Índice Mineiro de Responsabilidade Social (2022).

Do ano de 2000 para o ano de 2010 permite inferir a tendência para a queda do número de nascimentos neste intervalo de 10 anos. A pirâmide referente ao ano de 2010 apresenta uma população composta principalmente por jovens, enquanto o topo da pirâmide ainda se mantém estreito. Mostra também o envelhecimento desta população e queda do número de nascimentos.

O achatamento da pirâmide no ano de 2020 leva a crer que a maior parte da população de Araponga é economicamente ativa. A faixa etária de 0 a 9 anos e 70 e 79 anos é onde se encontra a menor proporção de pessoas. A queda da natalidade observada na pirâmide para o ano de 2010 permaneceu no ano de 2020. Neste mesmo período, enquanto o estado de Minas Gerais teve a taxa de crescimento de 2,56%, a do município foi de 1,06% (ATLAS BRASIL, 2022).

No que se refere aos aspectos socioeconômicos, o município passou por melhoras significativas de seus índices. Segundo o Atlas Brasil (2022) o IDHM de Araponga saltou de 0,393 no ano de 2000 para 0,536 em 2010. Os fatores que mais contribuíram para este aumento foram educação, seguido de renda e longevidade. Também no período de 2000 a 2010 a renda *per capita* mensal de Araponga teve aumento de 80,18% passando de R\$182,46 para R\$ 328,75, a preços de agosto de 2010, em valores nominais (ATLAS BRASIL, 2022). Dados da Fundação João Pinheiro (2022) demonstram que esta tendência permaneceu depois de 2010. Em 2014 cerca de 63,97% da população do município estava cadastrada no CadÚnico e em 2019 este percentual caiu para 47% (FJP, 2022). O Produto Interno Bruto municipal (PIB) aumentou 86,36% no período de 2010 para 2018 e o aumento do *PIB per capita* foi de 80,33% de acordo com a FJP (2022). Os valores estão expressos no gráfico abaixo.

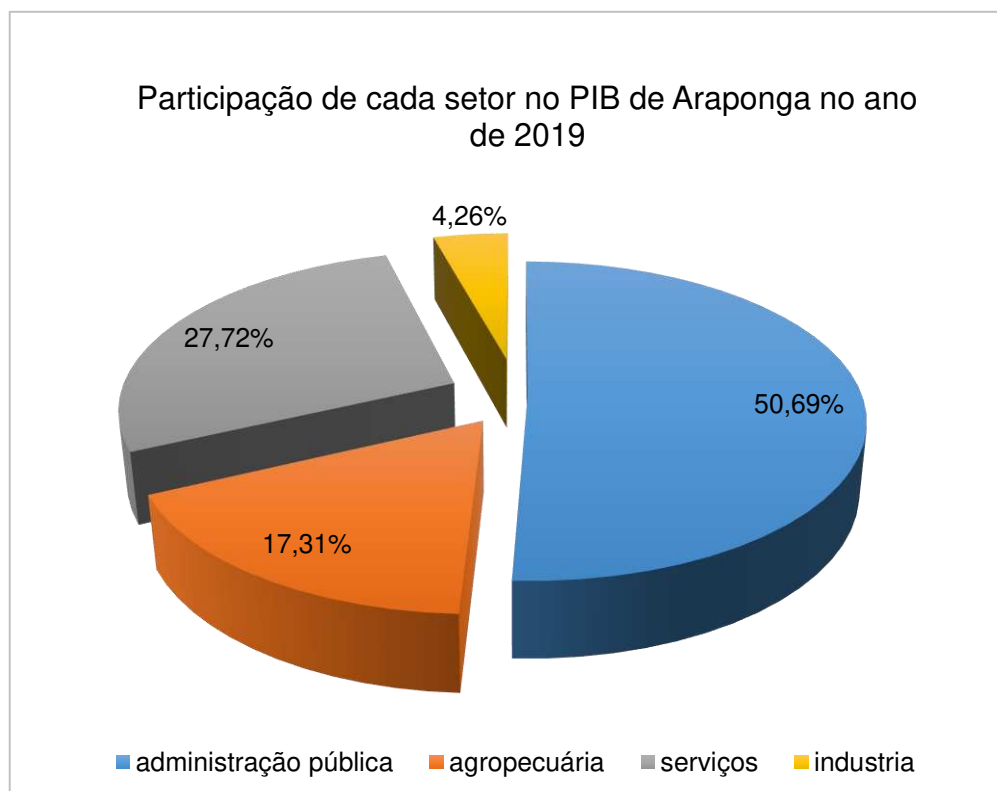
Gráfico 1- PIB e *PIB per capita* do município de Araponga- 2010 e 2018

Fonte: IBGE/ Elaboração: FJP, in: IMRS, Índice Mineiro de Responsabilidade Social (2022).

O gráfico aponta para o aumento da soma das riquezas produzidas dentro do município que praticamente dobrou os valores num período de oito anos. O PIB e PIB *per capita* são medidas econômicas que não levam em consideração aspectos sociais e distribuição (FJP, 2022). Por isso, não necessariamente indicam que esta soma foi apropriada por todas as parcelas da população. Mas considerando que a desigualdade socioeconômica dentro do município diminuiu e a riqueza produzida aumentou, os dados podem apontar para a melhoria da qualidade de vida da população. O gráfico a seguir mostra a participação de cada setor na composição do PIB municipal.

Gráfico 2: Participação de cada setor na composição do PIB de Araponga- 2019

Fonte:



Construído pela autora com base nos dados do IBGE (2022).

A maior participação no PIB municipal é representada pelo setor de administração pública que abarca defesa, educação, saúde e seguridade social (IBGE, 2017), seguida pelo setor de serviços, agropecuária e por fim da indústria. Como já assinalado esta é uma característica da maioria dos municípios que compõem a microrregião de Viçosa e demonstra a dependência deste setor, principalmente dentro no município de Araponga em que o setor de administração pública representa mais de 50% do PIB municipal.

A agropecuária também tem importante participação na composição do PIB municipal. Segundo o ranking de empreendedorismo regional elaborado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) no ano de 2013, Araponga é o município mineiro que mais empreende no estado. São 65% da população ocupada e donas do próprio negócio. Em números são 3.500 pessoas que trabalham principalmente na produção de café, número bastante significativo considerando a população total do município.

No entanto, Araponga possui o segundo pior IDHM do Estado de Minas Gerais e o pior da Zona da Mata mineira (LABCON, 2021). Dentro da microrregião a situação

se repete e o município também desponta como o município de piores índices socioeconômicos como demonstrado por Silveira (2015). A autora em questão analisou além do IDHM, o PIB municipal, o índice Firjan, taxa de crescimento da população, número de empresas locais e número de pessoal ocupado. Da microrregião funcional de Viçosa, de todos os municípios, Araponga detinha os piores desempenho.

Vale ressaltar que os dados aqui apresentados e que apontam para a melhoria dos índices socioeconômicos se referem a datas posteriores ao ano de 2010. Pela ausência dos dados do censo que aconteceu apenas em 2022 não tendo ainda os resultados definitivos é provável que o IDHM do município tenha evoluído na última década e ainda sim continuar baixos em relação ao conjunto da microrregião.

De toda forma os dados demonstram a melhora dos índices socioeconômicos, a diminuição de desigualdades sociais, aumento da longevidade, da renda e acesso à educação dentro do município de Araponga. Como também para a maior tecnificação deste campo. A análise da formação socioespacial, economia, população do município dentro do contexto regional mostram a complexidade da realidade que se apresenta.

4. 3. Urbanização da cidade de Araponga e do bairro Areia Branca

A cidade de Araponga possui como área urbana o centro da cidade, o bairro Areia Branca e o distrito de Estevão de Araújo que se localiza a 7 km da cidade. A área do centro onde teve início o povoamento se deu, como em outras cidades brasileiras, ao entorno da igreja católica se expandindo para além desta área. No entanto, a expansão do centro é dificultada pelo relevo pois, a cidade se encontra a cerca de 1000 metros de altitude como boa parte do território do município. Além do relevo íngreme a área do centro é limitada também pela presença de terrenos particulares e em alguns há inclusive lavouras de café.

Ao lado da igreja se encontra a praça onde ocorrem eventos como as feiras da agricultura familiar, onde a população se encontra em dias de festas, eleições e para socializar. Ali mesmo se encontra também a sede municipal e o colégio da cidade. Os comércios se localizam principalmente na rua principal que dá acesso à cidade, na praça e ao entorno da igreja. Os serviços não são especializados e diversificados. Por

isso, a população busca a cidade de Viçosa para atender as demandas mais específicas (TIRADENTES, 2004).

A cidade conta com três agências bancárias: uma do Bradesco, uma do Sicoob e outra do sistema Cresol. Estas duas últimas atendem principalmente produtores rurais com linhas de financiamento de crédito rural competindo com bancos tradicionais. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 2017, por exemplo, no ano de 2017 dos 133 estabelecimentos que acessaram financiamento pelo Pronaf 62 foram através de cooperativas.

Quanto às edificações nas ruas do centro não se encontra mais que três pavimentos. As ruas são estreitas e mal há espaço para estacionamento e descarga de mercadorias e as calçadas não são acessíveis. Como mencionado, a sede municipal é uma área que tem a expansão dificultada devido a fatores naturais.

No entanto, o bairro Areia Branca que se localiza a menos de 1 km da sede da cidade e se caracteriza como uma área de expansão urbana recente. A conexão urbana do bairro com o centro da cidade é dificultada pelas características do sítio e pela presença de terrenos particulares. O bairro é recortado pela Rodovia Oraidá Mendes de Castro que liga a cidade a toda rede urbana de Viçosa.

Areia Branca se localiza antes da cidade de Araponga no sentido Viçosa-Araponga. É na parte leste que o bairro apresenta maior crescimento. O povoamento inicial do bairro se deu às margens da rodovia de forma longitudinal e se expandiu para além desta. O crescimento se intensificou à medida que a parte leste, antes terreno particular e ocupado por lavouras de café, foi sendo loteado. A figura 9 mostra a localização do bairro Areia Branca e da cidade de Araponga. A parte leste se encontra no canto inferior da imagem.

Figura 9- Imagem aérea da cidade de Araponga- MG



Fonte: Google Earth, 2022.

Enquanto a parte leste do bairro se expandiu a parte oeste ficou limitada pela presença do rio e de terrenos particulares. A parte norte e sul também são limitadas pela presença de terrenos particulares e pelo relevo íngreme. A porção leste pertencia ao falecido senhor José Ribas Primo conhecido como Nego Cadete. O terreno se estendia ao sul até local conhecido como ponte do Félix em direção a comunidade da Serra das Cabeças.

A parte leste do bairro começou a ser loteada pelo senhor Nego Cadete ainda em vida. Segundo a senhora dona Fiinha que foi esposa do senhor Nego Cadete, foram vendidos até três lotes para a mesma pessoa, chegando até seis lotes, que posteriormente foram revendidos, dando início ao processo de ocupação desta parte do bairro. Segundo a família os lotes iniciais foram vendidos muito abaixo do preço, lucrando quem revendeu. Sobre a mudança de valor em torno da terra, Corrêa (2005) afirma:

Os proprietários de terras atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerado possível, especialmente uso comercial ou residencial de status. Estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, têm interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural. Isto significa que estão fundamentalmente interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso. (CORRÊA, 2005, p. 16).

Atualmente encontra-se lotes vendidos a mais de 120 mil reais dentro dos limites do bairro. As fotografias abaixo mostram a área do bairro quando este processo se iniciou. A parte oeste pertencia a outros donos que também foram revendendo. Os que não venderam, os filhos foram permanecendo no terreno e loteando para morar. É o caso da parte localizada à esquerda da entrada do bairro. A figura 10 mostra anúncios de vendas de lotes em grupos de *facebook*® da região e a figura 11 a área que viria a constituir Areia Branca no início do processo de ocupação.

Figura 10- Anúncios de venda de lotes do bairro em redes sociais



Tudo Publicações Pessoas Grupos Eventos

Curtir Comentar Compartilhar

Compra, Venda e Troca - Araponga -MG · Participar

· 6 d ·

Vendo 02 lotes planos, prontos para construir na Areia Branca
170 mil negociável



Curtir Comentar Compartilhar

Fonte: Facebook® (2023).

Figura 11- Imagem parcial do Bairro Areia Branca: início dos anos 2000 e em 2004



Fonte: Autor desconhecido. Acervo pessoal de José Ricardo Vitória.

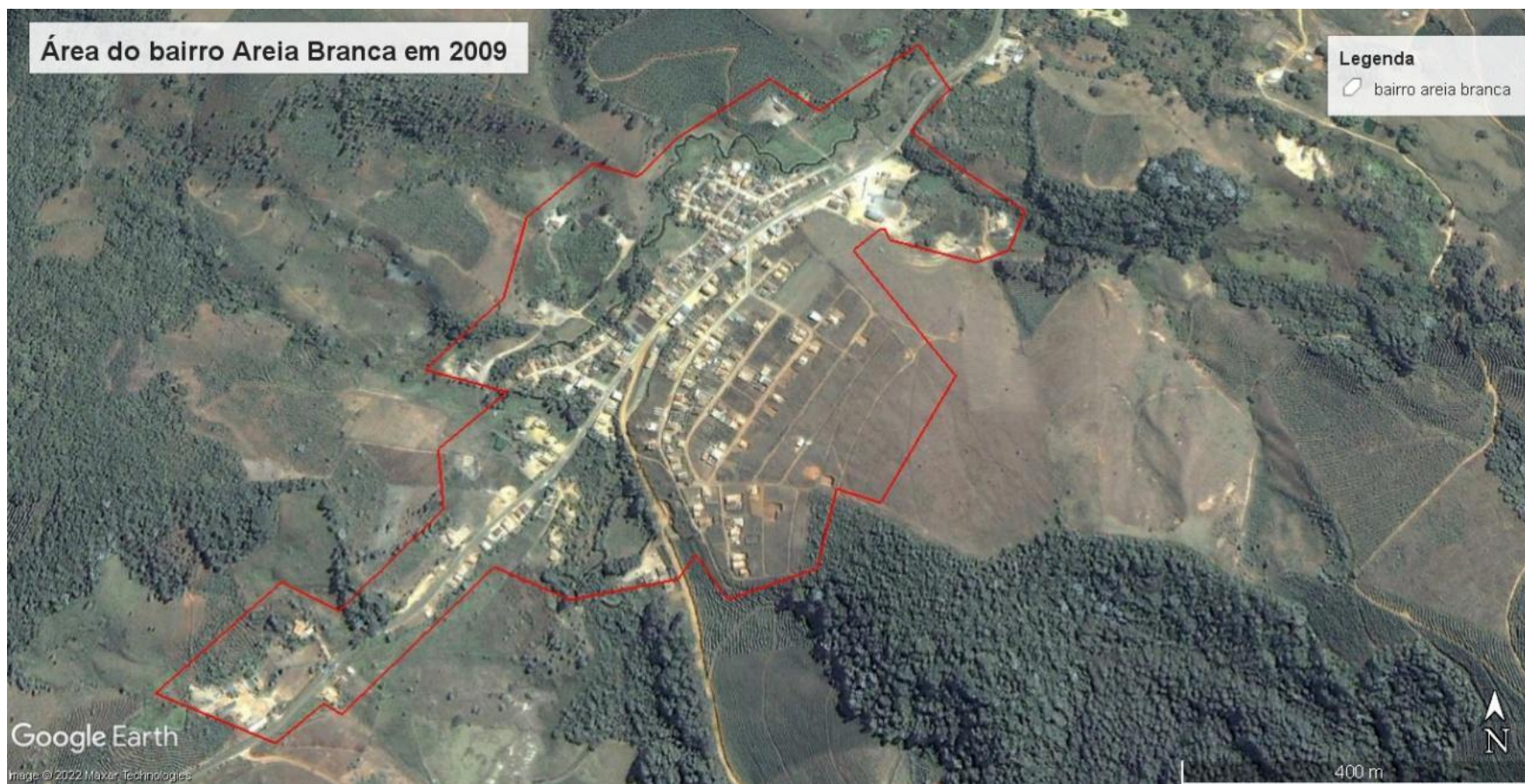


Fonte: Leomar Tiradentes (2004).

Na figura 11 a primeira fotografia de autor desconhecido remonta ao início da década de 2000, mostrando o que viria a ser a área do bairro. A fotografia tirada na entrada da cidade mostra que o pouco povoamento que se tinha se concentrava na parte oeste. Do outro lado da rodovia, na porção leste, existia duas áreas ocupadas por lavouras e entre elas uma área de pastagem. Na ausência de construções a presença da capela se destaca.

A segunda fotografia referente ao ano de 2004 mostra a parte leste do bairro com as primeiras casas construídas próximas à rodovia, a ausência das lavouras de café e os primeiros lotes já demarcados. Ao longo dos anos o processo de ocupação foi se intensificando e os elementos se adensando, fato que pode ser observado nas imagens de satélites referentes ao ano de 2009 e 2019 e encontram-se a seguir.

Figura 12- Área do bairro Areia Branca no ano de 2009



Fonte: Google Earth (2002).

Figura 13- Área do bairro Areia Branca no ano de 2019



Fonte: Google Earth (2022).

As imagens de satélite mostram o crescimento e o adensamento dos elementos e as limitações postas pelo sítio natural. Atualmente, a expansão do bairro encontra dificuldades pois tem atingido a parte da encosta. As margens da rodovia onde se deu a ocupação inicial os elementos também se adensaram. Ali se tornou a área comercial que atende a população do bairro, da zona rural e do centro. As demais áreas do bairro são residenciais.

O crescimento do bairro já era percebido há anos atrás e em 2008 pela Lei Municipal de N°. 767/2008 o poder municipal aumentou o perímetro urbano da cidade e o acréscimo na área urbana se deu pelo bairro, abrangendo também áreas que atualmente, ainda não são áreas urbanas. Sobre a definição das áreas rurais e urbanas pelos municípios, Wanderley (2009) coloca que é difícil compreender os critérios utilizados para classificar as áreas rurais das urbanas pois, está relacionado a estratégia de recolhimento de impostos pelo poder municipal, já que os impostos das áreas rurais são federais e das áreas urbanas municipais.

O processo de urbanização que ali se desenvolve é de forma orgânica. Os lotes são comercializados de boca a boca, em redes sociais e vendidos para pessoas do próprio município. Depois dos lotes serem vendidos e posteriormente construídos, a prefeitura precisa atender com infraestrutura. Quando o processo de loteamento do bairro começou, ocorreu de forma irregular e por isso o poder municipal criou o decreto de N° 2.656/2014 para a regularização fundiária do Bairro Areia Branca.

O bairro foi a única área da cidade que passou por este processo de regulamentação fundiária. A partir de então, objetivando facilitar a regularização de futuros loteamentos, o município criou a lei N° 941/2014I, que em parceria com o cartório de imóveis, concede a isenção do ITBI- Transmissão Onerosa Inter Vivos de Bens e Imóveis, ou seja, isenta a transferência de imóveis destinados a regularização fundiária.

Figura 14- Publicação em redes sociais sobre a regularização fundiária do bairro Areia Branca

Tudo Publicações Pessoas Grupos A

 **Araponga Novos Tempos** está com **Anilton Sampaio Araponga**.

7 de abr. de 2016 · 🌐

Prefeitura Municipal de Araponga - Gestão 2013:2016

"O verdadeiro compromisso se faz com trabalho e dedicação."
www.araponga.mg.gov.br

COMUNICADO IMPORTANTE

A Prefeitura Municipal de Araponga informa que Processo de Regularização Fundiária do Loteamento Areia Branca foi aprovado em 31/03/2016 e os títulos serão entregues no dia 29/04/2016 as 14:00 horas no Salão Paroquial.

O Prefeito **Anilton Sampaio Araponga** informa que é grande alegria e satisfação que entregará a regularização do loteamento no bairro Areia Branca num total de 209 (duzentos e nove) lotes beneficiando 75,60% por cento da população deste bairro.

Tudo Publicações Pessoas Grupos B

Beneficiários deverão comparecer na Prefeitura de 11 a 13 de abril para maiores informações, procurar Sra. Sidnalva.

Todos os beneficiários deverão comparecer na Prefeitura de 11 a 13 de abril para maiores informações, procurar Sra. Sidnalva.

O Prefeito **Anilton Sampaio Araponga** agradece os beneficiários pela compressão, por ter esperado com paciência, foi um processo longo, mas graças a Deus resolvido.

Agradece também a Câmara de Vereadores que não mediu esforços e aprovou os projetos de lei que foram necessários para atender as normas da regularização. Assim como, Deputado Estadual Roberto Andrade que empenhou recursos pessoais e financeiros para a finalização do processo.


 Prefeitura Municipal de
Araponga
 An. 20132016
 Paraíso ecológico, cultura e café de montanha

Comunicado IMPORTANTE

Regularização Fundiária
Loteamento - AREIA BRANCA

Fonte: Facebook®. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/search/top?q=lotess%20areia%20branca%20araponga>>. Acesso em 03 de março de 2023.

A legislação municipal prevê alguns instrumentos para o planejamento urbano como a isenção de ITBI e do aumento do perímetro urbano já citados. Além disso, a lei orgânica do município, documento do ano de 2012, prevê a elaboração do plano diretor, e reforça que a política urbana seguirá as diretrizes do plano, bem como os critérios de ocupação do espaço urbano.

A lei orgânica ainda prevê que o município deve formar e ter estoques de terrenos destinados à moradia popular. Também coloca no artigo 213 que “as terras públicas não utilizadas e subutilizadas serão prioritariamente destinadas a assentamentos de baixa renda” (p.62). Prevê no artigo 216, formas de “assegurar as funções sociais da cidade” como a desapropriação por interesse social, “taxas e tarifas diferenciadas em função de projetos de interesse social”, “imposto progressivo sobre imóvel” e “tributação dos vazios urbanos” (p.62-63). Por fim, acrescenta no penúltimo artigo que “a autorização de loteamentos urbanos só ocorrerá após a instalação de infraestrutura necessária” (p.64), o que não acontece.

Embora a lei orgânica trate da questão urbana e da criação do Plano Diretor, ainda não foi elaborado e nem há previsão. Além disso, a política ambiental não trata da questão urbana. Prevê apenas a recuperação da vegetação existente na área urbana. Neste sentido, o município conta com bons instrumentos para o planejamento urbano da cidade, ainda que estes não aconteça na prática de forma mais efetiva. Corrêa (2005) discutindo sobre os agentes produtores do espaço urbano e em específico da atuação do Estado, coloca que:

(..) é através da implantação de serviços públicos, como sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo etc., interessantes tanto às empresas como à população em geral, que a atuação do Estado se faz de modo mais coerente e esperado. A elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo, entre outras normas do zoneamento e o código de obras, constituem outro atributo do Estado no que se refere ao espaço urbano. (CORRÊA, 2005, p. 24).

Outro aspecto relacionado ao planejamento urbano e que acontece principalmente dentro das pequenas cidades, são as relações de compadrio e clientelismo, como assinalado por Junior (2014). Por vezes os principais agentes fundiários da cidade também fazem parte da política local e que “o parcelamento do solo tende a ocorrer ao arrepio da lei e com a conivência do poder local” (JUNIOR, 2014, p. 56). Em Areia Branca, à medida que o espaço vai sendo ocupado é que o poder local atende com infraestrutura. Esta situação foi percebida pelas visitas em

campo ao bairro. Algumas casas foram construídas na beira de encostas, onde inclusive há lotes sendo comercializados, como mostra a imagem abaixo.

Figura 15- Área de expansão urbana no bairro Areia



Fonte: Trabalho de campo (2022).

A letra A, colocada na imagem acima, indica a placa de “vende-se lotes”. O local em que a foto foi tirada se trata da área de expansão do bairro que se encontra na parte mais íngreme se expandindo na direção da encosta. Esta é uma forma de anunciar a venda de lotes. A figura abaixo mostra mais de perto as placas de anúncio de vendas dos lotes.

Figura 16- Placa de venda de lotes e limite do bairro Areia Branca



Fonte: Trabalho de campo (2022)

Figura 17- Expansão do bairro limitada por terreno particular



Fonte: Trabalho de campo (2022).

A relação de proximidade entre os moradores do município facilita os contatos para compra e venda dos lotes que são vendidos de boca a boca ou em redes sociais como o *facebook*®. Na foto acima a cerca de arame separa a área do bairro do terreno particular que antes abrangia toda a parte leste do bairro, e configura atualmente como limite para a expansão urbana desta área. Quanto à morfologia do bairro é possível observar várias construções em andamento e também que atinge mais de dois pavimentos indicando a verticalização do bairro. Onde o processo de ocupação se iniciou são pouquíssimos os espaços vazios. Além disso, não se percebe grandes diferenciações entre os padrões das residências.

Figura 18- Construções com mais de dois pavimentos e casas em construção



Fonte: Trabalho de campo (2002).

Areia Branca se trata de um bairro residencial. O comércio do bairro se concentra na avenida principal que é ligação entre a cidade, as comunidades rurais e a rede urbana de viçosa. Apenas dois comércios do bairro não se encontram nesta avenida. Assim, as construções que se encontram ali separam o segundo pavimento para moradia e o inferior para comércio do próprio dono ou para alugar para terceiros. Sobre as formas urbanas, Corrêa (2004) que:

A complexidade da ação dos agentes sociais envolvidos inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via

incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. (CORRÊA, 2004, p.11).

Processos como renovação urbana, deterioração de determinadas áreas, ainda não são percebidas dentro do bairro. Mas, a incorporação de novas áreas e diferenciação locacional principalmente para os donos de comércio e a diferenciação social, mesmo que de forma sutil é percebida. Parte das construções que possuem mais de dois pavimentos são voltadas para o ganho de aluguéis e comércio. Já as casas de forma geral são construídas para a moradia da própria família.

Guardando as suas particularidades, a construção do espaço do bairro se encontra dentro das dinâmicas capitalistas que ali se reproduzem, regrado pela lógica de mercado e interesses de quem produz o espaço urbano. Mas o espaço urbano do bairro é fruto também de dinâmicas próprias e características do município, como por exemplo, a estrutura agrária e formação social.

Pois, mesmo que haja a atuação de promotores imobiliários, principalmente de alguns produtores rurais que investem no espaço urbano, a construção do espaço de Areia Branca se dá, sobretudo, pela ação dos moradores que compram os lotes para posteriormente construir e morar. Não se trata de uma movimentação de grande aporte de capital e grandes empreendimentos imobiliários como em médias e grandes cidades.

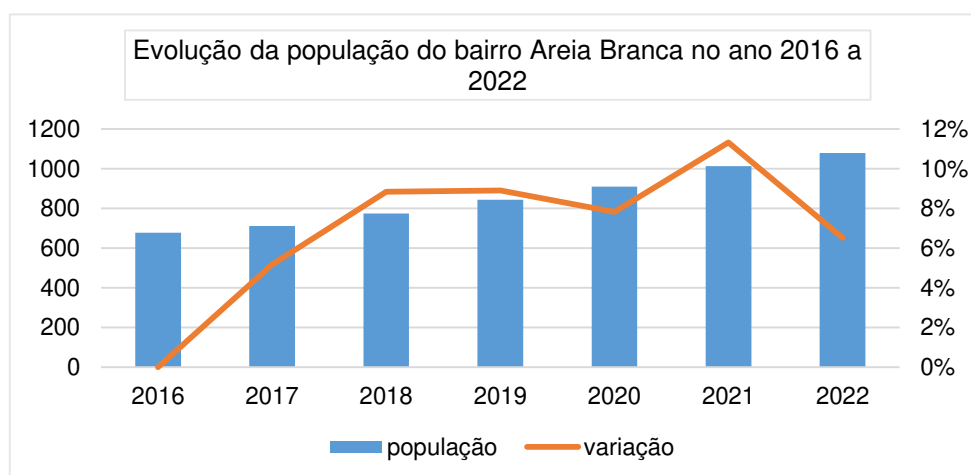
Areia Branca atualmente é o maior responsável pelo incremento do tecido urbano da cidade de Araponga e por isso a nossa análise se voltou para o processo de urbanização do bairro, procurando entender as especificidades deste processo que não se restringe apenas ao crescimento da área física. Pois, a urbanização é um processo social de desdobramentos espaciais (HARVEY, 1989). No capítulo seguinte nos debruçamos sobre as características desta urbanização a partir da atuação de agentes econômicos e sociais.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O bairro Areia Branca inicialmente se caracterizava por ser uma franja periférica da cidade. Por isso, concentrava as margens da rodovia algumas vendas que de tudo um pouco vendia e oficinas mecânicas, atividade esta que o centro não comportava. Em pouco tempo o bairro passou a abrigar cada vez mais moradores e por fim, acompanhando este movimento, a proliferação dos serviços.

O gráfico abaixo mostra a evolução da população do bairro entre os anos de 2016 e 2022. Os dados foram obtidos junto ao PSF Araponga que é a unidade que atende exclusivamente o bairro Areia Branca e fazem parte da plataforma SUS ATEND SAUDE ¹⁰ em que apenas os trabalhadores da saúde obtêm acesso.

Gráfico 3: Evolução da população do bairro Areia Branca: 2016 a 2022.



Fonte: Construído pela autora com base nos dados do ESUS ATEND SAUDE (2022).

Os dados referem-se à quantidade de cadastros de moradores que foram sendo realizados a cada ano. A curva ascendente mostra que ao longo dos anos o

¹⁰ <https://esusatendsaude.com.br/>

O SUS ATEND SAUDE faz parte do programa e-SUS que tem por objetivo informatizar o sistema e unificar as informações dentro de uma base de dados. Segundo o site do e-SUS, se trata de “uma estratégia do Departamento de Atenção Básica (DAB) para reestruturar as informações da Atenção Básica (AB) em nível nacional. Esta ação está alinhada com a proposta mais geral de reestruturação dos Sistemas de Informação em Saúde (SIS) do Ministério da Saúde, entendendo que a qualificação da gestão da informação é fundamental para ampliar a qualidade no atendimento à população.”

Mais informações sobre o programa podem ser encontradas no site: <https://sisaps.saude.gov.br/esus/>

bairro ganhou população. Em relação ao ano de 2022, o valor se refere ao acréscimo na população até o mês de agosto do mesmo ano quando os dados foram obtidos. Quanto aos anos anteriores a 2016 não há informações, pelo fato de antes deste período não contarem com um sistema informatizado, por isso, não consta na plataforma.

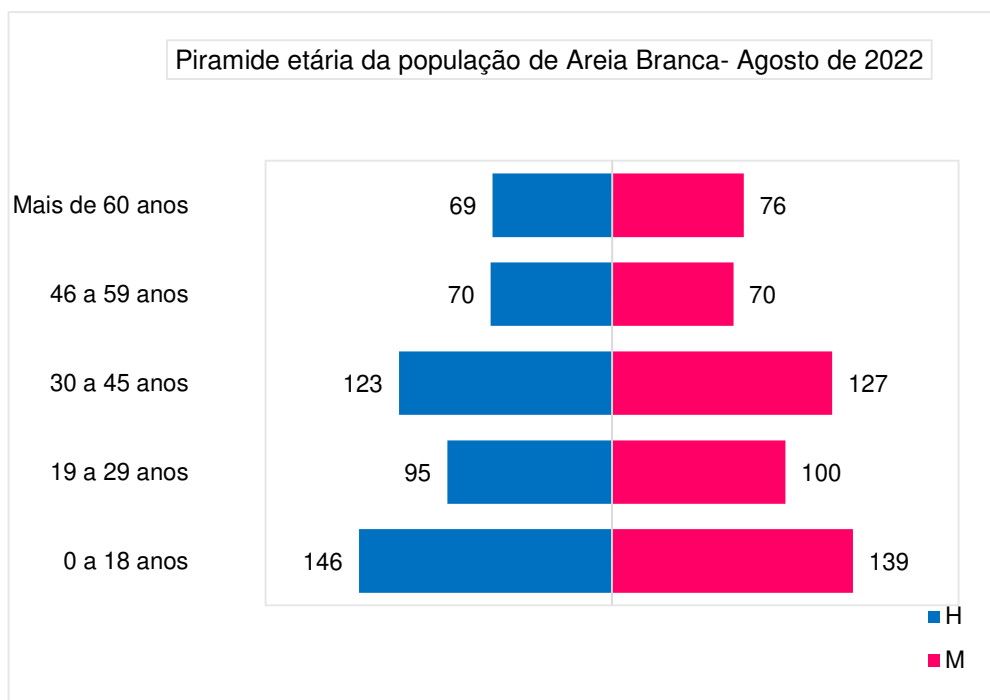
Em 2016 quando este processo de informatização começou foram realizados 267 novos cadastros que totalizaram 677 moradores. Os anos de 2018, 2019 e 2020, obtiveram mais ou menos a mesma taxa de crescimento. Em 2021 o crescimento foi maior do que nos três anos anteriores. Até agosto de 2022 o incremento na população foi de 66 pessoas, o que provavelmente aumentou até o final do ano.

O aumento populacional do bairro vai de encontro com as análises espaciais do bairro e da dinâmica populacional do município de Araponga, que aponta para aumento da população urbana e consequente diminuição da rural, o que leva a crer que o bairro têm abrigado a maior parte desta população que saiu do campo. Este crescimento urbano tem gerado dentro de Areia Branca dinâmicas sociais e urbanas resultantes do contexto da realidade araponguense.

Neste sentido, de modo a investigar o crescimento urbano do bairro, a metodologia contou com a aplicação de questionários estruturados destinados a dois perfis diferentes de respondentes. O primeiro questionário foi destinado aos moradores do bairro. O objetivo era identificar os fatores de atração pelo bairro, bem como, se estas pessoas estavam se urbanizando ou ainda mantendo relações com o campo.

Para definir a população de moradores a ser entrevistada, de modo que, seja representativa da população total foi realizado o cálculo de amostra estratificada, levando em consideração a faixa etária e sexo. A população por faixa etária e sexo foi extraída também do site ESUS ATEND SAUDE e está disposta na pirâmide etária que se encontra abaixo.

Figura 19- Pirâmide etária da população do bairro Areia Branca- Agosto de 2022



Fonte: Construído pela autora com base nos dados do ESUS ATEND SAUDE (2022).

De acordo com a pirâmide a faixa mais representativa é a de 0 a 18 anos, seguido pela faixa de 30 a 45 anos. A base da pirâmide é mais larga que o restante e observa-se o estreitamento das duas últimas faixas do topo da pirâmide, tendência que segue a pirâmide etária do município formada em sua maioria por jovens e adultos.

A faixa etária de 0 a 18 anos foi excluída pois a pesquisa abordou apenas maiores de 18 anos. Para o cálculo de cada amostra do estrato foi considerado o erro amostral de 5% e nível de confiança de 90%. No entanto, os valores de cada estrato foram desconsiderados, devido a diversas dificuldades em campo como desconfiança por parte dos moradores e proximidade com a eleição presidencial. Por isso, 59 moradores de ambos os sexos foram entrevistados. Os moradores foram abordados na rua e convidados a participar.

O segundo questionário, se direcionava aos donos de estabelecimentos do bairro. Foram entrevistados 33 donos de estabelecimentos. Dois deles se recusaram a participar e três estabelecimentos se encontravam fechados. O objetivo era identificar os tipos de serviço que o bairro oferecia, os fatores de escolha pela localização dentro do bairro, o público atendido e o alcance espacial destes serviços.

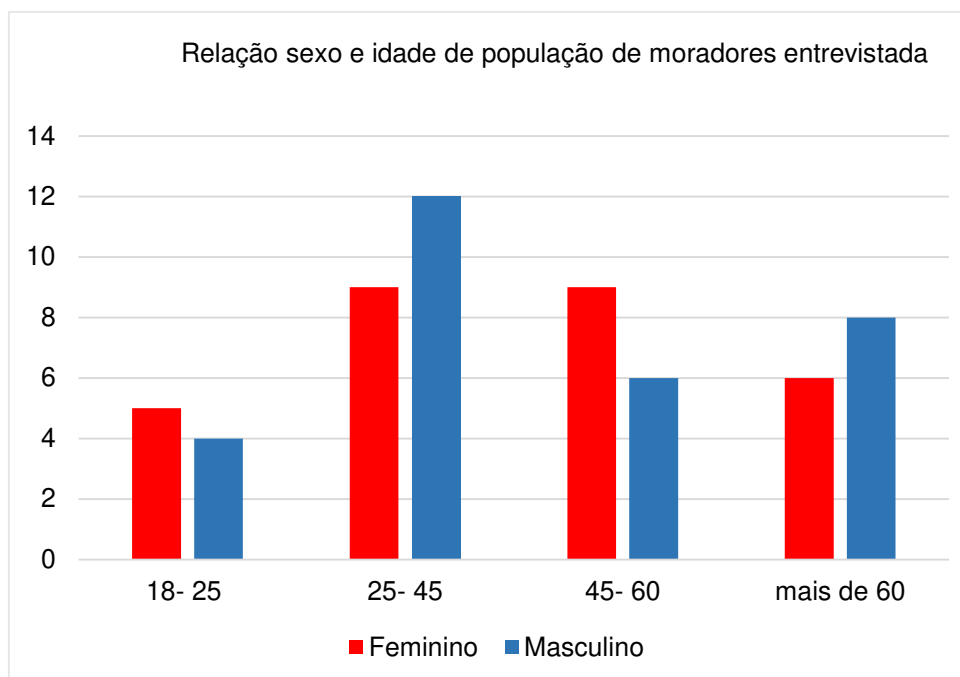
Todos os participantes da pesquisa eram maiores de 18 anos, de acordo com o parecer do Comitê de Ética e Pesquisa com seres humanos- CEP UFV e sob o número de registro 70612277444 do Sistema de Pesquisa e Pós Graduação da UFV. Os resultados foram transcritos para o *software* Excel® 2013 na forma de tabelas e gráficos, e interpretados utilizando estatística descritiva. Os resultados são descritos e discutidos a seguir.

5.1 Questionário moradores

Como colocado anteriormente foram 59 moradores entrevistados, abandonando assim, a amostra estratificada. Os dias de campo ocorreram em vários dias da semana nos períodos da manhã e tarde, exceto domingos. Os três primeiros dias de entrevista ocorreram nos dias que antecederam as campanhas eleitorais de primeiro e segundo turno para presidência e da coleta de dados para o censo demográfico do IBGE. A eleição à presidência de 2022 ocorreu em clima de disputa acirrada, violência e *Fake News*, por isso, além da desconfiança dos moradores, tinha também o receio de se tratar de pesquisas eleitorais, ou da coleta de dados pessoais.

Diante deste cenário, optou-se por ir também em dias de sábado para cobrir o perfil de jovens, adultos e mulheres, faixa que geralmente trabalha nos dias de semana e mal tínhamos conseguido entrevistar. Mas ainda assim, o número de entrevistas foi pequeno pois, as casas estavam fechadas e quase ninguém nos atendia. Por isso, a maioria dos entrevistados foram abordados nas ruas do bairro. O perfil dos moradores que foram entrevistados por faixa etária e sexo se encontra no gráfico abaixo.

Gráfico 4: Relação sexo e idade da população de moradores entrevistada



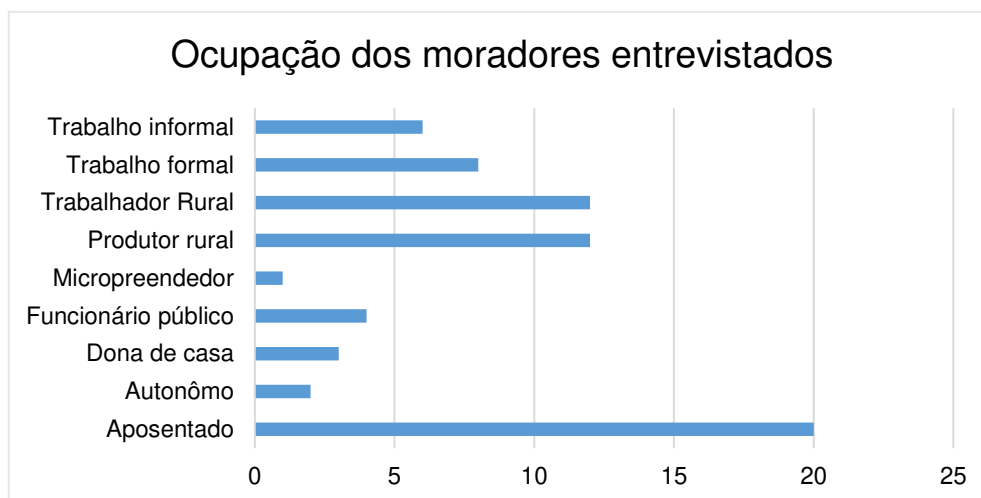
Fonte: Construído pela autora com base nos resultados da pesquisa.

O gráfico mostra que a faixa etária com maior representação foi a de 25 a 45 anos de ambos os sexos. A faixa etária de 45 a 60 anos e mais de 60 anos tiveram mais ou menos a mesma proporção de entrevistados. A de menor representação foi de 18 a 25 anos faixa que tivemos maior dificuldade de encontrar no trabalho de campo.

Quanto a estrutura do questionário, além das informações sobre sexo e idade, foi perguntado sobre a ocupação, a principal fonte de renda da família, o local de trabalho, o tempo que reside no bairro, onde residia antes, os motivos que levaram a morar em Areia Branca, atividades que realizam dentro do bairro.

Em relação à ocupação, a resposta que mais apareceu foi aposentado (a), seguido de trabalhador rural e produtor rural, com 13 respostas cada e por fim, o emprego formal. A classe de trabalhador rural se refere aos que trabalham na zona rural e se identificam como trabalhadores rurais, podendo ou não ter produção rural e o de produtor rural além da produção rural possui também propriedade rural. O gráfico 5 que se encontra abaixo mostra a ocupação e a frequência de cada resposta.

Gráfico 5- Ocupação dos moradores entrevistados



Fonte: Construído pela autora com base nos resultados da pesquisa.

O trabalho o formal recebeu 8 respostas e o informal teve frequência de 6 respostas. Algumas respostas abrangeram duas ocupações. Apareceram ao todo 9 ocupações e destas duas obtiveram número bastante representativo e estão ligadas às atividades do campo. Este dado é reforçado quando se analisa a principal fonte de renda da família. A tabela abaixo mostra que boa parte desta população concilia renda, seja com a produção rural ou com o trabalho rural.

Tabela 3: Ocupações que conciliam renda no Bairro Areia Branca

Ocupações que conciliam renda		
	Comércio familiar	1
Aposentado	Produção rural	7
	Trabalho rural	3
	Bicos ¹¹	1
Benefício social	Bicos ¹¹	1
MEI	Produção rural	1
Funcionário público e emprego formal	Produção rural	3
	Trabalhador rural	1
Trabalhador rural	Bicos	6

Fonte: Construído pela autora com base nos resultados da pesquisa.

¹¹ Os bicos são atividades desenvolvidas de forma informal, temporário e que não exige qualificação, geralmente realizado por pessoas que se encontram desempregadas. O contato entre a pessoa que presta o serviço e de quem demanda é também feito de forma informal. No geral são trabalhos precários, e a pessoa que faz bico geralmente trabalha em diversas funções.

A tabela mostra que das 9 ocupações que apareceram 5 destas conciliam com outra fonte de renda, que é principalmente a produção rural ou o trabalho rural. O fato da maioria complementar a renda com a produção rural significa que, por um lado, a produção de café é lucrativa dentro do município, como também, para a necessidade de ter que complementar a renda dado a baixa remuneração, e a dificuldade de acessar outros postos de trabalho pois a economia da cidade é diversificada.

No caso dos trabalhadores rurais, a maioria não possui produção rural e trabalham principalmente na colheita de café. Recebem através de diárias ou de acordo com a quantidade de café colhida. Nas épocas de entressafra, ocasionalmente, ainda trabalham na manutenção das lavouras, mas o serviço é mais escasso. Por isso, realizam bicos como de serventes e pedreiros dentro da modalidade de trabalho volante.

A economia pouco dinâmica não absorve essa mão de obra e as condições de emprego são ruins. Dos 59 moradores entrevistados, 32 têm o trabalho vinculado ao campo. Destes, são 12 moradores que se declaram apenas produtores rurais (gráfico 5). Somados aos que possuem outra ocupação, mas também possuem produção rural (tabela 3) ao todo são 23 moradores que têm a produção rural como parte da renda.

Esta situação aponta para o fenômeno de pluriatividade com residência urbana como colocado por Colognese e Devens (2007). Os autores identificaram este fenômeno no oeste do Paraná, que segundo eles, é a combinação de atividades rurais e urbanas num caso clássico de pluriatividade, em que todos os membros da família, principalmente os filhos, passam a trabalhar no urbano, mas a diversificação das atividades ocorre juntamente com a mudança de domicílio.

Para os autores supracitados se trata de uma estratégia dos pequenos agricultores que já não conseguem mais se reproduzir no campo. Para Cologneses e Devens (2007) as atividades agrícolas continuam sendo a principal atividade econômica e as urbanas complementam a renda da família. Esta situação acontece principalmente em pequenas cidades dado a proximidade com o campo. Os autores acrescentam:

Por explorarem a propriedade apenas com culturas poupadoras de mão de obra, estas unidades produtivas dispensam definitivamente ou momentaneamente os filhos, as esposas e o chefe de família das tarefas produtivas rurais. Com a unidade produtiva adequada à produção de culturas poupadoras de mão de obra, os membros das famílias ficam de certa forma liberados para se ocupar de outras atividades de trabalho fora do meio rural. São atividades

que vão desde pedreiro, carpinteiro, motorista, ajudante de serviços gerais, empregada doméstica até o assalariamento em grandes propriedades rurais. Desta forma, este agricultor familiar procura residência nos povoados ou cidades, executando atividades de trabalho temporário, e ao mesmo tempo, desenvolvendo uma agricultura com culturas temporárias e poupadoras de mão de obra. (COLOGNESES; DEVENS, 2007, p.160).

Por isso, Cologneses e Devens (2007) ressaltam que, se trata de uma passagem lenta para a vida urbana, pois com a transferência de domicílio a mudança das atividades agrícolas para urbanas ocorre de forma lenta e gradual. Normalmente o chefe de família continua com as suas atividades agrícolas, quando na sucessão familiar a propriedade é vendida, terminando assim a transição das atividades rurais para apenas urbanas. A moradia urbana dos dirigentes do estabelecimento rural também foi apontada por Faria et al (2022) como uma característica dos municípios do centro e norte da Zona da Mata.

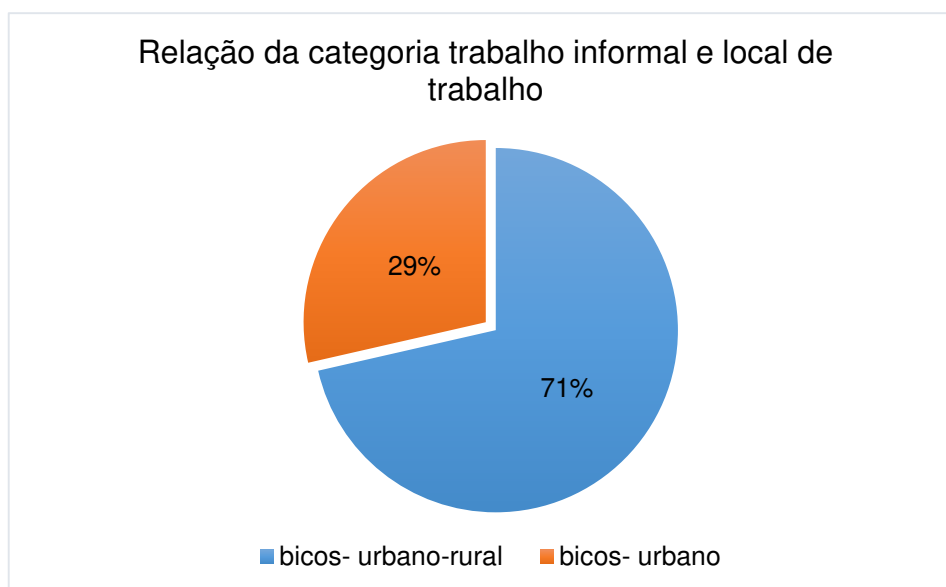
O fenômeno de pluriatividade com residência urbana identificado por Cologneses e Devans (2007) nas pequenas cidades do oeste do Paraná também foi identificado em Araponga e está relacionado à capitalização do campo. Pois, o processo de modernização da produção, principalmente no momento da colheita de café, dispensou tempo e mão de obra, principalmente das mulheres, no momento que elas mais participavam deste trabalho, ao mesmo tempo, que elas e demais integrantes da família buscaram outros postos de trabalho na área urbana, e como ressaltado por Cologneses e Devens (2007), raramente retornam. Faria et. al (2022) mencionando este fenômeno como característica das microrregiões de Viçosa, Ponte Nova, Manhuaçu e Muriaé, coloca que:

Nos pequenos municípios de economia agrícola, a maior parte dos dirigentes de estabelecimentos agrícolas residem fora do empreendimento rural. A proximidade entre o campo e a cidade constituiu-se como uma realidade em função da maior acessibilidade aos meios de transporte motorizados. Revela-se também uma redução do esvaziamento do campo, em que a zona rural desses pequenos municípios perde população, ao mesmo tempo em que, na zona urbana desses pequenos municípios, não há grandes perdas populacionais. (FARIA et. al, 2022, p. 181).

A passagem da vida rural para a urbana é vivenciada também pelos trabalhadores volantes que residindo na cidade exercem atividades rurais principalmente, em períodos de safra. Nos demais períodos do ano desenvolvem

diversas atividades e bicos na cidade ou até mesmo no campo. O gráfico que se encontra abaixo faz a relação da categoria trabalho informal e o local de trabalho.

Gráfico 6: Relação da categoria trabalho informal e local de trabalho



Fonte: Construído pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Relacionamos o local de trabalho com a renda obtida através de bicos para quem respondeu que a ocupação era trabalho informal. Deste total 71% responderam que realizam atividades tanto na zona urbana quanto rural trabalhando principalmente na colheita de café, se tratando, também de trabalhadores volantes. A moradia urbana significou para essas pessoas estratégia de conciliar a renda. A proximidade com o campo facilita o deslocamento urbano e rural e a moradia na cidade possibilita realizar tanto atividades rurais quanto urbanas. Sobre o processo de mudança de moradia para a cidade Júnior (2014) coloca que ocorre em duas fases:

No primeiro ocorre a desterritorialização do camponês ou do pequeno proprietário; enquanto o segundo é marcado por uma reterritorialização precária nas áreas periféricas das cidades, atribuindo a elas um “papel residencial” (BERNADELLI, 200; 2002; 2003 e 2004). Têm-se, então, processos cotidianos de deslocamento da cidade para o campo e vice-versa. (JUNIOR, 2014, p. 54).

A situação contrária também é encontrada, os 38% dos moradores que se declaram trabalhadores rurais também realizam bicos na zona urbana. Estes

trabalhadores geralmente trabalham ao longo do ano nas lavouras recebendo por diárias mas conciliam este trabalho com atividades urbanas.

As situações apresentadas demonstram que a maioria dos moradores entrevistados conciliam a renda, seja com a produção rural ou com os bicos, independentemente do local que realizam estas atividades. São atores sociais que embora residem na área urbana ainda mantêm relações com o campo, que embora, dotado de novos elementos, ainda é desigual e expulsa. A conciliação da renda juntamente com a mudança de domicílio passa a ser uma estratégia para viabilizar a reprodução social destas pessoas.

Este processo dentro das pequenas cidades adquire outros desdobramentos quando se trata de uma economia pouco dinâmica e dependente do setor agrícola como no caso da cidade de Araponga, onde o mercado local não absorve essa mão de obra que passa a habitar as áreas de expansão urbana. Roma (2008) coloca que esta relação também está associada à segregação do espaço urbano em algumas pequenas cidades.

A diferença nas relações entre o rural/ agrícola constituem a base dos assentamentos urbanos, uma vez que considerável parcela dos trabalhadores ligados ao agrícola residem nas áreas urbanas da cidade dotadas das piores infraestrutura urbana e apresentam os menores níveis de escolaridade, consolidando áreas de “pobreza urbana”. (ROMA, 2008, p.88).

Para além da ligação e proximidade com o campo, os resultados apontam para uma economia pouco dinâmica que não absorve essa mão de obra que passa a habitar as áreas de expansão urbana. A falta de políticas públicas condizentes com a realidade destas pessoas direcionadas tanto para o campo como para o urbano. Em períodos de safra o trabalho é abundante o que é visível no próprio movimento social dentro das cidades, mas no restante do ano o trabalho para estas pessoas é mais escasso.

A dinâmica e movimento social em períodos de colheita de café é citado por Schiavo (2015) quando a autora analisa a cidade de Matipó. O município de Matipó se localiza na microrregião de Manhuaçu na Zona da Mata mineira, e ao norte do município de Araponga e também faz parte da região conhecida como Matas de Minas

¹²que abrange municípios produtores de café. A autora discorre sobre este movimento campo- cidade pelos moradores em busca de trabalho:

Em uma das etapas de produção de café, observou-se um movimento interessante de trabalhadores ou lavradores que residem na cidade, mas se dedicam à colheita do café. Isso configura uma complementaridade entre o urbano e o rural. Na verdade, é uma via de mão dupla, pois, há tanto pessoas na cidade que complementam a sua renda no campo, como o contrário, frisando aqueles que buscam trabalho nos comércios, nas casas de família e na esfera pública. (SCHIAVO, 2015, p.18).

Além do movimento de ir e vir para as lavouras, o comércio ganha maior dinamismo, por isso, é comum as pessoas combinarem o pagamento de suas dívidas após a colheita, doar uma parte da produção para o padroeiro da cidade e a realização de festas após a colheita. Schiavo (2015) acrescenta:

Na época de colheita do café, um número significativo de pessoas intercala ou até deixa seus postos de trabalho cotidiano como de empregadas domésticas, balconistas nos comércios, serventes de pedreiro dentre outros, para se dedicar à colheita, tendo em vista a renda complementar obtida exercendo esse serviço. Essa situação cria uma maior circulação de dinheiro no município em determinados períodos. Entre os meses de maio a agosto/setembro [período de colheita do café], como já enfatizado, a paisagem se transforma, muitos cidadãos se envolvem na “panha de café” (...). (SCHIAVO, 2015, p. 81).

Neste período os trabalhadores partem em caminhões, ônibus e picapes lotadas em direção aos cafezais. Recebem por diária se a produção da lavoura tiver sido pequena ou pela quantidade colhida caso a produção da lavoura tenha sido satisfatória. A grande maioria trabalha sem carteira assinada ou direitos sociais assegurados, em transportes precários e superlotados. Assim, a conciliação do trabalho urbano com trabalho rural, se trata de aumento da renda para obter condições socioeconômicas, mas configuram- se também, como a perpetuação de condições ruins de trabalho e baixa remuneração que agora passam a vivenciar na cidade.

Retornando as respostas do questionário, os participantes foram indagados sobre os motivos de optarem pelo bairro para residirem. Dentre os fatores elencados pelos moradores, o motivo ‘trabalho para a família’ foi um dos que mais apareceu nas respostas obtidas. O gráfico abaixo mostra os fatores apontados e a frequência das respostas.

¹² <https://matasdeminas.org.br/matras-de-minas/>

Gráfico 7: Fatores de decisão pela moradia no bairro



Fonte: Construído pela autora com base nos resultados da pesquisa

A resposta trabalho e trabalho para família foi dada, principalmente, por produtores rurais, que sendo chefe de família mantém a gestão da propriedade, enquanto os demais membros da família ocupam outros postos de trabalho. E também por quem possui emprego formal. Além da possibilidade de conciliar a renda, como no primeiro caso, há também a facilidade de morar perto do emprego, em períodos de chuva, por exemplo, o deslocamento campo- cidade se torna difícil.

Por isso, a proximidade com o centro e facilidade de acesso a serviços foi a resposta que mais apareceu e foi citada por diversos moradores tanto pelos mais jovens, como também, pelos os idosos, que buscam principalmente serviços como saúde. No caso dos idosos outro fator foi decisivo: a dificuldade de manter a gestão da propriedade e se manter na roça dada a idade, por isso, a maioria vende a propriedade ou divide em herança para os filhos e vão residir no bairro.

Outro fator que teve um número significativo foi acompanhar a família. Na maioria dos casos, foram jovens e adultos que vieram acompanhar seus pais já idosos ou morar mais perto deles e aproveitaram para acessar outros postos de trabalho. Para uma parcela dos entrevistados significou liberdade, já que, antes de morar no bairro moravam em “terreno de patrão” e em casa cedida. Além destes fatores, outro que foi decisivo para a escolha pelo bairro e não outras áreas da cidade é o fato do

aluguel das casas como também os preços dos terrenos serem mais baratos que de outras áreas da cidade.

Por isso, boa parte dos moradores entrevistados disseram que a decisão de mudança se deu, também, pelo fato de já possuírem o lote ou o terreno pertencer a família. Quando se iniciou o processo de loteamento do bairro várias famílias adquiriram lotes ou vários deles, posteriormente, à medida que o bairro foi crescendo os lotes foram se valorizando e tendo infraestrutura optaram por construir e ali morar.

Estas respostas mostram o processo de valorização do solo urbano ao longo do tempo quando a terra rural passa a ser solo urbano conforme este espaço vai adquirindo qualidades espaciais. Para melhor compreender quando esse processo começou e se intensificou foi feita a relação entre o período de tempo que os entrevistados ali moram e os fatores que os fizeram optar pelo bairro. O quadro abaixo mostra os resultados.

Quadro 7- Relação do tempo que reside no bairro e fatores de decisão pelo bairro (continuação)

Tempo que reside no bairro	Fator de decisão	Frequência
0- 5 anos	Proximidade e acesso a serviços	5
	Acompanhou família	6
	Aluguel mais barato	2
	Dificuldade de se manter na roça	1
	Morava em terreno cedido	1
	Questão particular	2
	Terreno de família	3
	Trabalho ou trabalho para a família	4
6 a 10 anos	Proximidade e acesso a serviços	6
	Acompanhou a família	1
	Dificuldade de se manter na roça	2
	Morava em terreno cedido	2
	Questão particular	2
	Terreno de família ou já possuía	1
	Trabalho ou trabalho para família	5
11- 15 anos	Proximidade e acesso a serviços	2
	Dificuldade de permanecer na roça	2
	Possuir terreno	1
	Terreno barato	3
16- 20 anos	Terreno barato	3
	Trabalho	1
	Proximidade e acesso a serviços	2
	Sempre morou	2

Fonte: Construído pela autora com base nos resultados da pesquisa

Quadro 7- Relação do tempo que reside no bairro e fatores de decisão pelo bairro (conclusão)

Tempo que reside no bairro	Fator de decisão	Frequência
Mais de 20 anos	Proximidade e acesso a serviços	1
	Acompanhou a família	1
	Casamento	1
	Terreno barato	2
	Terreno de família	1

Fonte: Construído pela autora com base nos resultados da pesquisa

De acordo com o quadro os moradores que têm menos de cinco anos de residência decidiram pela mudança por diversos motivos, mas principalmente, pela proximidade do bairro com o centro e facilidade no acesso a serviços. Em seguida, apareceu os fatores; acompanhar a família, de trabalho ou trabalho para a família e por fim, terreno de família respectivamente.

Na faixa de 6 e 10 anos de residência no bairro os motivos da mudança foram a proximidade e acesso a serviços, seguido de trabalho ou trabalho para a família. Os fatores: morava em terreno cedido, questão particular, e dificuldade de se manter na roça, obtiveram a frequência de duas respostas cada.

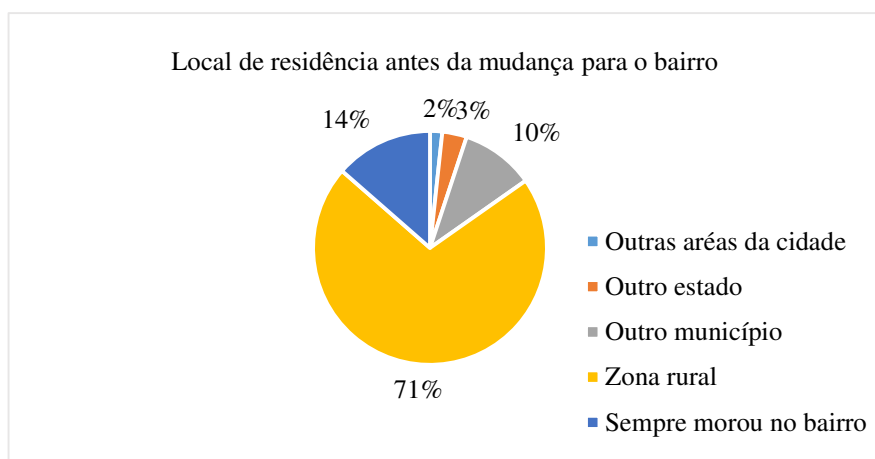
Para os que já residem no bairro entre 11 e 15 anos o fator que mais apareceu foi: terreno barato, sendo seguido de proximidade e facilidade para acessar bens e serviços. Para os que se encontram na faixa de 16 a 20 anos os motivos de escolherem o bairro foram, principalmente, terreno barato seguido de proximidade e facilidade de acesso a serviços. Por fim, na última faixa, onde se encontram aqueles moradores que residem no bairro há mais de 20 anos, o fator terreno barato também se sobressaiu.

Com base na frequência das respostas, o processo de valorização do bairro se deu principalmente a partir da última década. Além disso, a proximidade do bairro com o centro facilita o acesso a serviços ofertados no centro como saúde, educação e serviços bancários, fator este que é comum a todas as faixas. Desta forma, desde o processo de formação do bairro o fator localização foi decisivo para expansão do espaço urbano que mesmo com a valorização o preço dos lotes, imóveis e aluguéis ainda são mais baratos em comparação com os do centro.

Como colocado anteriormente, Areia Branca tem forte ligação com o rural, o que se mostra principalmente na origem de seus moradores já que a maior parte

migrou da zona rural do município para o bairro, por diversos motivos. O gráfico abaixo, mostra o percentual de pessoas que residiam no campo do município antes da mudança para o bairro.

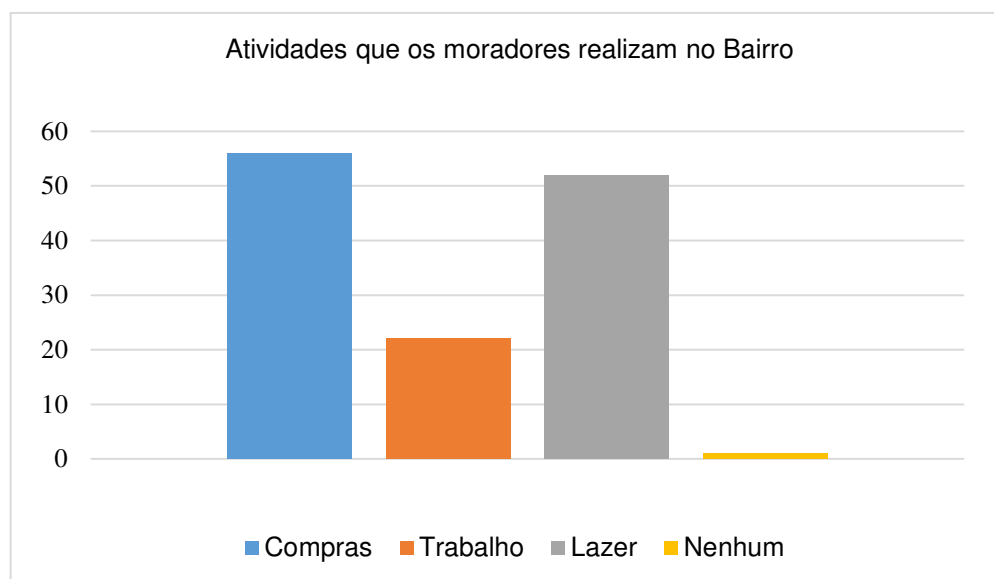
Gráfico 8: Local que residiam antes da mudança para o bairro Areia Branca



Fonte: Construído pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Da população de moradores entrevistada 71% residiam na zona rural do município antes do bairro, mas Areia Branca também foi destino para pessoas que moravam em outras áreas da cidade e de outros municípios. Esta constatação reforça a nossa hipótese de que o crescimento da população urbana de Araponga tem se dado principalmente pela migração campo- cidade. A última pergunta feita aos moradores se refere às atividades que realizam dentro do bairro e os resultados estão organizados no gráfico abaixo.

Gráfico 9: Atividades que os moradores realizam no bairro



Fonte: construído pela autora com base nos resultados da pesquisa.

De acordo com os resultados, pelo bairro não possuir serviços bancários, escolas, creches, e postos de saúde, estes serviços são buscados no centro da cidade. Por isso, as atividades que realizam no bairro são compras e lazer. No entanto, o lazer dos moradores se restringe a frequentar espaços como sorveteria, barzinhos e conversas nas calçadas. Recentemente a prefeitura comprou um lote para construir uma pracinha de lazer. Por fim, temos os moradores que também trabalham dentro do bairro.

Os resultados da pesquisa com os moradores do bairro demonstraram a proximidade da relação rural e urbano dentro da pequena cidade, e de como alterações nas relações sociais, espaciais, e de organização deste campo, impactam na produção do espaço urbano. No caso de Araponga, em específico, a organização deste campo tem produzido êxodo rural. A cidade passa a ser o local de maiores oportunidades, mesmo que estas pessoas continuem em subempregos de baixa remuneração ou mesmo ainda mantendo relações com este campo.

Pela localização espacial do bairro, próximo a serviços do centro, mas com preços do solo abaixo das áreas centrais, Areia Branca se tornou destino deste contingente de pessoas que saem do campo. A partir do crescimento populacional, o bairro passa a gerar dinâmicas próprias, como a valorização do solo urbano e local também de fornecimento de serviços. Neste sentido, a ligação do campo, também se

dá, através da oferta de serviços, como demonstram os resultados obtidos junto aos donos de estabelecimentos e são descritos a seguir.

5.2 Questionário donos de estabelecimento

Para este questionário foram entrevistados 33 donos de estabelecimentos. Dois se recusaram a participar da pesquisa e três estabelecimentos se encontravam fechados no momento das visitas. Ao identificarmos os tipos de serviço que o bairro oferece, os fatores de escolha pela localização do comércio dentro do bairro, o público atendido e o alcance espacial destes serviços, procuramos confirmar ou refutar, parte da nossa hipótese de que o dinamismo econômico está relacionado à capitalização do campo.

Há uma clara distinção da área comercial do bairro para a área residencial. O comércio se concentra na avenida principal Antônio Toledo de Ribas que faz a ligação com o centro da cidade, sendo acesso para quem deseja deslocar até a cidade de Araponga, seja partindo de algumas comunidades rurais ou dos municípios da microrregião de Viçosa. Apenas dois comércios não se localizam nesta avenida, são eles; uma mercearia e uma oficina mecânica de motos. Para Corrêa (2004) alguns fatores influenciam na consolidação da forma urbana. Nas palavras do autor:

Os diferenciais de direção em que as transformações se verificam dependem, por sua vez, da estrutura agrária que pode viabilizar ou não as operações de valorização fundiária, das condições ecológicas diferenciadas, da existência de eixos de circulação, e dos tipos de uso a que se destina a terra urbana. (CORRÊA, 2004, p. 17).

No caso de Areia Branca, a avenida se caracteriza como importante eixo de circulação e por isso a maioria dos estabelecimentos comerciais se concentram ali, e é por este mesmo motivo que o solo ali é mais valorizado que nas demais áreas do bairro. A produção do espaço dentro da cidade capitalista mesmo guardando as suas particularidades, como no caso das pequenas cidades, se inserem na lógica de acumulação e reprodução capitalista. Como a urbanização é um processo que ocorre no espaço, alguns fatores como a localização, acesso a vias de circulação são fatores de diferenciação e valorização do solo. A imagem abaixo mostra parte da Avenida Antônio Toledo de Ribas.

Figura 20- Vista parcial da Av. Antônio de Toledo Ribas no bairro Areia Branca



Fonte: Trabalho de campo (2022).

Retornando aos resultados foi listado os tipos e números de estabelecimentos comerciais do bairro e foram encontrados 22 tipos diferentes de comércio. A relação entre o tipo de comércio e a quantidade de estabelecimentos está disposto no quadro 7 que se encontra abaixo.

Quadro 8: Relação entre tipo e números de estabelecimentos comerciais do bairro

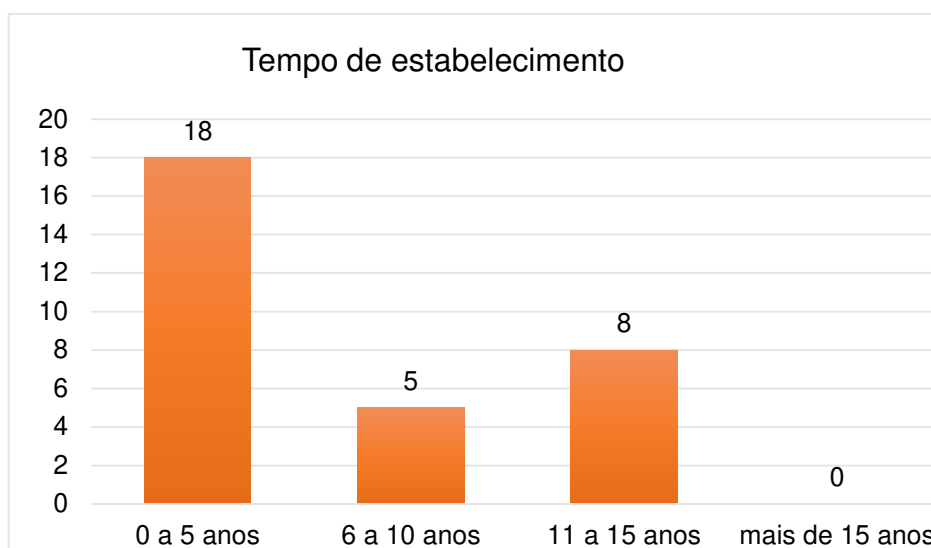
Tipos e números de estabelecimentos comerciais no bairro Areia Branca			
1	Assistência técnica celular	1	2 sócios
2	Barbearia	1	
3	Barzinho	1	
4	Borracharia	1	
5	Casa agropecuária	2	3 sócios
7	Escritório de café	3	
8	Hortifrúti	1	2 sócios
9	Fábrica de blocos	1	
10	Lava jato	1	
11	Loja de material de construção	2	3 sócios
12	Loja de roupa	2	
13	Mercado	2	
14	Mercearia	1	
15	Oficina de máquinas agrícolas	2	
16	Oficina mecânica	2	
17	Oficina mecânica carros	1	
18	Padaria	3	
19	Pastelaria	1	
20	Posto de gasolina	1	3 sócios
21	Serralheria	1	
22	Sorveteria	1	

Fonte: Construído pela autora com base nos resultados da pesquisa.

As oficinas mecânicas se concentram no bairro desde a sua formação, quando ainda era uma área de expansão urbana pois, são atividades que o centro não comportava. Neste período, não havia ali diversificação de atividades e era muito comum as vendas que se caracterizavam por ser barzinhos e de tudo um pouco vender.

O gráfico 10 mostra o número de estabelecimento e tempo de instalação. Os estabelecimentos começaram a ser instalados no bairro nos últimos 15 anos mas, foi apenas nos últimos cinco anos que a maior diversificação das atividades se deu.

Gráfico 10: Número de estabelecimento em relação ao tempo de instalação no bairro.



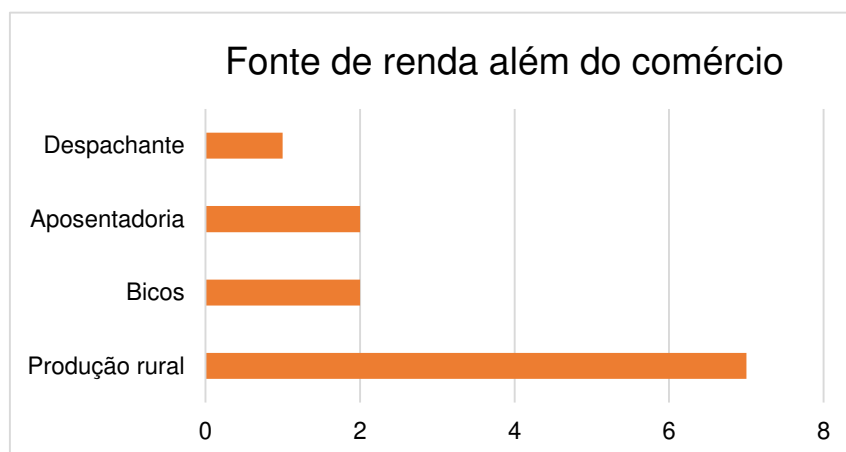
Fonte: Construído pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Alguns dos comércios visitados tinham menos de um ano. É o caso do hortifrúti, assistência técnica de celular, de uma das lojas de materiais de construção, da pastelaria e da sorveteria. O período que compreende entre 6 e 10 anos foi o que menos teve comércios instalados. Os comércios que se encontram nesta faixa são: o mercado, uma loja de material de construção, uma padaria, uma casa agropecuária e o lava jato. Os estabelecimentos comerciais mais antigos são: a loja de roupas, a fábrica de blocos, uma padaria, a oficina de máquinas agrícolas, barzinho, borracharia, mercado, e a mercearia.

A oficina de máquinas agrícolas que possui mais de 11 anos funciona na garagem da casa de um morador. Foi considerado um estabelecimento, mas funciona de maneira improvisada, onde se oferece conserto de roçadeiras, derrigadeiras e motosserras, mas o serviço é buscado por diversas pessoas do campo e do bairro por causa das relações sociais próximas e da qualidade do serviço oferecido.

Dado a forma que o comércio se desenvolveu, como também, a estreita relação da cidade com o campo, foi perguntado se o comércio era a principal fonte de renda. Dos entrevistados 61% respondeu que sim e 39% que não. No caso de resposta 'não' foi identificado qual era a outra fonte de renda e a resposta que mais apareceu foi a produção rural. As respostas estão dispostas no gráfico abaixo.

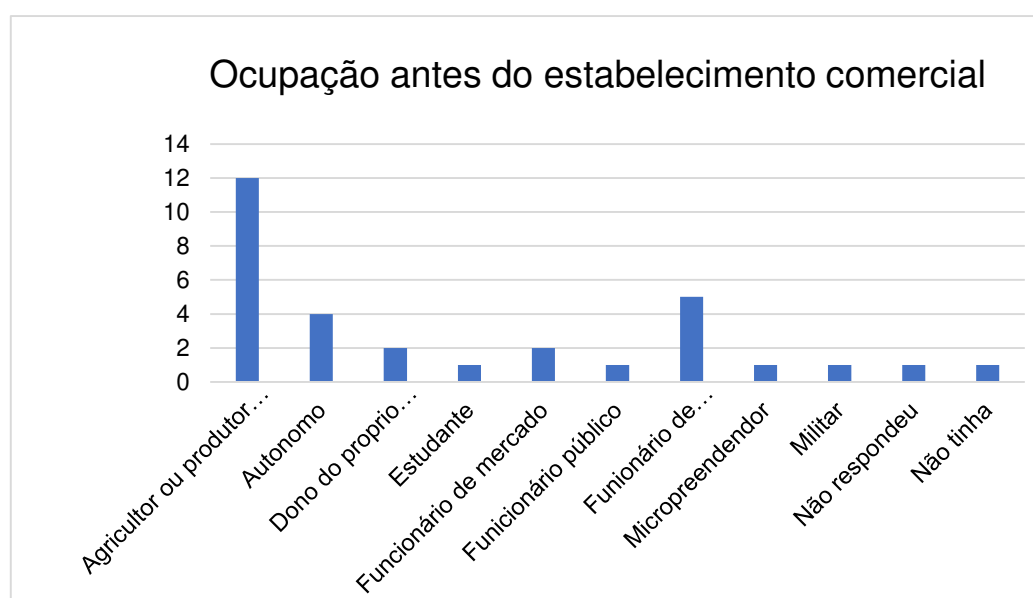
Gráfico 11: Fonte de renda além do comércio



Fonte: Construído pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Além da produção rural apareceu também aposentadoria e bicos com duas respostas cada uma e por fim, a ocupação de despachante que obteve 1 resposta. Identificamos também qual era a ocupação dos donos de estabelecimento antes do comércio. Apareceram 10 categorias e a resposta que teve mais frequência foi a de agricultores ou produtores rurais. As categorias estão organizadas no gráfico 12.

Gráfico 12: Ocupação antes do estabelecimento comercial



Fonte: Construído pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Observou-se uma diversidade nas respostas. Além de agricultor ou produtor rural, tiveram frequência nas respostas; funcionários de empresas privadas, autônomos e funcionários de mercado. No entanto, parte dos que responderam que eram agricultores e produtores rurais antes do comércio ainda exercem a ocupação. É o caso de sete deles, sendo a classe que menos deixou a antiga ocupação para se dedicar ao comércio. Já os que exerciam outra atividade como funcionário de mercado, frentista, militar e caminhoneiro, passaram a se dedicar exclusivamente ao comércio.

Estes produtores deixam o comércio aos cuidados de algum familiar ou empregado, enquanto, continuam exercendo a sua ocupação. Este fato, vai de encontro com as discussões aqui já colocadas; a produção de café dá um bom retorno, principalmente para quem tem condições de arcar com os custos de produção. Assim, além de conciliarem a renda da produção com o comércio investem também na produção do espaço urbano. A tabela abaixo mostra os principais fatores de decisão para instalar o comércio dentro do bairro.

Tabela 4: Fatores de decisão para instalar o comércio no bairro.

Fator de decisão	Frequência
Desejo de ter o próprio negócio	1
Facilidade de acesso	10
Fluxo do bairro	2
Localização	17
Não tinha este tipo de serviço	4
Terreno barato	3
Terreno de família ou dono do terreno	6

Fonte: Construído pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Os fatores de decisão pelo bairro foram principalmente os locacionais: a facilidade de acessar o bairro e a proximidade com o centro, terreno de família ou já possuir o terreno, seguido de não tinha este serviço no bairro. O padrão das respostas

demostra que a decisão por Areia Branca não se deu pela presença de alguma atividade econômica que impulsionou a urbanização e sim da localização espacial do bairro.

Retornando ao tempo de instalação constatamos que os comércios tem menos de 15 anos. Por isso, além de analisar os motivos de optarem por instalar o comércio dentro dos limites do bairro, relacionamos com o tempo de estabelecimento, para verificar se os fatores de decisão foram mudando ao longo deste tempo. A tabela 5 resume estas informações:

Tabela 5: Relação da decisão locacional e tempo de instalação do comércio.

Tempo de instalação	Fator de decisão	Frequência
0- 5 anos	Ausência do tipo de serviço	3
	Crescimento do bairro e fluxo	3
	Localização e facilidade de acesso	11
	Terreno da Família ou já possuía	3
6- 10 anos	Ausência do tipo de serviço	1
	Localização e facilidade de acesso	3
	Terreno barato	1
	Terreno de família ou já possuía	2
11-15 anos	Localização e Facilidade de acesso	2
	Terreno barato	4
	Terreno de família ou já possuía	1

Fonte: Construído pela autora com base nos dados da pesquisa.

Com base na tabela observamos que a localização e facilidade de acesso é comum aos estabelecimentos que se instalaram em diferentes períodos. A resposta

terreno barato apareceu principalmente nos que possuem entre 11 e 15 anos mas, não aparece nos que possuem menos de 5 anos, apontando para a valorização do espaço urbano ao longo dos anos. Por isso, nos que possuem menos de 10 anos outros motivos são elencados, sobretudo nos que possuem menos de cinco anos como o crescimento do bairro e fluxo.

Os donos de estabelecimentos relataram que o fato do bairro está localizado próximo ao acesso à cidade gera bastante fluxo principalmente, de pessoas que moram na área rural do município. Além disso, ali possui espaço para estacionamento, manobras com caminhões, de carga e descarga de mercadorias em relação às áreas do centro que são mais íngremes e de ruas estreitas, e são estes os principais motivos de concentrar serviços como oficinas mecânicas de carros, motos e de máquinas agrícolas e casas agropecuárias.

Estes resultados demonstram que as características locais sejam elas criadas ou não dentro da cidade capitalista gera diferenciações no uso do espaço como também qualidades. Neste sentido, de modo a identificar o alcance espacial dos serviços do bairro, a tabela abaixo traz a relação do tipo de serviço e o alcance espacial segundo os donos do comércio.

Tabela 6: Alcance espacial do comércio de acordo com o tipo

Hortifrúti/ sorveteria/ mercearia	Próprio bairro
Serralheria/ casa de material de construção/ mercado/ borracharia/ oficina de máquinas agrícolas/ posto de gasolina/ assistência técnica de celulares/ oficina mecânica/ casa agropecuária/ escritório de café/ oficina de carros/ fábrica de blocos	Próprio bairro Zona rural Outras áreas da cidade Outros municípios
Barbearia/ pastelaria/ padaria/ oficina mecânica/ escritório de café/ loja de roupa/ lava jato	Próprio bairro Zona rural Outras áreas da cidade
Loja de roupa/barzinho/ corretora de café	Próprio bairro Zona rural

Fonte: Construído pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Com base nas informações da tabela 6 o comércio local atende diversas localidades mas, o alcance espacial depende, principalmente, do tipo de serviço que

é oferecido. As oficinas mecânicas de máquinas agrícolas, as casas agropecuárias e a fábrica de blocos possuem longo alcance e são procurados, exclusivamente, pelos tipos de serviço que oferecem. Já estabelecimentos como o posto de gasolina e o mercado também possuem longo alcance, mas neste caso, é por causa do acesso à cidade e às áreas de turismo.

No que se refere ao médio alcance a grande maioria dos comércios atende pessoas oriundas da zona rural do município e do centro da cidade. Estes frequentadores buscam estes comércios pelo tipo de serviço oferecido e também pela localização. Já o hortifrúti, sorveteria e a mercearia tem alcance espacial limitado atendendo apenas a população do bairro.

Outro recorte feito a partir dos resultados obtidos foi o de gênero. Alguns estabelecimentos do bairro são frequentados majoritariamente por homens. Este é o caso principalmente dos escritórios de café, oficinas de máquinas agrícolas e casas agropecuárias. A tabela abaixo resume esta situação.

Tabela 7: Perfil de frequentador dos estabelecimentos do bairro

Perfil	Tipo de estabelecimento
Todas as idades e sexo	Sorveteria/ borracharia/ barzinho/ oficina mecânica/ mercearia/ assistência técnica de celulares/mercado/loja de roupa/posto de gasolina/padaria/borracharia/material de construção/ pastelaria/ serralheria/ hortifrúti/ fábrica de blocos
Todas as idades do sexo Feminino	—
Todas as idades do sexo masculino	Oficina de máquinas agrícolas/ barbearia
Maioria homens	Oficina mecânica de carros/escritório de café/ casa agropecuária
Maioria mulheres	—

Fonte: Construído pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Os estabelecimentos que recebem como frequentadores majoritariamente homens, são principalmente os que fornecem serviços para o campo. Estes dados, apontam para a realidade da organização do trabalho rural dentro do município. As

mulheres participam de forma restrita, pois como já mencionado, buscaram outras formas de trabalho ou foram excluídas do processo. Quanto às que ainda participam do processo produtivo mesmo sendo importantes as decisões da lavoura são feitas pelos homens.

Os resultados mostraram que os fatores localização e facilidade de acesso foram os que mais pesaram sobre a decisão de instalar o comércio dentro do bairro. Aliado a estes fatores temos o fator aluguel barato ou terreno barato. Também por estas características espaciais ali se instalou atividades que precisam de espaço para a carga e descarga de caminhões. Se concentram em Areia Branca as atividades que têm dificuldades de se instalar no centro, ao mesmo tempo, dão ao bairro centralidade em relação aos serviços que oferece, principalmente, para o campo circundante.

Devido a estes fatores locacionais pessoas que não tinham condições de instalar o comércio em outra área da cidade, conseguiram instalar dentro dos limites do bairro, o que possibilitou a alguns deixar a sua antiga ocupação para se dedicar ao comércio.

Quanto aos produtores rurais a maioria passou a conciliar a renda obtida com o comércio e a produção rural, pois, o café é um produto valorizado e a utilização de novas técnicas dentro do processo produtivo propiciou a possibilidade de se dedicar às duas atividades. Quanto ao tempo de estabelecimento a maioria possui menos de 5 anos, confirmando mais uma vez que a valorização do bairro se deu posteriormente ao aumento populacional. Quanto ao alcance espacial do comércio se difere a depender do tipo de atividade, bem como, também do público que frequenta.

Por fim, a valorização do bairro como área comercial aponta para processos mais amplos da dinâmica capitalista como valorização do solo urbano, diferenciação do espaço, mudança dos níveis de renda e a capitalização do campo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência de estudos sobre as cidades pequenas, e aqui apontado, é ainda mais notado quando dificuldades teóricas e metodológicas ainda não foram superadas, como as que envolvem a própria conceituação do termo pequena cidade. Dentro da variável se inserem também discussões a respeito de quando podemos considerar uma aglomeração como cidade, e propriamente, do termo urbano já que dada a proximidade com o campo o caráter urbano destas cidades é questionado. Neste sentido, por se tratar de uma urbanização que guarda as suas particularidades, as discussões feitas sobre os espaços metropolitanos não podem ser realizadas para as pequenas cidades.

Por isso, alguns elementos foram considerados chaves para o entendimento deste perfil de cidade: a relação com o campo dado a proximidade que historicamente possui com a pequena cidade, seja como traço econômico, ou como modo de vida; o contexto regional que mostra as relações que desenvolve com o seu entorno e a formação socioespacial para entender a pequena cidade em sua particularidade. Estes foram os caminhos metodológicos percorridos para compreender os processos sociais e econômicos que engendram a produção do espaço urbano da de pequena cidade de Araponga e em específico o bairro Areia Branca.

A análise do contexto regional demonstrou que a geografia da região onde se localiza Araponga se deu com base nas atividades econômicas que ali se desenvolveram, o que inclusive criou diferenças internas marcantes dado as características de ocupação da região. Resultou também na formação de espaços desiguais: de um lado a porção sul da Zona da Mata que apresenta altos índices socioeconômicos e de industrialização. Do outro lado, a porção centro-norte formada por municípios marcados pela ruralidade, pouco urbanizados, industrializados e dependentes do setor de administração pública.

A estrutura agrária na porção norte, onde se localiza Araponga, é caracterizado pela fragmentação e formação social de agricultores familiares, que possuem, de forma geral, a base produtiva diversificada e dificuldades de se inserirem em mercados mais amplos, mesmo que seja observado a reativação de algumas atividades históricas como a cafeicultura. Por isso, a análise se debruçou sobre este campo. Dentro da microrregião, Araponga, possui uma das maiores populações rurais

mas, também se destaca como uma das cidades que teve maior aumento da população urbana, ao mesmo tempo que, na mesma proporção a rural diminuiu.

A análise regional mostrou também que dentro do contexto da microrregião e mesorregião Araponga detém os piores índices socioeconômicos. Já a análise histórica e de formação social mostrou considerável melhora destes índices, inclusive no campo que passou a contar com maquinário e insumos na produção o que resultou no aumento da produção de café, cultura esta que possui maior retorno financeiro e alcança mercados mais amplos em detrimento das demais culturas presentes em Araponga.

A estrutura agrária de Araponga é caracterizada pela presença de minifúndios e pequenas propriedades e a fragmentação da terra se dá em sua maioria pela herança. Em geral, o número de propriedades diminuiu enquanto a área aumentou principalmente das propriedades que possuem até 10 hectares. O que aponta para o fato de que para alguns produtores o tamanho da propriedade inviabiliza a sua reprodução social. Já os que decidem ficar optam por aumentar a área de produção. Já a utilização de máquinas na colheita do café tem dispensado mão de obra, principalmente das mulheres e filhos que também passaram a ocupar outros postos de trabalho na área urbana.

Estas dinâmicas identificadas dentro do campo de Araponga estão relacionadas a introdução de novos objetos técnicos e modernos. Vale ressaltar, que essa capitalização a qual nos referimos em nada se compara ao processo de modernização presente nas cidades consideradas do campo. Mas a utilização de máquinas como roçadeiras, derriçadeira e insumos junto às características estruturais deste campo tem transformado o processo produtivo; aumento da produção, investimento numa única cultura, transformação dos modos de vida, concentração de terras, aumento do trabalho temporário e a urbanização da população que decide migrar para a cidade.

Os desdobramentos deste processo se dão sobre o espaço urbano, sobretudo dentro do bairro Areia Branca. Este fato se dá pelas características locais do bairro; se tratando de uma área urbana recente, localizada próxima ao centro da cidade, mas que possui aluguéis e terrenos mais baratos.

A mudança para o bairro significou para essas pessoas que migraram do campo a possibilidade de aumento de renda e acessar outros postos de trabalho. A maior parte dos moradores do bairro conciliam renda exercendo atividades tanto na

zona rural quanto na zona urbana. A conciliação de renda se deve a baixa remuneração e a dificuldade de se inserirem no mercado de trabalho já que a economia da cidade é pouco diversificada. Mas, mesmo desenvolvendo atividades em ambos os espaços trabalham com atividades de baixa remuneração e sem seguridade social, se tratando na prática, da perpetuação de condições ruins de trabalho. É o caso dos trabalhadores volantes.

Outros atores que se destacam dentro deste contexto são os produtores rurais que continuam dirigindo sua propriedade rural mas residindo na zona urbana, fenômeno este identificado como pluriatividade com residência urbana (COLOGNESE; DEVENS, 2007) e os idosos, que já aposentados e com dificuldades de fazer a gestão da propriedade decidem pelo bairro por causa da proximidade a serviços como saúde.

Devido às características locacionais como terrenos baratos, espaço para carga e descarga de mercadorias e ser acesso para a cidade, o bairro recebe um grande fluxo de pessoas principalmente da zona rural. Por isso, se desenvolveu ali atividades que atendem principalmente o campo circunvizinho. Com destaque para as casas agropecuárias, oficinas de máquinas agrícolas e escritórios de café, são estas as atividades que possuem maior alcance espacial. Outra atividade que se destaca são as oficinas de moto e carros, atividade que a área central não comporta.

A ligação com o campo se dá também pelo fato de alguns donos de comércio serem também produtores rurais, atividades que não abandonaram a partir do comércio, diferente dos que possuíam outra ocupação antes do estabelecimento. Este dado mostra que para quem tem condições de manter a produção rural é uma atividade lucrativa.

A capitalização do campo, bem como, as mudanças sociais advindas da alteração das relações de produção dentro do rural impactam a produção do espaço urbano das pequenas cidades em diferentes níveis e formas, e se inserem num contexto maior de reprodução capitalista, tanto no que se refere a modernização do campo, como também na conversão do solo urbano em mercadoria.

Neste sentido a urbanização do bairro Areia Branca é resultado de desdobramentos sociais e econômicos oriundos da relação campo e cidade, que se dá, principalmente pela modernização tecnológica que tem produzido concentração de terra, expulsão do campo e demandas por serviços, confirmando assim a nossa hipótese. Os resultados mostraram também que o bairro é o resultado espacial das

estratégias que a população busca para o aumento da renda que se dá através da diversificação.

Desta forma, é preciso pensar as pequenas cidades inseridas num contexto maior de globalização e capitalização do campo, ao mesmo tempo para as relações que se dá dentro do espaço intra-urbano e com seu entorno. Da mesma forma, pensar o planejamento urbano relacionado ao campo e buscar formas de desenvolvimento local para dinamizar a economia e absorver mão de obra, principalmente, que saem do campo e vão habitar as áreas em expansão das cidades, originando assim, outros problemas que agora são urbanos.

REFERÊNCIAS

AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DA ZONA DA MATA. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2011

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. As relações campo- cidade no Brasil do século XXI. *Revista de Políticas Públicas*, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 303–325, 2015. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3749>. Acesso em: 19 dez. 2022.

ARAPONGA. Decreto municipal nº 2.656/ 2014, de 15 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a aprovação do projeto de regularização fundiária do bairro Areia Branca, nos termos que especifica. Araponga, 2014.

ARAPONGA. Lei Orgânica Municipal, de 28 de dezembro de 2011. Araponga, Câmara Municipal de Araponga, 2015.

ARAPONGA. Lei nº 767/2008, de 24 de novembro de 2008. Dispõe sobre a ampliação do perímetro urbano da sede do município de Araponga e dá outras providências. Câmara municipal de Araponga, 2008.

ARAPONGA. Lei nº 941/2014, de 11 de setembro de 2015. Concede isenção do ITBI- Transmissão Onerosa Inter Vivos de Bens Imóveis e de direitos a eles relativos para o caso de regularização fundiária. Câmara municipal de Araponga, 2015.

ATLAS BRASIL. Atlas do Desenvolvimento humano no Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>>. Acesso em 14 de abril de 2022.

BARBOSA, Jaqueline Soares. Agroecologia e gênero: a construção de um ‘Novo Horizonte’, em Araponga- MG. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2004.

BARROS, Samarane Fonseca de Souza. Da Zona da Mata/ MG à Região Intermediária de Juiz de Fora/MG: continuidade e descontinuidades nas propostas de regionalização do IBGE. *Revista Caminhos de Geografia*, v.22, n.80, p.15- 33, abr./2021. Disponível em: < <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/54386/33372>>. Acesso em 08 de junho de 2022.

_____. Análise comparativa de três cidades médias mineiras: Ponte Nova, Viçosa e Ubá no contexto da rede urbana da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora/ MG. Dissertação de mestrado-, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2020.

CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. “Conquista de terras em conjunto”: redes sociais e confiança- a experiência dos agricultores familiares de Araponga- MG. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.

CARNEIRO, Patrício Aurelino Silva. Desigualdades intra- regional na Zona da Mata mineira: produção e organização socioespaciais diferenciadas. Revista GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 33, n. 3, p. 539-554, set./dez. 2006. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1385>>. Acesso em 12 de outubro de 2022.

COLOGNESE, Silvio Antônio; DEVENS, Jhonny Oli. Pluriatividade rural e residência urbana no Oeste do Paraná. Tempo da Ciência, [S. l.], v. 14, n. 27, p. p. 157–170, 2000. DOI: 10.48075/rtc.v14i27.1570. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/1570>>. Acesso em 18 de setembro de 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 15, n. 3, p. 5-12, 2011. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011.74228. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228>. Acesso em: 16 de abril de 2022.

_____. O espaço urbano. In _____. Quem produz o espaço urbano. 4^o edição. São Paulo: Editora Ática, 2005. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/O-espaco-A7o-urbano.-Roberto-Lobato-Corr%C3%AAa.pdf>>. Acesso em 18 de outubro de 2022.

EMBRAPA, 2023. Disponível em:< <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso em 10 de janeiro de 2023.

ENDLICH, Ângela Maria. Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105037>. Acesso em 01 de abril de 2022

FARIA, G. J. et.al. Características sociodemográficas e econômicas dos estabelecimentos agropecuários em regiões empobrecidas: o caso da Zona da Mata mineira. Colóquio Revista do Desenvolvimento Regional, Taquara, Rio Grande do Sul., v. 19, n. 2, abr./jun. 2022.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. O urbano Brasileiro a partir das pequenas cidades. Revista Eletrônica Geoaraguaia. Barra do Garças, Mato Grosso. V.8, nº 1, p. 13-33, janeiro/junho, 2018. Disponível em:<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/6981>>. Acesso 14 de setembro de 2022.

FIÚZA, et al. Transformações nas estratégias de casamento no campo face às influências do processo de urbanização: o caso de Araponga, MG. Revista de Extensão e Estudos Rurais, [S. l.], v. 1, n. 2, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3292>>. Acesso em 20 de novembro de 2022.

FREITAS, Alair Ferreira de; FREITAS, Alan Ferreira de. Os alicerces sociopolíticos do cooperativismo de crédito rural solidário na Zona da Mata de Minas Gerais. Revista de Economia e Sociologia Rural. v. 51, n. 3, p. 433-454, julho-setembro 2013.

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. Mercator, Fortaleza, v. 9, n. 20, pág. 75 a 81, jan. 2010. ISSN 1984-2201. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/398>>. Acesso em: 33 de agosto de 2022.

_____. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de Geografia. Revista Geografia (Londrina) Londrina, v. 10, n. 1, p. 27-34, jan./jun. 2001. Disponível em: <<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10212/9028>>. Acesso em 33 de agosto de 2022.

FRESCA, T. M.; VEIGA, L. A. Pequenas cidades e especializações funcionais: o caso de Santa Fé - PR / Small cities and functional specialization: The case of Santa Fé - PR. Sociedade & Natureza, v. 23, n. 3, 26 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/12328>>. Acesso em: 01 de setembro de 2022.

GIRARDI, Eduardo Paulon. O rural e o urbano: é possível uma tipologia? Universidade Estadual de Londrina, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/cce/geo/didatico/omar/modulo_b/a12.pdf>. Acesso em 18 de setembro de 2022.

GOMES, Nayara Freitas Martins. A mobilidade socioespacial dos rurais e a suas expressões citadinas: uma análise do município de Araponga, MG. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/7299/1/texto%20completo.pdf>>. Acesso em 18 de janeiro de 2023.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Tradução: Luís Otávio da Silva e Micaela Krumholz, revisão: Yvonne Mautner, 1989. Revista Espaço e Debates, n° 39, 1996.

IBGE, Cidades. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2022.

IMRS, 2022. Fundação João Pinheiro, 2022. Disponível em: <<https://imrs.fjp.mg.gov.br>>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, IPEA, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent§ion=28&ordering=3&limitstart=4980&limit=20>. Acesso em 20 de maio de 2022.

JUNIOR, Orlando Moreira. As cidades pequenas na região metropolitana de Campinas- SP: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re)produção do espaço. Tese de Doutorado- Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Rio Claro, 2014.

Laboratório de Conexões Intermediáticas, LABCON, 2021. Disponível em: <<http://labcon.fafich.ufmg.br/laboratorio-de-conexoes-intermediaticas-labcon/>>. Acesso em 18 de maio de 2022.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Tradução de Sergio Martins. Editora UFMG, Belo Horizonte, 1999.

LENCIONE, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. GEOUSP, Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 12, n. 1, p. 109-123, 2008. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2008.74098. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098>. Acesso em 24 de novembro de 2022.

LISBOA, Severina Sarah. Da migração à não- migração: o exemplo de pequenas cidades da Zona da Mata mineira. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: < <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MPBB-7DJNNX>>. Acesso em: 21 de setembro de 2022.

LOPES, Diva Maria Ferlin. O conceito de urbano e as cidades de pequeno porte no Semiárido baiano: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto. Dissertação de mestrado. Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

MIRANDA, et al. A influência dos movimentos sociais nos projetos de vida dos jovens rurais do município de Araponga- MG. Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável, [S. l.], v. 2, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/rbas/article/view/2772>>. Acesso 22 de novembro de 2022.

NETTO, Marcos Mergarejo; DINIZ, Alexandre M. A. A formação geohistórica da Zona da Mata mineira de Minas Gerais. Revista R'AEGA: o espaço geográfico em análise, Nº 12, p. 21- 34, 2006. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/4811/7253>>. Acesso em 11 de outubro de 2022.

NOGUEIRA, Marly. As pequenas cidades de Minas Gerais: uma tipologia. Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em geografia Maringá, v. 8, n. 2, p. 38-57, 2016 ISSN 2175-862X (on-line). Disponível em: < <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/view/37954>>. Acesso em: 17 de outubro de 2022.

RODRIGUES, Gabriel Magalhães. O Pronaf na Zona da Mata mineira: efeito nos PIBs total e setorial dos municípios. Revista de Economia e Sociologia Rural, V. 57, Nº 01, p. 029-048, Jan./Mar. 2019. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790570102>>. Acesso em 11 de outubro de 2022.

ROMA, Cláudia Marques. Segregação socioespacial em cidades pequenas. 2008. 137 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96712>>. Acesso em 12 de dezembro de 2022.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. As cidades locais no terceiro mundo: o caso da América Latina. Espaço e Sociedade: ensaios. Petrópolis. Vozes, 1979.

_____. A Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia/ Milton Santos; em colaboração com Denise Elias- 6ª edição 2021; Edusp, 1988.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XIX. São Paulo. Record, 10ª edição, 2008.

SCHIAVO, Alexandra de Jesus Medina. A produção do espaço na pequena cidade de Matipó- MG: um estudo sobre a dinâmica das relações cidade e campo, urbano e rural. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Geografia- Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

SILVA, José Graziano da. O novo rural Brasileiro. 2ª edição. São Paulo. Editora Unicamp, 2002.

SILVA, Paulo Fernando Jurado da; SPOSITO, Eliseu Savério-. Discussão geográfica sobre cidades pequenas. Revista Geografia, Rio Claro, v. 34, n. 2, p. 203-217, mai./ago. 2009. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/3370>>. Acesso em: 28 de agosto de 2021.

SILVEIRA, Tamyres Virgínia. O papel das pequenas cidades na rede urbana: um estudo acerca do desenvolvimento da microrregião de Viçosa-MG. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo- Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

SOARES, Josarlete Magalhães. Das Minas às Gerais: um estudo sobre as origens do processo de formação da Zona da Mata mineira. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SOARES, Josarlete Magalhães, et al. Hábitos e modos de vida no interior de Minas Gerais: uma contribuição ao debate sobre a relação cidade-campo no Brasil contemporâneo. Labor e Engenho, Campinas, SP, v. 8, n. 1, p. 5–17, 2014. Disponível em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/220>>. Acesso em: 7 de julho de 2022.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Capitalismo e urbanização. 16ª edição. Editora Contexto, 1988.

TIRADENTES, Leomar. O canto da Araponga: possibilidades de um turismo no espaço rural da microrregião de Viçosa- MG. 2004. Dissertação (mestrado). Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2004. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/95705>>. Acesso em 14 de novembro de 2022.

TOLEDO, Gilson Soares. Produtores integrados na Zona da Mata mineira: uma análise sobre as formas de sociabilidade rural. Dissertação de mestrado. Programa

de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012. Disponível em: < <https://www.locus.ufv.br/>>. Acesso em 27 de setembro de 2022.

VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. In: Revista Brasileira de Geografia, IBGE. Rio de Janeiro: 20(1), p. 3-32, jan/mar, 1958.

Wanderley, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2001. ISBN: 950-9233-58-4. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em 17 de outubro de 2021.

_____. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo- cidade. Revista Estudos Sociais e Agricultura. V. 17, n. 1, UFRRJ, 2009. Disponível em: < <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/308>>. Acesso em 18 de julho de 2022.

_____. Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Brasília, NEAD/MAD, 2001. Disponível em: < https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2016/03/Pequenos-Munic%C3%ADpios_Nazareth-1.pdf>. Acesso em 18 de julho de 2022.

APÊNDICES

Questionário 1- Moradores do bairro Areia Branca

1.1) Sexo:

Masculino Feminino

1.2) Idade:

18-25 anos 25-45 anos 45- 60 anos mais de 60 anos

1.3) Ocupação:

Trabalhador rural aposentado produtor rural estudante
 desempregado trabalho informal_____ não informado
 funcionário público outros_____

1.4) Principal fonte de renda da família:

Benefício social Comércio familiar Pluriatividade_____

Produção Rural Emprego Formal Bicos

1.5) Local de trabalho:

próprio bairro áreas rurais outras áreas da cidade
 centro outros municípios

1.6) Tempo que reside no bairro:

0-5 anos 6- 10 anos 11- 15 anos 16-20 anos mais de 20 anos

1.7) Porque decidiu residir no bairro?

saúde educação trabalho acesso a demais serviços
 outros_____

1.8) Atividades que você realiza no bairro:

Compras Saúde Trabalho Lazer Serviços bancários

1.9) onde você morava antes de residir no bairro?

sempre morou no bairro na zona rural do município na cidade
 em outro município em outro estado.

Questionário 2- Frequentadores do bairro

2.1. Sexo

feminino masculino

2.2. Idade

18-25 anos 26-45 anos 46-60 anos mais de 60 anos

2.3. Origem do frequentador

próprio bairro centro zona rural outro município outras áreas da cidade

2.4. Porque você busca os estabelecimentos deste bairro?

facilidade de locomoção proximidade preços acessíveis atendimento existência dos serviços que busca outro _____

2.5. Finalidade que busca o bairro

serviços do bairro visita familiar trabalho lazer
(_____)
outros _____

2.5.1. Em caso de resposta 'serviços do bairro', qual(is) serviço(s) do bairro você utiliza?

barbeiro cabelereiro mercado casa agropecuária barzinhos
 escritórios de café oficinas mecânicas marmoraria posto de gasolina
 padarias loja de construção restaurante lojas de roupas
 outro _____

2.5.2. Em caso de resposta 'trabalho' com o que trabalha?

comércio casa de família bicos outros _____

2.7. Frequência que recorre ao bairro

mais de uma vez por semana
 pelo menos uma vez por semana
 mais de uma vez por mês
 pelo menos uma vez por mês

Questionário 3- Donos de estabelecimento comercial

3.1. Tipo de comércio _____

3.2. Tempo de estabelecimento

0-5 anos 6- 10 anos 11- 15 anos mais de 15 anos

3.3. Este comércio é a sua principal fonte de renda?

sim não

3.3.1. Em caso de resposta não, qual é a outra fonte de renda?

produção rural bicos aposentadoria benefício social funcionário público outro _____

3.4. Qual era a sua ocupação antes deste estabelecimento?

não tinha agricultor serviços autônomos funcionário público outro _____

3.5. Porque você decidiu pelo bairro para instalação do seu estabelecimento?

terreno barato facilidade de acesso localização outro _____

3.6. Origem do público que frequenta o seu estabelecimento

do próprio bairro zona rural de outras áreas da cidade de outros municípios

3.7. Perfil de quem frequenta o seu estabelecimento

todas as idades e sexo
 todas as idades do sexo feminino
 todas as idades do sexo masculino
 jovens entre 16- 30 anos
 adultos entre 33- 60 anos
 outro _____

3.8 local de moradia

próprio bairro na cidade na zona rural outro município

Termo de Livre Consentimento

APÊNDICE C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado como voluntário a participar da pesquisa intitulada: Novas relações campo- cidade e a urbanização do bairro Areia Branca em Araponga-MG: 2009- 2021 da discente Raquel Aparecida Macedo do programa de Pós-Graduação em Geografia da UFV (PPGeo/UFV) e sob orientação do Dr. Gustavo Soares Iorio, professor permanente do PPGeo/UFV. Todas as informações sobre a pesquisa encontram-se relacionadas abaixo e em caso de dúvidas favor esclarecê-las antes de responder o questionário.

Este questionário tem como objetivo traçar o perfil socioeconômico do bairro Areia Branca e analisar o crescimento do bairro. O critério para selecionar os participantes da pesquisa será aleatório com indivíduos acima de 18 anos de acordo com a amostra representativa da população do bairro.

A aplicação do questionário ocorrerá de maneira individual, sendo os participantes da pesquisa abordados pela pesquisadora e convidados a participar da pesquisa, diante do pleno conhecimento deste Termo de Consentimento livre e esclarecido. No caso dos donos de estabelecimentos a realização da pesquisa também ocorrerá de forma individual. As informações prestadas serão confidenciais, portanto, sob hipótese alguma, o nome ou quaisquer informações específicas e pessoais de algum participante da pesquisa ou estabelecimento serão divulgados ou citados e os nomes não serão utilizados mesmo que utilizando nomes fictícios.

Você poderá desistir da participação a qualquer momento ou mesmo optar por não responder determinada questão como também retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Você poderá também, sempre que desejar pedir esclarecimentos sobre cada etapa desta pesquisa.

Durante o processo de abordagem ao participante da pesquisa poderão ocorrer riscos de lembranças desagradáveis, constrangimento ou mesmo desconforto, por isso o esclarecimento dos objetivos desta pesquisa, de todo o processo metodológico e a garantia ao anonimato ao participante visam minimizar estes riscos. Para garantir

que você sinta-se à vontade durante o processo, você mesmo poderá preencher o questionário.

A pesquisa poderá trazer benefícios ao bairro Areia Branca, uma vez que pode contribuir futuramente para a formulação de políticas públicas de planejamento voltadas para o bairro e mesmo para o município. Para participar desta pesquisa você não receberá nenhum custo ou qualquer vantagem financeira, portanto, a sua participação é voluntária. No entanto, diante de possíveis danos identificados provenientes desta pesquisa, a pesquisadora se responsabiliza a buscar apoio psicológico e também a encaminhar a sua solicitação para os órgãos competentes, de acordo com as legislações que respaldam esta pesquisa. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações para fins acadêmicos e científicos.

Em caso de qualquer dúvida o participante poderá entrar em contato com a discente Raquel Aparecida Macedo pelo e-mail Raquel.macedo@ufv.br e também pelo telefone (31) 99816-4419.

Coordenador da pesquisa (pesquisador responsável)

Professor Dr. Gustavo Soares Iorio

iorio@ufv.br

Departamento: Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Viçosa

Telefone: (31) 3612- 7401

Equipe de pesquisa

Raquel Aparecida Macedo

Telefone (31) 99816-4419

E-mail: Raquel.macedo@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar: CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa Edifício Arthur Bernardes, piso inferior Av. PH Rolfs,
s/n – Campus Universitário.


CEP: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31)3612-2316

E-mail: cep@ufv.br www.cep.ufv.br


ANEXOS

Anexo A- Isenção do ITBI para bens imóveis destinados a regularização fundiária



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGA
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 941/2014



Concede isenção do ITBI - Transmissão Onerosa *Inter Vivos* de Bens Imóveis e de direitos a eles relativos para o caso de regularização fundiária.


A Câmara Municipal de Araponga aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:


Art. 1º São isentas do ITBI - Transmissão Onerosa *Inter Vivos* de Bens Imóveis e de direitos a eles relativos as transmissões de imóveis destinadas, exclusivamente, à regularização fundiárias nas modalidades previstas na Lei Federal nº 11.977/09 e no Provimento 260/2013 da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (Código de Normas).

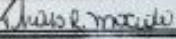
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Araponga, 11 de setembro de 2015.



Anylton Sampaio de Moura
Prefeito Municipal


CERTIDÃO
Certifico para fins de direito, que este(a) Lei
foi publicada no QUADRO DE AVISOS da Prefeitura
Municipal constante Art. 1º da Lei 483/87 de 21/02/87.
Araponga (MG), 11 de Setembro de 2015.


Aprovado(a) em sala de sessões da
Câmara Municipal de Araponga-MG
no dia 09/09/15
Ass.: 

Praça Manoel Romualdo de Lima, 221 - Centro - CEP 36.594-000 - Araponga - MG - Tel.: (31) 3894-1100
araponga@tdnet.com.br - www.araponga.mg.gov.br

Anexo B- Lei de ampliação do perímetro urbano de Araponga

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGA**
ESTADO DE MINAS GERAIS

 **LEI Nº. 767/2008**

“Dispõe sobre ampliação do perímetro urbano da sede do município de Araponga, e da outras providências”.

O povo do município de Araponga, por seus representantes legais, aprovou e eu em seu nome sanciono e promulgo a seguinte lei:

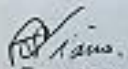
Art. 1º - O perímetro urbano da cidade de Araponga passa a ter a seguinte descrição: tomando-se o castelinho da Fazenda Mundial como ponto de partida, deste, no sentido anti-horário desce pela lombada até a cachoeira de nome Rafael, atravessa o Ribeirão Félix e seguindo pela lombada com o povo em águas vertentes vai até a Bocaina, de onde descendo pelo asfalto até o ponto que fazendo 90º segue em linha reta até alcançar o imóvel de propriedade do município seguindo em linha até alcançar a estrada que liga a sede do município à comunidade de Salazar desta subindo até a Bocaina, de onde descendo pela antiga estrada da citada Bocaina, alcança novamente o Ribeirão Félix e por, até o seu afluente denominado córrego do Mutuca, sobe até alcançar a estrada da Serra. Desce por esta estrada, ate o sopé da pedra do Cruzeiro, de onde segue em curva de nível até alcançar a estrada da Fazenda mundial, e por esta, no sentido ao centro de Araponga, alcança a lombada que liga ao divisor de águas com o buraco e por este divisor até alcançar o ponto de partida.


Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º registre-se publique-se e dê ciência as instituições, tais como: correio, Inera, IBGE, etc.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Araponga MG, 24 novembro de 2008.


Francisco Gurgel Vianna
Prefeito Municipal

 **CERTIDÃO**
Certifico para fins de direito, que este(a) Lei
foi publicada do QUADRO DE AVISOS da Prefeitura
Municipal constante Art. 1º, da Lei nº. 46397 de 21/02/97
Araponga (MG), 25 de novembro de 2008.

Romualdo de Lima, 221 - Centro - Fone/Fax: (31) 3894-1100 - CEP: 36.354-000 - e-mail: araponga@tdnet.com.br

Anexo C- Decreto de regularização fundiária do bairro Areia Branca

DECRETO Nº 2.656/2014

Aprova o projeto de regularização fundiária no bairro Areia Branca, nos termos que especifica.

O Prefeito Municipal de Araponga, no uso de suas atribuições legais, considerando, em especial, o disposto no art. 52 e 53 da Lei Federal nº 11.977/09 e art. 987, VI, do Provimento nº 260 da Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais (Código de Normas),

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de regularização fundiária referente ao assentamento localizado no bairro Areia Branca, neste município, correspondente à matrícula nº 1.471 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ervália, de propriedade de José Ribas Primo e s/m Maria Santana Ribas, conforme o Anexo I que constitui parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único - Para fins de cumprimento do disposto no art. 987, VI, do Provimento nº 260 da Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais (Código de Normas), este Decreto equivale ao Auto de Regularização Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Araponga, 15 de dezembro de 2014.

Anylton Sampaio de Moura
Prefeito Municipal